

SÉRIE
SOCIEDADE, DESENVOLVIMENTO
LOCAL E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente

3

DESENVOLVIMENTO LOCAL E O *DIREITO*
***À CIDADE* NA FLORESTA AMAZÔNICA**

Thomas A. Mitschein (Organizador)

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Prof. Carlos Edilson de Almeida Manesey

Vice-Reitor: Prof. Horacio Schneider

Pró-Reitora de Administração: Prof. Edson Ortiz de Matos

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Fernando Arthur de Freitas Neves

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: João Cauby de Almeida Júnior

Pró-Reitor de Relações Internacionais: Prof. Flávio Sidrim Nassar

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Erick Nelo Pedreira

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA

Diretor Geral: Prof. Gilberto de Miranda Rocha

Diretor Adjunto e Coordenador Acadêmico: Prof. Wagner Luiz Ramos Barbosa

Coordenadora de Informação Ambiental: Marise Teles Condurú

Coordenador de Planejamento Gestão e Avaliação: Raimundo Lima da Silva Matos

COMISSÃO EDITORIAL DO NUMA/UFPA

Profa. Ana Maria Vasconcellos ♦ Prof. Claudio Fabian Szlafsztain

Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves ♦ Prof. Gilberto de Miranda Rocha

Prof. Pierre Teisserenc ♦ Prof. Robert Toovey Walker

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP),
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, Belém – PA.

Desenvolvimento local e direito à cidade na floresta amazônica / Thomas A. Mitschein, Jadson F. Chaves, Gilberto Rocha e Mário Vasconcelos. — Belém: NUMA/UFPA, 2013.

142 p.

ISBN 978-85-88998-42-1

1. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 2. Desenvolvimento regional - Amazônia. I. Mitschein, Thomas A. II. Chaves, Jadson F. III. Rocha, Gilberto. IV. Vasconcelos, Mário. V. Título.

CDD 18 ed. 574.509811

SUMÁRIO

PREFÁCIO – SOBRE A NECESSIDADE DE DESCONGELAR O DEBATE SOBRE O FUTURO DA AMAZÔNIA

Thomas A. Mitschein 4

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Mário Vasconcellos Sobrinho 12

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM REFERENCIAL VIÁVEL PARA O ESTADO DO PARÁ?

Thomas A. Mitschein

Jadson F. Chaves 37

O DIREITO À CIDADE NA FLORESTA AMAZÔNICA

Thomas A. Mitschein

Jadson F. Chaves 75

AJUSTE ESPACIAL, OCUPAÇÃO PLANEJADA DA TERRA, CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU, ESTADO DO PARÁ

Gilberto de Miranda Rocha..... 112

Prefácio – Sobre a necessidade de descongelar o debate sobre o futuro da Amazônia...

Thomas A. Mitschein

I

Realizada em junho de 1972 em Estocolmo, a **Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e Meio Ambiente** lançou suas advertências sobre a crescente destruição das bases naturais da sobrevivência humana – the “growing evidence of man-made harm in many regions of the earth, dangerous levels of pollution in water, air, earth and living beings, major and undesirable disturbances to the ecological balance to the biosphere, destruction and depletion of irreplaceable resources” (*in*: www.unep.org.) – justamente num momento histórico em que a grande maioria dos *stakeholders* da comunidade internacional tinha se acostumado à ideia de que altas taxas de crescimento econômico servissem como receita mágica para resolver os problemas sociais no mundo inteiro. Com efeito, não sensibilizou as delegações do Hemisfério Sul que, independente de suas preferências político-ideológicas, acabaram acompanhando no mencionado encontro o Brasil e o seu discurso do *desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde*.

É pertinente lembrar aqui que naquela época o gigante latino-americano se encontrava no auge do seu *milagre econômico*, pilotado por um governo militar que, em nítido contraste com outros regimes de exceção nos países do subcontinente que seguiam à risca as receitas da Escola de Chicago, usava de forma sistemática a máquina estatal em seu esforço de completar, definitivamente, a matriz tecnológica do país, externando com todas as letras em

seu *Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Poloamazônia*, e em seu *II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975 - 1979* que apostava no aproveitamento da riqueza natural da *Região de Fronteira Tropical* para "a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB, através de ampla contribuição em relação ao setor do comércio exterior" (Sudam 1976, p. 52).

Mas considerando que as instâncias do Estado Nacional tinham lançado mão das ofertas tentadoras de um sistema bancário internacional que, devido a fatores como a queda da taxa de lucro nos setores produtivos no Hemisfério Norte e a abundância dos petrodólares dos membros da OPEC, estava abarrotado de dinheiro em busca de aplicações rentáveis, elas estavam sujeitas a variáveis dos mercados financeiros globais (taxas de juro, etc.) que, diferentemente das populações amazônicas, fugiam do seu controle. O resultado desse enredo é bem conhecido: depois da eclosão da crise da dívida externa em 1982, que coincide com a democratização do seu regime político, o país entra na assim chamada década perdida do seu desenvolvimento social e econômico e a Amazônia acaba virando refém do papel econômico que lhe tinha sido atribuído pelos governos militares no âmbito do seu modelo de industrialização retardatária.

II

Em junho de 1992, vinte anos depois do encontro de Estocolmo, o Brasil se torna anfitrião da **Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)**, que lançou com sua *Agenda 21* um ambicioso programa de ação, focalizado numa perspectiva nitidamente planetária.

*A humanidade – pode-se ler em seu Preâmbulo – se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamos-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer as necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – em uma **associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável**. (CNUMAD, Agenda 21, destaque T.M.).*

No entanto, já que essas metas precisavam ser viabilizadas numa situação, em que a acelerada internacionalização do capital produtivo e financeiro acabou colocando em xeque todos os modelos de regulação social que tinham sido estabelecidos depois da segunda guerra mundial, e os vencedores deste processo adotavam com o neoliberalismo uma ideologia que transmitia com precisão a lógica reprodutiva dos mercados globalizados e acabava oprimindo os cérebros dos *policymakers* no mundo inteiro, não é surpreendente que a *Cúpula da Terra* de 1992 passou longe das expectativas que gerou no ano de sua realização. O que, aliás, vale também para o seu badalado *Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, aprovado em dezembro 1991 pelos governos do grupo dos sete países mais industrializados do mundo (PPG7), e lançado oficialmente durante a conferência no Rio de Janeiro.

O Programa proporcionou, sem dúvida alguma, insumos importantes para a definição de opções sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais da região, transformando-a, inclusive, num dos símbolos mais emblemáticos da discussão internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento na última década do século passado. Mas, ao mesmo tempo, contribuiu pouco para a proteção dos ecossistemas amazônicos. Por uma razão bastante simples, aliás:

limitava-se à experimentação de iniciativas-piloto, deixando a questão da transformação dos seus *achados* em práticas generalizadas por conta de um Brasil que, a duras penas, estava enfrentando os impactos da crise da dívida, vivendo literalmente num fogo cruzado entre as imposições dos grão-vizires do sistema financeiro global, que cobravam a contenção dos gastos da máquina estatal e as reivindicações dos ambientalistas de plantão, que insistiram na efetivação de políticas públicas de proteção da extraordinária fauna e flora da Amazônia.

O resultado deste impasse não é segredo nenhum: inicialmente cantado em verso e prosa como salvação das florestas tropicais do Brasil, o Programa acabou sofrendo um destino melancólico, expressando nesse sentido, a lógica vigente de uma política ambiental que procura conciliar a redução da exploração do assim chamado capital natural com a otimização da acumulação capitalista. Aliás, não obstante ao fato de que, no decorrer dos anos 70 do século passado, em diversos países da Europa Ocidental, o ambientalismo tem se afirmado politicamente a partir da constituição de novos movimentos sociais que colocaram o seu dedo nas feridas socioecológicas dos estilos de vida da civilização ocidental, deixando se guiar pela esperança de que a questão da ecologia pudesse se tornar uma alavanca central para reverter a obsessão da sociedade mundial em parâmetros do campo econômico como custo-benefício, produtividade e eficácia e lucratividade.

No entanto, no momento em que os representantes desses mesmos movimentos começavam a entrar nas antessalas do poder político, acabaram respeitando os limites de uma racionalidade ecológica que, ancorada num saber essencialmente técnico (Adorno; Horkheimer, 2006), tem se revelado como uma das *filhas mais recentes do espírito utilitarista do protestantismo* (Klaus Eder), tentando exorcismar o diabo com o próprio *Belzebu*.

III

Partindo do princípio de que em nenhum momento da história a humanidade estava disposta de um elenco tão amplo e sofisticado de conhecimentos, habilidades e meios para criar "um mundo melhor", o Clube de Roma, em seu Relatório de 1991 (King, Schneider 1991, p. 11, tradução T.M.), defendia a urgente realização de uma *Revolução Global*, determinada para combater com eficácia a destruição ambiental e as escandalosas desigualdades sociais que estão dividindo a sociedade mundial. Levantava, portanto, uma linha de argumentação que vinha ao encontro com a proposta do *earth summit*, no Rio de Janeiro, de criar uma associação mundial de nações que se dedicasse com afinco à satisfação das necessidades básicas de todos os homens neste planeta e à obtenção de ecossistemas melhor protegidos e gerenciados.

Entretanto, hoje, no início da segunda década do século XXI, por mais que os meios de comunicação estejam transmitindo diariamente informações sólidas sobre os impactos altamente nocivos da acelerada destruição das bases naturais para a sobrevivência humana, de uma associação mundial deste tipo, a comunidade internacional está tão distante como no momento em que a sua constituição tinha sido recomendada. No mundo inteiro, os Estados Nacionais continuam sujeitos aos humores dos mercados financeiros internacionais que, pelo baixo nível de sua regulamentação e pelo seu próprio tamanho, conseguem atrelar o destino da economia às suas expectativas de rentabilidade. E no que diz respeito ao jogo geopolítico entre os pesos pesados da comunidade internacional, nele se destacam cada vez mais países como a China, a Índia, a Rússia, o Brasil ou a Coreia do Sul que estão avançando nos mais diversos setores da economia mundial, mostrando que o capital em sua qualidade de "valor em

progressão"(Marx) pouco se importa com a cor de pele daqueles atores que sabem se relacionar com eficiência com as suas leis intrínsecas.

Entretanto, é preciso realçar que o notável êxito destas novas estrelas no âmbito internacional encontra fatalmente o seu lado gêmeo na acelerada destruição dos ecossistemas locais, regionais e globais que, atualmente, está revelando a sua dimensão dramática, especificamente no âmbito da questão climática. Se os 13 bilhões de toneladas de gás carbônico que – de acordo com os especialistas – os oceanos e a biomassa terrestre podem absorver anualmente forem respeitados pelos protagonistas desta sociedade planetária, como um **limite natural intransponível**, neste caso as atuais emissões de CO2 em nível mundial precisariam ser cortadas em, exatamente, 60%. E se todos os 7 bilhões de habitantes do planeta tivessem o mesmo direito à poluição destes sumidouros, ninguém poderia emitir mais do que 1,9 toneladas por ano. Só que nos Estados Unidos ou na Comunidade Europeia, cada habitante ultrapassa aquele volume por dez ou seis vezes respectivamente e, atualmente, *newly industrialized countries* (Nics) como a China, a Índia ou o Brasil, por mais que estejam apresentando médias *per capita* ainda menores, já alcançaram o seu lugar de destaque entre os TOP TEN dos maiores poluidores da atmosfera.

Mas na medida em que os interesses dominantes tanto nos tradicionais centros do mercado mundial como nos estados emergentes que, conjuntamente, respondem por quase 90% do PIB mundial, apostam todas as suas fichas em altas taxas de crescimento econômico, abordando-as, inclusive, como instrumento cabal para superar os índices da pobreza e da exclusão social no âmbito global, neste caso não surpreende que um encontro da envergadura da **Rio mais 20** se contenta em propor como remédio contra a crise sistêmica, em que a sociedade planetária está mergulhada até o seu pescoço, uma receita tão vaga e inconsistente como a ampliação de uma *economia verde* nos moldes da anteriormente mencionada racionalidade ecológica. De qualquer maneira, mostra

com nitidez que o debate internacional sobre *Meio Ambiente e Desenvolvimento* está preso na armadilha de um saber que tem renunciado "ao sentido" através da substituição do "conceito pela fórmula" (Adorno; Horkheimer, *ibid.* p. 18), e é incapaz de indicar caminhos que pudessem reequilibrar a relação entre evolução cultural e evolução técnica dentro de uma perspectiva planetária.

IV

Depois de ter sido transformada no "primeiro laboratório de teste da Escola de Chicago (Klein 2006, p. 634, tradução T.M.), a América do Sul surpreendeu o mundo, na virada do século XX para o século XXI, com a eleição de Presidentes como Hugo Chavez, Luís Ignácio Lula da Silva, Nestor Kirchner, Evo Morales ou Rafael Corrêia que se posicionavam contra as receitas do fundamentalismo de mercado. No entanto, por mais que tenham implementado relevantes programas de mitigação das mazelas sociais que continuam castigando amplas parcelas dos setores populares em todo o subcontinente sul-americano, no que diz respeito ao seu discurso sobre a necessidade do estado resgatar a sua função de indutor e regulamentador do desenvolvimento nacional, ele se choca frontalmente com as modalidades de funcionamento de um sistema econômico global que, pelo fato de submeter todos os seus *stakeholders* ao imperativo categórico da competitividade sistêmica, perpetua e até aprofunda a polarização da sociedade e do espaço no âmbito dos territórios nacionais, e afeta especificamente a Bacia Amazônica, onde mesmo os governos do Brasil, da Bolívia ou do Equador que fazem parte do assim chamado bloco anti-neoliberal da América do Sul, incentivam de forma sistemática a exploração indiscriminada do seu potencial mineral, petrolífero ou hidroelétrico, mostrando com nitidez que a passagem de uma política eminentemente neoliberal para um *capitalismo organizado*, turbinado pelos insumos técnico financeiros da mão pública, não

livra a maior floresta tropical do planeta do seu papel de sustentáculo de estratégias (neo)desenvolvimentistas meramente miméticas, alimentadas pelo **(pre)** conceito de que "as sociedades ocidentais constituem o fim da história humana" (Morin 2013, p. 31).

De qualquer maneira, revela a pertinência da afirmação de Eduardo Gudynas (2011, p. 77), pesquisador do Centro Latino Americano de Ecologia Social em Montevideo, segundo o qual "la llegada de los gobiernos progressistas ha congelado el debate sobre la posibilidad de nuevos cambios". Convencidos da necessidade de dar a sua contribuição para o descongelamento desse debate, os autores desta publicação estão se dirigindo especialmente a um público que não abre mão da esperança do *continente amazônico* poder superar a sua condição de refém das imposições dos mercados globais e das determinações de políticas nacionais que bloqueiam, ao extremo, a multiplicação de complementaridades entre os socioistemas e os ecossistemas em seus mais diversos territórios.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Mário Vasconcellos Sobrinho

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é realizar um debate introdutório sobre os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento territorial. De fato, o termo desenvolvimento assumiu nos últimos 50 anos uma série de interpretações e adjetivações que nos leva a tentar entender, mais do que explicar, o seu real fim e significado no contexto do mundo contemporâneo. Assim, busca-se neste ensaio esse entendimento que perpassa por algumas das interpretações e adjetivações do termo, sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar o debate: pelo contrário, pretende-se apenas iniciá-lo. Busca-se propiciar uma primeira compreensão para as pessoas que ainda não tiveram oportunidade de discutir o conceito.

Embora exista uma série de autores que não acreditam no termo desenvolvimento, este é inerente à própria história da humanidade. O dia de hoje jamais será igual ao dia de ontem, e tudo aquilo que vivemos ontem faz parte de um aprendizado de vida que nos faz mudar no dia de hoje. A mudança da sociedade, em nossa compreensão, é desenvolvimento. Todavia, a acepção do termo nem sempre é positiva, ou seja, o desenvolvimento não é necessariamente linear, em linha de progresso. No mundo contemporâneo não existe sociedade isolada, e isso nos faz crer que, de uma forma ou de outra, há sempre interação

entre diversas sociedades – o que as leva, de certo modo, a um tipo de desenvolvimento.

O que a história nos tem mostrado é que, infelizmente, as lógicas de desenvolvimento existentes até hoje no mundo contemporâneo têm trazido como antítese o subdesenvolvimento e/ou desenvolvimento para trás (retrocesso ou extinção) de algumas sociedades. Esta percepção se dá em função da forma empreendida pela lógica produtiva do sistema capitalista atual que, entretanto, ainda que timidamente, tem se modificado.

Por princípio, o termo desenvolvimento é para o conjunto das pessoas que compõem as sociedades. Entretanto, ainda são poucas as sociedades que apresentam balanceamento na apropriação dos benefícios que o desenvolvimento traz. Mas isso não nos faz desacreditar no termo desenvolvimento e na melhoria de qualidade de vida, ainda que esse último termo seja muito subjetivo, tanto que pode variar de pessoa para pessoa e de sociedade para sociedade.

DESENVOLVIMENTO

O tema ‘desenvolvimento’ somente se tornou um conceito em evidência nos últimos 60 anos, mais precisamente após o fim da segunda guerra mundial. No contexto em que o termo ‘desenvolvimento’ foi redescoberto¹, a segunda metade do século XX foi denominada como a ‘era do desenvolvimento’ (SACHS, 1992; ALLEN; THOMAS, 2000). De fato, segundo Esteva (1992), o termo desenvolvimento somente tomou proeminência porque a partir dos anos de 1950 ficou mais evidente a diferença em termos de crescimento econômico e bem estar social entre as nações, o que fez com que surgisse, como conceito antagônico e intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento, o termo ‘subdesenvolvimento’. Países ou nações subdesenvolvidas seriam aquelas em

¹ De acordo com Esteva (1992), o termo ‘desenvolvimento’ tem sido discutido há mais de 200 anos.

que não seguiam o padrão homogeneizante de estrutura social e econômica dos Estados Unidos e/ou da Europa Ocidental e que, portanto, deveriam perseguir esse rumo.

Sachs (1992) e Esteva (1992) são membros da escola pós-desenvolvimentista e estatuem que o ‘desenvolvimento’ é um conceito que sempre foi injusto e nunca teve resultado efetivo para o conjunto das sociedades. Entretanto, para outros autores (ALLEN; THOMAS, 2000; FURTADO, 1961), a ideia de desenvolvimento continua sendo de fundamental importância para que as sociedades busquem a divisão equilibrada de recursos e poder para uma relação mais harmoniosa entre todos aqueles que fazem parte das sociedades. Embora o conceito de desenvolvimento possa ser muitíssimo criticado por não ter tido êxito em todos os seus espectros, pode-se afirmar que há evidências de muitos casos de sucesso no balanceamento, embora imperfeito, de acesso a recursos e poder como em vários países europeus e nos Estados Unidos da América. De fato, o processo de desenvolvimento deve ser entendido como contínuo e de variação de sociedade para sociedade, tanto que alguns países levaram séculos para alcançar suas metas e outros sobrepuseram suas hegemonias a partir do avanço da lógica capitalista pós-revolução industrial.

Como qualquer outro conceito, o termo desenvolvimento passa por um contínuo aperfeiçoamento em sua definição. Pode-se afirmar que, em um primeiro momento, desenvolvimento trazia unicamente a ideia de progresso, crescimento, industrialização, transformação e modernização (FURTADO, 1961). Historicamente, sob o prisma econômico, desenvolvimento era entendido como o aumento do fluxo real da renda por incremento na quantidade de bens e serviços a disposição de determinadas coletividades (*ibid*). Nesse contexto, desenvolvimento poderia ser medido apenas pelos indicadores de PIB (Produto Interno Bruto), PIB *per capita*, RIB (Renda Interna Bruta) e RIB *per capita* (MILONE, 1998).

Entretanto, os resultados adversos do processo de desenvolvimento, sejam nas sociedades industrializadas e desenvolvidas, sejam nas sociedades subdesenvolvidas, traz à tona a discussão sobre os limites da interpretação de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico. Desde os anos de 1960 que se argumenta que o crescimento econômico é uma simples variação do PIB (FURTADO, 1961), enquanto desenvolvimento deve ser caracterizado como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (ALLEN; THOMAS, 2000). Para a escola econômica estruturalista que inclui esses autores, desenvolvimento é o crescimento econômico (incrementos positivos no PIB e RIB) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades das pessoas, envolvendo, principalmente, alimentação, saúde, habitação, educação, segurança, transporte e lazer, dentre outras. Nesse sentido, desenvolvimento significa erradicar a pobreza econômica e buscar a igualdade social.

O que se evidencia na linha de raciocínio da economia estruturalista é que, embora crescimento econômico não seja por si só desenvolvimento por via de mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, ele é condição para que este desenvolvimento aconteça. Nesse sentido, são consideradas sociedades desenvolvidas e sociedades em desenvolvimento aquelas que são capazes de produzir continuamente e na mesma proporção de atendimento das necessidades das coletividades que também se multiplicam ao longo da história. É por esse motivo que os países buscam permanentemente o crescimento econômico na busca do combate à pobreza e para o desenvolvimento social.

Entretanto, por contraste, países da América Latina, como, por exemplo, o Brasil, da Ásia, como China e Índia, e da África, como a África do Sul, têm apresentado crescimento econômico, mas esse crescimento tem se traduzido muito lentamente em mudanças qualitativas nas condições de vida das pessoas. A grande contradição tem sido que a renda gerada pelo crescimento econômico

não tem sido apropriadamente distribuída para as diversas coletividades que compõem a sociedade. Pelo contrário, o crescimento econômico tem se caracterizado pela concentração da riqueza e contínua exclusão social de camadas populacionais significativas da sociedade. Isso porque, segundo Chambers (1997), a centralidade do desenvolvimento tem sido a economia e não as pessoas. A questão-chave, segundo Chambers (1997) é: em que medida o que se está produzindo afeta a melhoria da qualidade de vida das pessoas? O que Chambers (1997) nos mostra é que a persistência do alto nível pobreza, exclusão e desigualdade social indicam que os caminhos predominantes das propostas de desenvolvimento ainda não encontraram seu objetivo principal – as pessoas.

O *approach* do desenvolvimento baseado nas pessoas traz para o centro do debate o tema desenvolvimento humano. Segundo o *approach* do desenvolvimento humano, o desenvolvimento se dá pela melhoria da qualidade de vida das pessoas que, por sua vez, é refletido pelo alcance da satisfação dos indivíduos tanto sob a perspectiva objetiva (emprego, renda, objetos possuídos, qualidade da habitação, educação e saúde) quanto sob o viés das condições subjetivas (segurança, privacidade, reconhecimento, afeto). Trata-se de uma perspectiva que não exclui o entendimento da importância do crescimento econômico, mas o entende como limitado para o desenvolvimento das sociedades humanas. Entretanto, um problema central que a perspectiva do desenvolvimento humano traz é a conceituação de qualidade de vida.

Qualidade de vida é um conceito abstrato, subjetivo e dependente do tempo histórico e da forma como cada indivíduo e cada coletividade se inserem e se relacionam com a sociedade na qual estão inseridos. Trata-se de um conceito diretamente relacionado com a percepção que cada indivíduo e coletividade têm de si e dos outros, do mundo interno e de seu redor. Qualidade de vida pode ser avaliada por critérios diferenciados, objetivos e subjetivos, e valorizados consoante às circunstâncias em que cada indivíduo se encontra. Isso significa

que o conceito varia de acordo com as diferenças individuais, sociais, culturais e de tempo histórico (época) de cada indivíduo e coletividade.

Na discussão do desenvolvimento humano e das pessoas como centralidade do conceito de desenvolvimento, Sen (1999) argumenta que, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, é necessário expandir as possibilidades de ser, fazer, ter e poder dos indivíduos. Propiciar que os indivíduos tenham capacidades funcionais como ser saudável e bem nutrido, capacidades de exercer suas habilidades a partir do exercício do conhecimento adquirido, capacidades de adquirir (consumir) o que desejam e capacidades de poder influenciar sobre tudo aquilo que afetam suas vidas por via da participação nas tomadas de decisões das comunidades em que estão inseridos. Assim, desenvolvimento segundo Sen (1999) significa remover os obstáculos para que uma pessoa possa fazer aquilo que quer e pode fazer na vida, significa superar o analfabetismo, a falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos e a ausência de liberdades civis e políticas. O desenvolvimento enquanto liberdade traz em seu bojo a noção de igualdade de gênero, redução da pobreza, acesso ao consumo, democracia, direitos humanos. Sen (1999) estatui que pobreza não é apenas o baixo nível de renda dos indivíduos, mas uma privação das capacidades básicas que o indivíduo enfrenta.

Assim como seu próprio significado, o conceito de desenvolvimento continua em debate e aperfeiçoamento de sua aceção. Não há uma única interpretação e não há, também, um único modelo de aplicabilidade. Apesar dos avanços conceituais que colocam as pessoas como principais protagonistas do desenvolvimento, continuam (co)existindo modelos de aplicação centrados unicamente no crescimento econômico com pouca efetividade na distribuição dos seus resultados. De fato, são esses os modelos que são questionados e que nos fazem refletir sobre os caminhos que devem ser seguidos para o alcance de um desenvolvimento que seja sustentável, justo e inclusivo.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENQUANTO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Na busca permanente de alcançar o desenvolvimento, vários modelos e práticas têm sido implementados ao longo da história. Tais modelos estão predominantemente sob a égide da lógica do sistema capitalista de produção. Evidentemente que existem outros modelos que foram experimentados pelas sociedades socialistas, entretanto estes têm sido muito mais reduzidos em termos de alternativas e proposições.

No escopo deste ensaio não há como discutir o conjunto de modelos de desenvolvimento econômico colocados em prática pelas diversas sociedades. Todavia, há como pontuar um desses modelos que, por sua vez, está vinculado à lógica de desenvolvimento predominante em cada sociedade. Por lógica de desenvolvimento, entende-se, nestas notas introdutórias, as lógicas liberais, keynesiana, neoliberal ou social-reformista. Simplificadamente, a primeira significa que o mercado é que determina o equilíbrio da economia e sociedade; o segundo, por sua vez, é o Estado o principal agente do desenvolvimento; o terceiro é o retorno do mercado como proeminente do desenvolvimento, todavia com a presença do Estado ainda que minimamente. Neste caso, o estado atua mais como fiscalizador e regulador do mercado nas transações de interesses social. O social-reformista, por sua vez, é o Estado apoiando as forças de mercado, mas ao mesmo tempo assumindo responsabilidades de intervenção na economia e sociedade, seja por fiscalização, seja por regulação ou intervenção, para melhorar a distribuição da renda e minimização da pobreza.

De fato, a literatura sobre a discussão do modelo de desenvolvimento regional é extensa e pode-se dizer que os trabalhos estão distribuídos em quatro grupos. No primeiro grupo estão os trabalhos que buscam explicar como cresce a

região e como, então, a política pública deve seguir para dar suporte à lógica de desenvolvimento. North (1990) considera que, aproveitando as vantagens comparativas de uma região, poder-se-ia incrementar a exportação e por consequência ter-se-ia uma multiplicação das demais atividades econômicas. A especialização produtiva de cada região seria uma segunda fase do desenvolvimento regional (a primeira seria de produção de subsistência interna), que desemborcaria pela diversificação da exportação na medida em que passasse a agregar valor nos recursos exportados e, por fim, chegasse à fase de inclusão e provisão de serviços altamente especializados. O que os autores desse grupo de estudo deixaram de perceber é que deixariam a região que adotasse esse modelo como extremamente dependente do movimento das economias externas. O aspecto social desse modelo fica em segundo plano.

No segundo grupo de trabalhos sobre desenvolvimento regional estão aqueles que buscam explicar a maneira como o crescimento é transmitido entre as regiões. Sob o olhar das desigualdades regionais, Hirschman (1958) teorizou que no desenvolvimento de um país sempre ocorrerá concentração de crescimento econômico em uma (ou mais) região em detrimento de outras. As regiões que absorvem maiores crescimentos são aquelas que possuem vantagens competitivas de mercado. Esse pressuposto é alicerçado pelas explicações das vantagens da concentração das atividades econômicas, ou seja, o “fator de aglomeração” na região. Sob essa base, Hirschman (1958) teorizou um modelo de transmissão de impulsos entre regiões, ou seja, inicialmente ter-se-ia uma região (ou mais) com maior dinamismo econômico e desenvolvimento que espriaria seus resultados lentamente para as outras áreas até que essas últimas regiões, sob o efeito de “escoamento dos resultados”, se apropriaria do desenvolvimento econômico das regiões mais dinâmicas. Hirschman (1958) argumentava que o modelo de polarização provocaria um movimento crescente de desigualdade regional somente no início de seu processo, pois este passaria a

ter um movimento decrescente no caminho do desenvolvimento do país como um todo.

Myrdal (1957), entretanto, empregando conceitos análogos de “efeito de refluxo” e “efeito de difusão”, argumentou que o modelo de polarização, ao contrário do que apresentou Hirschman (1958), provoca um processo de “causação cumulativa” que leva sempre ao aumento das diferenças e desigualdades entre as regiões em favor daquelas que iniciaram o processo primeiro, seja por vantagens competitivas, seja pelas prioridades a elas destinadas pelo Estado. Assim Myrdal (1957) concluiu que, no jogo das forças de mercado, há uma tendência de aumentar (e não de diminuir) as desigualdades entre as regiões e, conseqüentemente, entre as diversas camadas sociais.

No terceiro grupo, concentram-se as elaborações apoiadas no conceito de polos de crescimento e em quais os fatores que provocariam dinamismo para o desenvolvimento. Semelhante à abordagem descrita por Hirschman (1958), esse *approach* parte do pressuposto de que o crescimento econômico e o desenvolvimento social não ocorrem simultaneamente em todo lugar, mas em um número limitado de polos que transmitem impulsos para as regiões do entorno pelos efeitos multiplicadores que o setor produtivo priorizado oferece. Isso depende, entretanto, dos *inputs* que são dados ao segmento econômico que, para satisfazer a teoria, deve estar envolvido em três processos: geração de inovações, difusão do conhecimento dessas inovações e espraçamento das adoções (IBID). Friedmann (1972) argumentava que era necessário estabelecer um vínculo entre teorias distintas, mas correlatas, de mudança social e organização espacial. Para esse autor, o desenvolvimento é entendido como um processo inovativo que conduz a transformações estruturais de sistemas sociais; assim, o crescimento econômico é apenas uma parte desse processo complexo que engloba a geração e adoção de inovações. A maior crítica desse modelo de desenvolvimento regional está ligada mais a sua aplicação. Isso porque o modelo

de polo de crescimento está vinculado à teoria de crescimento econômico de Perroux (1967), que foi formulada sob a perspectiva funcional na análise das firmas e suas interrelações. Ao ser apropriado para a perspectiva espacial do crescimento econômico e desenvolvimento social e regional, sobretudo nos países que buscavam o desenvolvimento, como é exemplo o Brasil, os pressupostos da inovação foram colocados em segundo plano, o que acaba colocando o modelo à semelhança daquele de Hirschman (1958), já criticado por Myrdal (1957).

No quarto e último grupo, reúnem-se abordagens relativas ao modelo centro-periferia, que foi posteriormente relacionado à teoria do desenvolvimento polarizado. O modelo centro-periferia centra-se no entendimento de que para haver inovação é necessário que existam condições favoráveis para tal, como, por exemplo, investimento em pesquisas e existência de força de trabalho, além de proximidade dos recursos e insumos de produção. Friedmann (1972) estatua ser necessária a existência de centros de mudanças inovativas (*innovative core regions*), que em geral são os centros urbanos e as grandes cidades com suas regiões estreitamente integradas entre si. As outras áreas dentro do sistema espacial de desenvolvimento são as regiões periféricas. Esta perspectiva acaba por determinar uma estrutura hierárquica de autoridade – dependência entre as regiões e sociedades. Da mesma forma que o modelo de aglomeração foi criticado por Myrdal (1957), nessa abordagem traz-se a reflexão de que nos países em desenvolvimento a relação centro – periferia provoca uma centralização de poder no centro e a criação de uma dependência permanente da região periférica em relação à região inovativa.

De modo geral, o que se deve destacar são os limites específicos e gerais das abordagens predominantes até então que, de uma forma ou de outra, se vinculam com o crescimento econômico e desenvolvimento de forma ampliada, homogênea e sob uma abordagem dedutivista.

DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A proeminência do conceito de território emergiu com o desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional que, apesar das inúmeras proposições e modelos, mostrou uma incapacidade de apresentar resultados de desenvolvimento econômico para o conjunto das sociedades, em particular para as sociedades industriais tardias. Estas sociedades tiveram suas lógicas de desenvolvimento alicerçadas no Estado, que agiu como agente do desenvolvimento. De fato, as intervenções macroeconômicas e macrosocial do Estado sob a perspectiva keynesiana mostraram-se insuficientes para desencadear o desenvolvimento, seja sob a perspectiva econômica, seja na esfera social. Ao contrário, o que emerge é o agravamento das distâncias entre regiões e sociedades. Estas insuficiências se tornam evidentes a partir de meados da década de 1970 e foram agravadas na década seguinte quando se passou a ter a influência crescente do ideário neoliberal e a minimização da ação e intervenção do Estado para a implementação de políticas de desenvolvimento, sobretudo de desenvolvimento regional.

Assim, a compreensão de região adquiriu uma nova perspectiva que exigiu a capacidade de reinterpretar e reconhecer o espaço a partir de suas múltiplas faces. Partindo dos pressupostos de múltiplas faces, o conceito de região passou a ser entendido como uma construção histórico-social na qual a economia não é mais vista como predominante e central, mas como parte de um ambiente em que está entrelaçada com a política, a cultura e o ambiente natural enquanto instâncias conformadoras da sociedade e definidoras de sua organização espacial.

Assim, a criação de novos espaços públicos de formulação e gestão passou a ser um dos elementos estruturantes do desenvolvimento regional. Em boa parte, diz respeito à inovação institucional e à criação de ambientes onde se combinam articulações estado-sociedade, estado-estado, estado-sociedade-mercado. Os arranjos e formatos construídos nesta direção, por sua vez, sustentam-se nos pressupostos básicos de integração e participação social dos atores presentes no território para definição dos caminhos do desenvolvimento que se quer percorrer.

Um dos fatores de sustentabilidade em processos de desenvolvimento territorial é, portanto, a construção de identidades próprias a estes arranjos, o fortalecimento da sociedade civil por meio do aumento de associações horizontais. De fato, em qualquer processo real, a particularidade dos atores institucionais em jogo necessariamente se coloca. A tendência à reprodução de pesos institucionais é também a tendência de reconcentração do poder de condução nas estruturas que envolvem maiores recursos humanos, financeiros e político-institucionais. Um fator fundamental é o reconhecimento do nexo existente entre os espaços de planejamento e implementação de políticas e as bases associativas efetivamente ancoradas nos territórios. Esse tipo de nexo apresenta-se como um diferencial capaz de conferir legitimidade e densidade aos processos de desenvolvimento local por se distinguir de dinâmicas centradas nas formas clássicas de "poder local", que se apresenta como sinônimo de poder "sobre o local".

Foi por este viés que, no Brasil, se orientaram as ações de planejamento e atuação do Estado, via políticas públicas, que visavam estimular o crescimento nas diferentes regiões, privilegiando especialmente as áreas urbanas pela simples razão de que, nestas, as respostas dos agentes econômicos aos estímulos externos eram mais favoráveis e se traduziam mais rapidamente em incremento nas taxas de crescimento. Contudo, a partir da década de 1990 e, mais especificamente,

durante a década de 2000, quando novos critérios de julgamento e avaliação do que poderia ser definido como desenvolvimento, tais como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, passaram a se legitimar, assiste-se a mudanças significativas em relação ao conteúdo conceitual e normativo da noção de região. Como se sabe, existe farta literatura indicando o anacronismo da ideia de que o desenvolvimento se restringe ao crescimento econômico e que, portanto, regiões desenvolvidas podem não ser aquelas que fazem uso eficiente dos fatores de produção. Mais do que isso, a mudança de critérios e métodos de abordagem do desenvolvimento também modificou a atuação normativa dos agentes, das instituições e do próprio Estado, cuja ação indutora ou intervencionista deixou de ter na região uma unidade de análise segura e capaz de garantir resultados eficientes. Em resumo, a abordagem regional perdeu seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos.

Tem sido neste contexto que o conceito de território tem se destacado, agora como uma noção com estatuto operacional que permite a superação dos condicionantes e limites do aporte regional. Contudo, “o retorno do território”, também está relacionado às mudanças sócio-espaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista e de mudança cultural (HARVEY, 1994). Trata-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam (ou globalizam), mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Nesse sentido, o território emerge, queiramos ou não, como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território.

O território é uma nova unidade de referência para a ação do Estado e a regulação das políticas públicas. Consiste em uma resposta do Estado às intensas críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo em função da ineficácia e ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. Neste cenário, as iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil (DALLABRIDA, 2011; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2009), especialmente as ONGs e os beneficiários dos programas de governo (VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2012), e a redefinição do papel das instituições fazem crescer a importância das esferas do poder público, especialmente as prefeituras locais e dos atores da sociedade civil.

Outro fator que pode ser arrolado como motivo importante para a emergência da abordagem territorial está baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala. Em suas revisões sobre a origem da abordagem territorial, os trabalhos de Vázquez-Barquero (2001) destacam o papel das transformações econômicas e o aparecimento de perspectivas de análise destes processos relacionados ao enfoque do desenvolvimento endógeno e territorial. O autor privilegia o entendimento de como a abordagem territorial foi apropriada e introduzida nas análises sobre o desenvolvimento econômico. Vázquez-Barquero (2001) indica que, a partir da década de 1990, confluíram duas vertentes do pensamento econômico que hoje formam a base do que ele denomina de paradigma do desenvolvimento territorial endógeno. Seguindo esta perspectiva, os territórios como espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, desenvolvem-se e se potencializam processos relacionais de estruturação

produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas.

Segundo Sen (1999), o capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção. A abordagem territorial do desenvolvimento, nesta perspectiva, supõe a ampliação das oportunidades de escolha por parte dos indivíduos. Trata-se de um tema estratégico, que envolve, mais que um projeto político, uma ideia de civilização. Na obra “Desenvolvimento enquanto liberdade”, Sen (1999) aponta duas visões antagônicas do desenvolvimento. A primeira sustenta que o desenvolvimento é um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas” (SEN, 1999:35) e no qual o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar até ao sacrifício imediato do bem-estar, que viria depois, aí então, sobre bases sólidas. Contrário a esta concepção, Sen aponta a existência de outra corrente para a qual o desenvolvimento é um processo “essencialmente amigável” e “pode ser exemplificado por coisas como trocas benéficas, ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou por liberdades políticas ou por desenvolvimento social – ou uma ou outra combinação destas atividades de apoio” (SEN, 1999: 32). Desenvolvimento, então, significa o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. A liberdade e, portanto, o desenvolvimento não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício. Não basta que a lei assegure certos direitos, o fundamental é que os indivíduos possuam as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.

A partir das mudanças da noção de desenvolvimento territorial, as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também se modificaram. A abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e

ultrapassou a dicotomia espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade. Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pela diversidade de ações, estratégias e movimentos que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) assumem na trajetória da reprodução social e econômica. Neste sentido, a viabilização dos atores e dos territórios dependerá das características de cada tipo de interação, das decisões e racionalidades. Os efeitos desse novo processo são a riqueza da diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios que apresentam distintos movimentos em direção ao desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TERRITORIAL

O debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável é vasto e advém da década de 1970, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, e da obra de Meadows (1972) denominada os limites do crescimento, em que o autor se reportava à catástrofe ambiental mundial em função do crescimento econômico ilimitado das economias industrializadas e à possibilidade de esgotamento dos recursos naturais para a sustentabilidade do sistema e do planeta. Meadows (1972) chegou a propor o crescimento zero das economias como forma de fugir da catástrofe ambiental em eminência representada, também, pelo aquecimento global e exaustão dos recursos naturais. Desde então, a discussão sobre uma nova lógica de desenvolvimento se apresenta iniciando pela proposição do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986), que propunha uma transformação radical nas estruturas econômicas e no comportamento moral das organizações e sociedades no que se refere ao trato com o meio ambiente natural. De fato, a proposição do ecodesenvolvimento provocou um impasse entre desenvolvimento

capitalista e a proposição preservacionista postulada pela lógica ecodesenvolvimentista inicial. O impasse inicial entre desenvolvimento e preservação ambiental somente foi superado quando se absorveu o entendimento de que desenvolvimento e melhor trato com as questões ambientais não são posições antagônicas e que uma nova lógica de desenvolvimento poderia ser implementada.

A discussão sobre a nova lógica de desenvolvimento foi capitaneada pela comissão da ONU denominada Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também denominada Comissão Brundtland, que publicou um relatório em 1987, em que se buscava um consenso mínimo entre desenvolvimento, proposto pelos adeptos da continuidade do crescimento econômico, e preservação ambiental, posição dos adeptos ao ambientalismo. Foi quando surgiu a concepção de ‘desenvolvimento sustentável’, concepção esta que trouxe no seu âmago a ideia de que desenvolvimento (baseada no sentido de crescimento econômico) e meio ambiente (no sentido de preservação do estoque dos recursos naturais) não apresentavam antagonismos. O conceito trouxe preocupações de atendimento das necessidades da população presente no planeta, por via do desenvolvimento, sem deixar de levar em consideração a obrigação de preservar o estoque dos recursos naturais para que as populações futuras também possam satisfazer suas próprias necessidades.

Destaque-se, porém, que o conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado no âmbito e período de prevalência da economia ambiental neoclássica em que há uma construção de instituições e instrumentos para continuidade da hegemonia de desenvolvimento baseado no crescimento econômico acelerado. Todavia, a crise socioambiental também demandava debate, pois suas questões não podiam ser respondidas somente pelos instrumentos de economia neoclássica, uma vez que abordam outras dimensões da sociedade que configuram a crise social (pobreza e exclusão social) e ambiental – neste caso a

exploração exacerbada dos recursos naturais em função da busca de alternativas à sobrevivência humana na terra. Como estatui Sachs (1996), o sistema neoclássico, agora trasvestido de sistema ambiental neoclássico, está baseado em um sistema de produção de riqueza que está acompanhado da reprodução ampliada da pobreza e da exclusão social. Neste raciocínio, o desenvolvimento sustentável precisa necessariamente incorporar elementos de eliminação da pobreza como elemento fundante da sustentabilidade do sistema. Ultrapassado os limites conceituais, o maior desafio do desenvolvimento sustentável não está em reformulação de seu princípio e estatuto, mas sim na sua implementação e operacionalização.

A implementação do conceito de desenvolvimento sustentável, todavia, varia de sociedade para sociedade. No caso brasileiro, um país de tamanho continental e com muitas assimetrias entre as regiões, a implementação do conceito deve necessariamente passar pela configuração histórica e pelo estágio de desenvolvimento em que se encontra. Na Amazônia, por exemplo, há uma disputa de lógicas de desenvolvimento sustentável que se tenta colocar em prática, ora por um viés mais centrado na economia, ora por um viés que privilegia a estrutura da sociedade e do meio ambiente natural. Esses caminhos não são excludentes entre si, todavia há sempre, de acordo com as políticas de governo específicas em cada estado da região, a predominância de uma visão sobre a outra. Destaque-se, porém, que estas visões assumem o pressuposto do desenvolvimento sustentável com enfoque no crescimento econômico e atendimento das necessidades das populações presentes e futuras. Descrevem-se, a seguir, três dessas visões, embora mais recentemente haja novas abordagens interpretativas: (a) periferia exportadora, (b) crescimento com internalização de renda e (c) desenvolvimento territorial e endógeno.

Segundo a perspectiva de periferia exportadora, a Amazônia ainda se apresenta como um grande reservatório de recursos naturais que é capaz de

alimentar a dinâmica das economias nacional e mundial em expansão. Sob essa perspectiva, fortalecer-se-ia a integração econômica, como exportador de matéria-prima e insumos básicos tradicionais e do extrativismo vegetal como fonte da nova indústria biotecnológica emergente. Apresenta alta de crescimento, estimulada pela elevada demanda de recursos naturais e por investimentos de capital extrarregional. A postura dos atores sociais orienta-se pela articulação para a conformação e sustentação do projeto político e modelo econômico dominantes em nível nacional, de natureza liberal-modernizante.

Todavia, essa lógica de desenvolvimento sustentável registra pouca internalização da renda e verticalização da produção. Há concentração da renda e limitada irradiação espacial dos resultados. De fato, os territórios e eixos dinâmicos inibem o mercado interno e restringem a qualidade de vida da população amazônica como um todo. O Estado nacional, como síntese de um projeto hegemônico, articula as expectativas e interesses dos atores em torno da estratégia de desenvolvimento nacional e do papel nela reservado à Amazônia.

Os atores regionais relevantes opõem-se em parte ao projeto nacional para a Amazônia, embora deem sustentação política ao modelo liberal-modernizante. O empresariado urbano da região associa-se à frente de investimentos de capital nacional e internacional, atrelando-se à cadeia produtiva do dinamismo econômico da Amazônia.

Segundo a perspectiva de periferia exportadora, o modelo de desenvolvimento sustentável e modernização implantada na região deve promover uma exploração intensiva e heterogênea dos recursos naturais, combinando técnicas e manejos tradicionais, em algumas áreas e segmentos econômicos, com processos avançados e seletivos de aproveitamento da natureza, particularmente no que se refere ao novo extrativismo. O ritmo de desmatamento diminuiria com o uso de tecnologias mais adequadas, mas a

poluição industrial e a degradação de parte da biodiversidade devem prosseguir, o que contradiz o conceito de sustentabilidade do sistema.

Quanto à reorganização do território, o cenário confirma o processo de concentração econômica nos territórios-polos de crescimento, como, por exemplo, o núcleo mineiro-metalúrgico de Carajás no estado do Pará. Entende-se que é limitada a capacidade de irradiação desses polos, uma vez que a internalização da renda é muito pequena.

Nos territórios onde ocorre a predominância dessa visão de desenvolvimento sustentável, ocorre, institucionalmente, o enfraquecimento do Estado, da sua organização e presença na região, como consequência do modelo liberal dominante em nível nacional, o que leva ao enfraquecimento das instituições regionais de planejamento e fomento ao desenvolvimento.

A segunda concepção de desenvolvimento sustentável em disputa na região amazônica vincula-se ao ideário de crescimento com internalização de renda aos moldes das regiões mais dinâmicas do país. Nesta concepção, ampliar-se-ia o mercado interno da região e consolidar-se-ia sua articulação econômica com o resto do país e economia mundial. Há uma preocupação em estimular a diversificação da economia regional e da pauta de exportação e comércio extrarregional. Parte-se do pressuposto de redefinição do papel da região na divisão internacional do trabalho diminuindo sua função de fornecedora de matérias-primas e insumos básicos tradicionais. A postura dos atores é de implementar uma política regional e um controle ambiental das atividades do empresariado urbano.

A caracterização geral dessa visão é que acompanhando o conjunto da economia nacional, a Amazônia deve apresentar um processo moderado de difusão das novas tecnologias, com o paralelo aumento da transferência e da capacitação científica e tecnológica.

A diversificação econômica e a ampliação do mercado interno fariam elevar o peso dos setores voltados para o consumo regional, particularmente a indústria de bens de consumo duráveis, acompanhadas por uma ampliação da produção agrícola para a demanda regional, particularmente, na produção de alimentos. A agroindústria também tem um papel importante na estrutura produtiva, com o beneficiamento dos produtos agrícolas na própria região. Outro segmento de destaque é ramo da indústria voltada para o aproveitamento dos recursos da biodiversidade: fármacos, insumos bióticos e química. No terciário, o segmento mais importante deste cenário é o turismo ecológico.

A quarta perspectiva de desenvolvimento sustentável para a região é denominada de desenvolvimento territorial e endógeno. Sob esta perspectiva, tem-se um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialidade dos recursos ativos do território com vistas à dinamização socioeconômica para a melhoria da qualidade de vida da população (DALLABRIDA, 2011). De fato, o desenvolvimento territorial e endógeno se orienta por um tipo de desenvolvimento sustentável que considera viável as próprias condições regionais de produção, avanço tecnológico, acumulação, necessidades e potencialidades do território. Tem como base as tecnologias alternativas e apropriadas. Registra um processo autocentrado de desenvolvimento, com um crescimento moderado, decorrente de menor taxa de acumulação e investimento, ao mesmo tempo em que apresenta maior nível de integração social, adequação ao meio ambiente e as suas condições socioeconômicas e culturais. Essa visão de desenvolvimento sustentável alicerça-se no objetivo de melhorar a distribuição de renda e elevar a renda *per capita*, sendo a qualidade de vida estimulada pela maior adaptação ao meio ambiente.

Os atores deste cenário regional são os promotores do projeto social reformista, com seus rebatimentos nos diversos territórios da região. Neste

contexto, quem conduz o processo é uma aliança forte dos setores econômicos mais modernos e o apoio dos segmentos sociais marginalizados, de parte dos militares e da tecno-burocracia nacional, enfrentando-se, de certa forma, o tradicionalismo dos empresários rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do desenvolvimento sugere um sentido cada vez mais proeminente ao enfoque territorial. Academicamente, o território tem-se consolidado como uma significativa unidade de análise conceitual. Em termos políticos, a abordagem territorial ganha cada vez mais interesse no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas no Brasil e, particularmente, na região amazônica. Os chamados territórios de desenvolvimento, territórios de cidadania, polos irradiadores de desenvolvimento e regiões de integração são apenas alguns dos muitos exemplos do enfoque territorial hoje existente no Brasil e Amazônia.

A emergência da abordagem territorial e endógena do desenvolvimento sugere que o nível de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Significa dizer que a análise de uma realidade concreta deva se dar dentro do espaço construído a partir da ação e interação entre os indivíduos em si e entre os indivíduos e o ambiente onde estes estão inseridos. Isso porque o território se forma em função de uma lógica e identidade própria constituída a partir dessas relações intrínsecas do território que podem contar com a presença ou ausência do Estado planejador.

Destaque-se, porém, que o enfoque no desenvolvimento territorial e endógeno requer novas abordagens de gestão e governança do desenvolvimento. Entende-se como governança a repartição do poder entre governantes e

governados de modo que haja conciliação de interesses e concertação social para a consecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições objetivas necessárias para sua gestão.

O enfoque do desenvolvimento territorial e endógeno ultrapassa a noção de desenvolvimento regional homogeneizante que prevaleceu por décadas na Amazônia. A perspectiva territorial e endógena coloca os atores sociais locais como os protagonistas do desenvolvimento. Requer-se agora que os atores regionais se manifestem com proposições inovadoras e conciliadoras quanto a interesses econômicos, sociais e quanto ao trato com as questões ambientais. Este é um desafio a ser enfrentado.

REFERÊNCIAS

ALLEN, T.; THOMAS, A. *Poverty and development into the 21st century*. Oxford: The Open University, 2000.

CHAMBERS, R.: *Whose Reality Counts? Putting the first last*. Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.

DALLABRIDA, V.R. (org.) *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ESTEVA, G.: Development. *In: The development dictionary: a guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 1992. P.6 – 25

FRIEDMANN, J.: A general theory of polarized development. *In: HANSEN, N.M. (Org.) Growth centers in regional economic development*. Macmillan, 1972.

FURTADO, C.: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1961.

HARVEY, D.: *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRSCHMAN, A.: *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

MEADOWS, D.: *et al. The limits to growth. A report for the Club of Rome's project on the predicament of Mankind*. Londres: Potomac, 1972.

MILONE, P. C.: Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. *In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. (Org.) Manual de Economia*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 511-524.

MYRDAL, G.: *Economic theory and under-developed regions*. Londres: Gerald Duckworth & CO. LTDA., 1957.

North, D.: *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

SACHS, I.: *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: IBAMA, 1996.

SACHS, I. STROH, P. Y.: (org.) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I.: *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, W.: (Org.) *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 1992.

SEN, A.: *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PERROUX, F.: *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M.: Partnership, empowerment and local development. *Interações*. V.10. n. 2, 2009.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. de A.: Gestão participativa, parceria e conflitos por poder no contexto de programas para o desenvolvimento local na Amazônia. In: CANÇADO, A. I.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR, J. T. *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: UNIJUI, 2012.

VÁZQUEZ BARQUERO, A.: *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM REFERENCIAL VIÁVEL PARA O ESTADO DO PARÁ?

Thomas A. Mitschein
Jadson F. Chaves

1 SOBRE *ILHAS, TERRAS AFUNDADAS* E A ESFERA LOCAL COMO REFERENCIAL DE DESENVOLVIMENTO NO MAR MOVIMENTADO DA ECONOMIA GLOBAL

A partir dos anos setenta do século passado a acelerada internacionalização do capital produtivo e financeiro acabava dando ao sistema econômico global a forma funcional de um arquipélago (Veltz 1996): nele aprofundam-se as relações entre as *ilhas* de destaque (*global cities*) que intercambiam dia e noite informações, tecnologias e capitais com uma velocidade inédita; mas, no que diz respeito aos espaços “in between”, estes, do ponto de vista de sua importância econômica, encontram-se cada vez mais na condição de uma *terra afundada*.

De acordo com a lógica do funcionamento deste *arquipélago*, as *ilhas* que não cuidarem de sua competitividade sistêmica correm o risco de se juntarem aos *afundados*. E aqueles que querem colocar a sua cabeça para *fora da água* devem estar à procura de nichos nos mercados globais, adotando com afinco e determinação a “filosofia do cooperar para competir.”

O caráter implacável desta lógica salta aos olhos se levarmos em conta que ela colocou em xeque todos os modelos de regulação social e política que se

estabeleceram durante a ordem bi-polar depois da segunda guerra mundial: a economia de comando do socialismo realmente existente na zona de influência da União Soviética, os mais diversos regimes desenvolvimentistas no Hemisfério Sul e, *last but not least*, o Estado de bem estar social nos países centrais do capitalismo mundial.

No âmbito das discussões técnico-acadêmicas que lidam com a questão do desenvolvimento, a globalização dos mercados e os seus impactos socioeconômicos são objetos de discussões altamente controversas. Mas, de qualquer modo, pode-se focalizar duas linhas de argumentação que a avaliam de forma claramente oposta. Neste contexto, cabe mencionar autores como F. Froebel, J. Heinrichs, O. Kreye, O. Sunkel, N. Lechner, S. Amin, A. Acosta ou E. Altvater, que defendem a ideia de que, diante das imposições do sistema econômico global, **os estados nacionais todos**, não obstante a sua defesa ciosa dos atributos de sua soberania, estariam se transformando em ordinários “**trading states**”, encarregados primordialmente, para fortalecer a competitividade sistêmica dos protagonistas empresariais que estão agindo em seus respectivos territórios.

Nas tradicionais metrópoles do Norte, essa tendência estaria ganhando forma por meio da crescente convivência de zonas altamente prósperas com áreas economicamente deprimidas, que acabaria revelando a gradual retirada do estado de bem estar. E no Hemisfério Sul se manifestaria pelo aprofundamento dramático da polarização socioespacial entre os e dentro dos países; uma tendência da qual faz parte o distanciamento de um pequeno número de *Newly Industrialized Countries (Nics)* que, segundo dados da OECD, deve abocanhar, em 2030, 60% do PIB mundial e os *Least Developed Countries (Ldcs)* que estão cada vez mais dependentes das transferências financeiras da cooperação internacional.

Partindo desse quadro, os mencionados cientistas sociais estão compartilhando a hipótese de que, no âmbito das regras do sistema vigente, os territórios locais acabarão se transformando em simples objetos das decisões das corporações internacionais e do seu *world wide sourcing*.

Trata-se de uma avaliação que não está sendo compartilhada por autores como C.F. Sabel, M.E. Porter, A. Vazquez Barquero, M.J. Garfoli ou S. Boisier, para os quais, nesta etapa do desenvolvimento do capitalismo internacional, o território ou a esfera local estariam jogando um papel mais importante do que no passado.

Segundo Sergio Boisier (2005), há pelo menos três argumentos que dão fundamento a esta hipótese:

1. No mundo inteiro, o cidadão comum continua vivendo o seu cotidiano num território geograficamente limitado, com qual se identifica e que, pelo seu próprio bem, quer ver prosperando em termos socioeconômicos.
2. A revolução técnico-científica, ao facilitar a desagregação dos processos produtivos pós-fordistas, tem criado o fundamento para uma era de “múltiplos territórios de produção” dentro de uma perspectiva de manutenção da eficácia e da rentabilidade.
3. Do ponto de vista cultural, o território passa também por um processo de valorização, já que o homem em sua condição de “animal territorial” acaba agindo *glocalmente*; ou seja, pensa globalmente e atua localmente para a empresa e pensa localmente e atua globalmente para o território.

Partindo dessas premissas, o economista chileno realça que desenvolvimento, se não for confundido com crescimento, é, pela sua própria natureza, um fenômeno localizado no sentido geográfico e também sistêmico, enraizado nas características econômicas, socioculturais e técnicas de um

determinado lugar e de sua trajetória histórica. Neste sentido, o enfoque do desenvolvimento local/territorial, por mais que esteja expressando uma tautologia, tem a sua nítida importância na atual fase da globalização (e de suas concentrações e fusões de grupos empresariais gigantes) sob três aspectos, fundamentalmente: como matriz de estruturas industriais, como processo endógeno de mudança e como *empowerment* de sociedades locais.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, ele pode ser analisado por meio de experiências como o distrito industrial à italiana, o meio inovador de origem francesa ou o *cluster* de cunho americano. O que estas experiências todas têm em comum é a cooperação empresarial em certos elos de uma determinada cadeia produtiva e a competição em outra. Dessa maneira, estabelecem-se formas de operação coletiva em áreas como pesquisa, informação e controle, formas de transmissão etc., constituindo um ambiente inovador, que se destaca pelos seguintes aspectos: (a) é um território sem fronteiras precisas, mas se cristaliza como unidade no lugar onde os atores se organizam; (b) cria-se entre os protagonistas envolvidos uma rede com vínculos de interdependência; e (c) potencializam-se em nível local processos de aprendizagem que permitem reações criativas e rápidas a mudanças no ambiente econômico externo. Ou seja, todos os defensores da proposta dos *clusters* partem do princípio de que se trata de concentrações geográficas de grupos de empresas e de suas instituições colaboradoras que se afirmam nos mercados (inter)-nacionais pela criação de um ambiente de inovação e de aprendizagem mútua.

Quanto ao segundo aspecto, autores como M.J. Garfoli relacionam o desenvolvimento endógeno com a capacidade dos atores locais de enfrentarem ameaças e desafios externos por meio da formulação de estratégias inovadoras que, dentro de uma perspectiva de transformação do sistema socioeconômico do território, visam:

- no plano político, a crescente participação dos “*local stakeholders*” na tomada de decisões sobre opções e alternativas que os cenários do desenvolvimento sugerem;
- no plano econômico, a diversificação da economia local;
- no plano técnico-científico, a geração de tecnologias adequadas às demandas locais, e
- no plano cultural, uma ampla discussão sobre a criação de uma matriz de identidade sociocultural.

Ou seja, partem do princípio de que é por meio da articulação de ações naqueles quatro planos que se deve chegar a uma ligação sinérgica entre elementos externos, introduzidos pela tendência globalizante da economia, e os protagonistas locais que pertencem ao mesmo território.

E, finalmente, no que diz respeito ao enfoque do *empowerment* da sociedade local, o próprio Boisier, em consonância com as propostas da OECD, destaca a necessidade da *devolução* de competências executivas para os protagonistas locais como *conditio sine qua non* de sua **integração exitosa no processo competitivo da economia internacional**.

Isto posto, torna-se claro que, em suas diferentes abordagens, os mencionados defensores da *glocalização* transmitem a ideia de que os representantes daquelas esferas locais que trabalham com visão e criatividade a dinâmica do próprio território enquanto espaço politicamente e socioculturalmente estruturado, enfrentarão com êxito os permanentes processos da reestruturação socioeconômica no âmbito do *arquipélago* global. Nesse sentido, apostam na formação de sociedades locais informadas, motivadas, possuidoras de conhecimentos mínimos da lógica globalizante como ponto de partida para a constituição de uma síntese bem sucedida entre o global e o local.

No caso específico da América Latina, este tipo de desenvolvimento territorial tem sido abordado de maneira bastante sistemática pelo já mencionado

Sergio Boisier (1996), segundo o qual “qualquer configuração territorial vencedora” (*ibid.* p. 118) depende da articulação inteligente e densa entre:

- os atores individuais, corporativos e coletivos e as suas respectivas éticas;
- aspectos da cultura do desenvolvimento que, por mais que esta esteja oscilando entre padrões individualistas-competitivos e cooperativos-solidários, precisa introduzir códigos referenciais que dizem respeito à “autoidentificação territorial” (*ibid.*, p. 137);
- os recursos, que envolvem a infraestrutura, o capital, a mão de obra a ser treinada, modalidades de criação de perseverança e consenso e a vontade dos *local stakeholders* de abrirem-se para a sociedade do conhecimento do século XXI;
- as instituições regionais/locais, que devem se dar conta da necessidade de serem “flexíveis, velozes, inteligentes e virtuais” e de se ajustarem “à realidade instável do ambiente”(ibid. p. 138);
- os procedimentos que atendem à população envolvida dentro de uma perspectiva de informação e transparência e, por fim, mas não menos importante;
- as dimensões do entorno, representando, “fundamentalmente, o mercado em sentido *lato*, o Estado e o tecido de relações internacionais” (*ibid.* p. 140).

Contudo, em sua abordagem o economista chileno deixa bem claro que, para ele, o elemento chave neste processo é a acumulação de poder político em nível regional/local como *conditio sine qua non* para facilitar a negociação de determinadas demandas, com um Estado nacional que, para estar à altura dos desafios da competição internacional, **deve** se reconhecer como “um Estado *territorial* e (ser) capaz de exercer tanto liderança territorial quanto liderança política” (*ibid.* p. 127), já que diante da dinâmica dos mercados globalizados

nenhum país conseguirá mais se manter ou se tornar competitivo por meio da conservação de “estruturas decisórias centralizadas” (*ibid.* p. 118). Nestes termos, Boisier aborda o “território organizado” como espaço que, pelo fato de abrigar “uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais” (*ibid.* p. 115), procura se afirmar com mais facilidade dentro de um entorno (inter)-nacional altamente competitivo.

Por outro lado, é pertinente lembrar que, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, acabou surgindo com o *eco-desenvolvimento* um paradigma (SACHS, 1986), cujas características essenciais podem ser resumidas nos seguintes termos:

1. Valoriza os recursos específicos de cada eco-região para a satisfação das necessidades básicas da população, procurando “evitar os nefastos efeitos de demonstração do estilo de consumo dos países ricos.” (*ibid.* p. 16);
2. Por encarar “o homem como recurso mais precioso” visa a estabelecer “uma simetria entre a contribuição potencial da ecologia e da antropologia social ao planejamento.” (*ibid.*);
3. Quanto à identificação, exploração e gestão dos recursos naturais, insiste numa “perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (*ibid.*) no sentido de incentivar ao máximo o uso de recursos renováveis e mitigar o dos não renováveis;
4. Aconselha incentivar processos produtivos que “permitam o aproveitamento de todas as complementaridades” possíveis (*ibid.*);
5. “Nas regiões tropicais e subtropicais, em particular, mas também em todas as demais regiões, o eco-desenvolvimento aposta na capacidade natural da região para a fotossíntese sob todas as suas formas” (*ibid.*), dando importância específica a fontes locais de energia;

6. Defende o desenvolvimento de um “estilo tecnológico particular” (*ibid*), já que a proposta dificilmente pode ser concretizada sem tecnologias apropriadas;
7. Exige a implantação de um quadro institucional que se adapta a cada situação específica e insiste na constituição de autoridades horizontais e mecanismos de participação efetiva por parte da população envolvida;
8. Pressupõe uma “educação preparatória (como) complemento necessário das estruturas participativas de planejamento e de gestão” (*ibid*. p. 17), contribuindo, desta maneira, para a internalização de um sistema de normas sociais que valorizam o princípio do crescer sem destruir.

De qualquer maneira, a concepção do eco-desenvolvimento, ao reagir “contra as transferências passivas e o espírito de imitação”, colocava “em destaque a autoconfiança” (*ibid*. p. 18), insistia na busca de soluções em cada eco-região, defendendo o princípio de que “o paradigma atual de *mau desenvolvimento*, que produz riqueza e, ao mesmo tempo, reproduz a pobreza e a exclusão social (...) deve ceder lugar a um paradigma de desenvolvimento socialmente equitativo, ambientalmente prudente e economicamente viável” (2006, p. 308). Nesse sentido, desde o seu nascimento, essa concepção assumiu uma visão altamente inovadora perante os defensores do crescimento econômico como suposto remédio infalível contra todos os males do subdesenvolvimento e os partidários do crescimento zero e de sua posição incondicionalmente ambientalista, insistindo na criação de complementaridades entre sócio e ecossistemas, descritas magistralmente por Ignacy Sachs (2006, p. 82) nos seguintes termos:

“Não se trata, como pretendem alguns, de salvaguardar a todo custo os ecossistemas naturais, mas de conceber os sistemas artificiais criados pelo homem como verdadeiros ecossistemas e de zelar para que a sua inserção nos ciclos ecológicos gerais se faça de forma a não alterar estes últimos. A economia

camponesa tradicional, em que a agricultura, a silvicultura, a pecuária e a piscicultura se complementam, constitui um sistema integrado de produção; embora artificial, quer dizer, criado pelo homem, ele segue de perto o modelo do ecossistema natural e traduz muitas vezes uma grande engenhosidade na utilização de recursos específicos do ecossistema natural em que se insere. Em vez de retornar a práticas ancestrais, que não nos poderiam satisfazer, dada a sua baixa produtividade e o imenso esforço imposto aos produtores, deveríamos repensar a agricultura em termos de sistemas de produção ecologicamente viáveis, aproveitando as conquistas da ciência. Seria possível alimentar as populações do Terceiro Mundo, em harmonia com o ambiente, mediante estratégias de *eco-desenvolvimento*, contanto que se renunciasse a imitação da monocultura cerealista dos Estados Unidos e a obtenção de altos rendimentos à custa de doses maciças de insumos industriais que são e serão escassos. Mas isso pressupõe, ao lado de reformas institucionais para eliminar formas de produção anacrônicas, um grande esforço de imaginação, objetivando valorizar os recursos específicos de cada ecossistema; aproveitar todas as complementaridades produtivas envolvendo os campos, as pastagens, as florestas e as águas; e aplicar os resultados de uma pesquisa agrônômica renovada. Esta pesquisa seria orientada para a seleção genética de plantas locais, talvez menos produtivas do que as variedades “milagrosas” de trigo e arroz, mas, em compensação, mais robustas e menos exigentes; para a fixação direta do nitrogênio do ar, para a utilização da energia solar visando à secagem das colheitas, o que evitaria o apodrecimento destas, etc. O mesmo conceito de sistema integrado de produção aplica-se às estruturas industriais modernas e à criação de complexos urbanos. Torna-se impossível, entretanto, agir sobre as complementaridades enquanto as decisões sobre investimentos forem tomadas bruscamente, no nível de empresas “todo-poderosas” e de coletividades cronicamente desprovidas de recursos e, ainda por cima, obcecadas pelo curto prazo devido ao jogo de mecanismos

eleitorais. Requer-se um planejamento, em longo prazo, simultaneamente socioeconômico, ecológico e espacial.”

Isto posto, fazemos questão de realçar: nas últimas três décadas do século XX – por sinal uma época na qual as tendências da acelerada internacionalização do capital produtivo e financeiro estavam dando ao mercado mundial a forma funcional de um arquipélago, e os vencedores deste processo acabavam adotando, com o neoliberalismo, uma ideologia que transmitia com precisão o código genético dos mercados globalizados – a discussão técnico-acadêmica sobre a esfera local como referencial de desenvolvimento continha, com o desenvolvimento territorial e com o eco-desenvolvimento nos moldes anteriormente apresentados, dois enfoques analíticos diferentes que, do ponto de vista do seu referencial filosófico, estavam separados por uma distância notável.

O primeiro, ao aceitar o “ceaseless change” (PIORE; SABEL, 1984, p. 17) do sistema econômico internacional como realidade dada, à qual todo o mundo deve se sujeitar, apostava na assim chamada *glocalização* para criar uma síntese bem sucedida entre as relações socioculturais em nível local e as mais diversas influências que vêm dos mercados globalizados. E o segundo, ao realçar a necessidade imperiosa do aproveitamento não predatório dos recursos de cada eco-região, insistia, em consonância com o Relatório Brundtland, na revisão dos vigentes estilos de vida no Norte e na superação definitiva dos sonhos miméticos no Sul, dentro de uma perspectiva de atendimento das necessidades básicas das populações de baixa renda deste hemisfério.

2. ENTRE A CRUZ E A ESPADA: O DISCURSO PRESERVACIONISTA versus A PRÁTICA DEPREDADORA DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA

Depois da segunda guerra mundial, os governos do Terceiro Mundo, em sua maioria, “apostavam as suas fichas” na integração definitiva dos seus países na órbita da civilização industrial para superar, de uma vez por todas, as mazelas sociais e econômicas do seu passado colonial. Dessa maneira, sujeitaram-se a uma corrida desenvolvimentista na qual, devido ao peso da história do colonialismo, entraram de forma altamente desvantajosa¹.

No entanto, por mais que em pouco tempo tivesse ficado claro que as estratégias de modernização de suas estruturas econômicas e administrativas, tingidas com as mais diversas cores ideológicas, não passavam de um “cheque sem fundo” para a maior parte da população da periferia capitalista, as elites terceiro-mundistas não abriam mão da hipótese de que o espelho para o seu próprio futuro seriam os modos de reprodução dos países altamente industrializados.

Diante desse quadro não surpreende que, na Conferência de Estocolmo de 1972 (primeiro encontro internacional que levantou a destruição das bases

¹ Neste contexto, cabe lembrar que:

- os povos da América Latina e da Ásia não tinham mais como usar em benefício próprio as montanhas de metais preciosos, das quais a metrópole tinha se apropriado na “pré-história do capital” (Marx);
- o comércio triangular entre a Europa, a África e as Américas tinha estabelecido, a partir do século XVI, na costa ocidental do continente negro, um ambiente de terror, dominado pela alternativa entre ser caçador de escravos ou ser escravo que, por sua vez, acabou comprometendo a continuidade evolutiva dos povos africanos (PIPITONE, 1995, p. 316) e;
- países como a Índia ou a China foram desindustrializados *manu militari*, já que, depois da introdução da máquina a vapor na Inglaterra, foram forçados a abrir os seus mercados para os produtos mais baratos do centro metropolitano.

naturais da sobrevivência humana como desafio global) do total de 113 países presentes, 77 Estados – oriundos do assim chamado Terceiro Mundo – acompanharam o Brasil na defesa de um crescimento econômico a qualquer custo.

“Bem-vindos à poluição – dizia uma faixa estendida pela delegação brasileira como mensagem de protesto aos países altamente industrializados – estamos abertos a ela. O Brasil é um país sem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a uma poluição, porque nós queremos empregos, dólares para o nosso desenvolvimento.” (cit. in: Silva Melgaço; Freitas Alvin, 2008, p. 21)

Mas o discurso do “desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde” (*ibid*) foi externado num momento em que o gigante latino-americano se encontrava no auge do seu “milagre econômico”, pilotado pelo regime militar. Dez anos mais tarde, em virtude da eclosão da dívida externa, as condições (inter)nacionais estavam assumindo feições sensivelmente diferentes para o Sul inteiro.

Nesse contexto, é digno de nota que nessa mesma época, em diversos países do Hemisfério Norte, novos movimentos sociais ganhavam espaço na sociedade civil, dirigindo suas críticas contra a chuva ácida, a destruição das florestas, os riscos do uso da fusão nuclear para a geração de energia elétrica, a poluição dos rios e dos oceanos e a destruição acelerada das espécies. Posicionavam-se, desta maneira, contra os ocupantes das “catedrais do poder no setor privado, na ciência e no Estado” (Beck 1993, p. 158, tradução própria). E por terem conseguido uma repercussão altamente positiva em crescentes segmentos da população, acabavam colocando a questão ambiental enquanto desafio planetário na pauta política nos países do Norte, contribuindo assim para que, por iniciativa do governo alemão, o Grupo dos Sete Países mais Industrializados (G7) tenha aprovado, em dezembro de 1991, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil que, por sua vez, foi lançado oficialmente durante a Eco 92 no Rio de Janeiro.

No entanto, por mais que entre a Conferência de Estocolmo e a Eco 92 a questão ecológica tenha ganhado importância no âmbito das discussões internacionais, nesta mesma época os desdobramentos da economia internacional estavam caminhando na contramão de qualquer tentativa política que insistisse na proteção das bases naturais da sobrevivência humana dentro de uma perspectiva global.

Na realidade, fatores como o desmoronamento do sistema de *Bretton Woods* em 1973, os *deficits* da balança comercial dos Estados Unidos nos anos 70 e 80 do século passado, cujo financiamento acabava com a oferta abundante de créditos privados aos países do Terceiro Mundo, e o consenso de Washington de 1990 – fazendo com que instituições multilaterais como o Banco Mundial ou FMI negassem qualquer apoio financeiro a países que não estivessem dispostos a diminuir a presença do Estado no âmbito da economia, extinguissem barreiras alfandegárias ou abrissem seus mercados à concorrência internacional – tinham criado uma situação na qual a política dos Estados nacionais estava andando literalmente a reboque dos mercados globalizados.²

E foi justamente neste momento específico em que o Brasil recebeu o Programa Piloto do PPG7 – que dava uma atenção especial às populações tradicionais da região, focalizava práticas comunitárias de gestão dos recursos naturais em reservas extrativistas ou terras indígenas e consolidava um discurso que abordava a proteção da extraordinária biodiversidade da Amazônia como um desafio global.

² O auge dramático deste processo era, sem dúvida, a dissolução da União Soviética no final de 1991, quando os “bolcheviques de mercado” (Joseph Stiglitz) da Rússia, comandados por Boris Jeltzin e pelo *establishment* do capitalismo ocidental, submetem o país a uma terapia de choque de cunho neoliberal que, do ponto de vista social, gerou consequências catastróficas para uma expressiva parte da população. Fez crescer entre 1989 e 1995 na federação russa o número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza: de 2 para 74 milhões. Neste contexto, cabe lembrar que as receitas, com as quais os protagonistas políticos da esfera de influência do antigo império soviético foram *convencidos* a se adaptar à economia de mercado, começaram a ser testadas em 1986 em Bolívia, onde o economista norte-americano Jeffrey Sachs se tornou, para a imprensa internacional, uma espécie de *nibelungo* da teoria econômica que derrotou o dragão da hiperinflação sem lançar mão das regras formalmente democráticas do sistema político do país. No que diz respeito às dimensões fabricadas do assim chamado *milagre boliviano*, elas estão sendo abordadas magistralmente por Naomi Klein (2007).

No entanto, mesmo considerando que os seus projetos tenham gerado insumos importantes para a definição de opções sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais da região, em sua essência, o Programa pouco contribuiu para a proteção das florestas amazônicas. Por uma razão bastante simples: limitava-se à experimentação de iniciativas piloto, deixando a questão da transformação dos seus “achados” em práticas generalizadas por conta das instâncias governamentais do Brasil. Ora, estas, pelas razões já mencionadas, não estavam nem de longe em condições de cuidar de fato das necessidades socioecológicas de uma Região de dimensões continentais. “Encurraladas” entre as imposições dos representantes do sistema financeiro global – que cobravam políticas de contenção das despesas públicas – e as reivindicações dos movimentos ecológicos do mundo inteiro – que insistiam na implementação de políticas eficazes na preservação da maior floresta tropical contínua deste planeta –, as instâncias brasileiras encontravam-se no meio de um “fogo cruzado” entre cobranças nitidamente excludentes. Podiam atendê-las concomitantemente, caso soubessem “assobiar e chupar cana” ao mesmo tempo. Mas, já que não sabiam, seguiam, na prática, as receitas que vieram dos *grão-vizires* da banca internacional, pela própria pressão que estes exerciam!

Dessa maneira, no decorrer da última década do século XX, a Amazônia foi “enriquecida” por uma “fronteira experimental” (B. Becker), onde inúmeros atores (inter) nacionais insistiam em testar alternativas ao cenário da destruição socioambiental na Região. Mas, embaixo desta redoma artificial, por sua vez distante das raízes dos protagonistas regionais, estavam se potencializando os desequilíbrios que a forçada ocupação da Região tinha proporcionado, manifestando-se na crescente concentração fundiária, no “inchaço” desenfreado das áreas urbanas e, *last but not least*, nas expressivas taxas de desmatamento que acabaram transformando a Amazônia no maior emissor de carbono de todo o Brasil.

Por outro lado, não há como negar que o quadro político na América Latina tem passado por consideráveis mudanças, incentivadas, por sua vez, pelo fortalecimento de uma avançada frente de movimentos sociais que, ao ter desafiado o credo neoliberal como pensamento único³, deu uma contribuição essencial para a eleição de Presidentes como Chavez na Venezuela, Lula no Brasil, Kirchner na Argentina, Morales na Bolívia ou Correa no Equador que, por sua vez, compartilhavam o princípio de que na relação entre economia e política era a última que deveria retomar o comando na definição dos rumos dos seus respectivos países.⁴

E, sem dúvida, todos eles privilegiavam e continuam privilegiando programas de *poverty alleviation*, uma postura mais nacionalista na exploração dos seus respectivos recursos naturais, e uma cooperação maior em nível inter-regional. Além disso, ciosos para retomarem o seu papel de indutores do desenvolvimento na América Latina, os governos começavam a criar as bases para uma aproximação maior com os protagonistas econômicos, no âmbito de suas próprias fronteiras nacionais, que tinham uma noção clara dos desafios que qualquer projeto de afirmação no âmbito da economia global enfrentaria.

Nesse contexto específico, destaca-se o governo Lula que, como escreve Vladimir Safatle (2011, p. 89), “representou uma grande ruptura” pelo fato de ter se utilizado de um “tripé composto de bancos públicos (...), empresas privadas

³ O Fórum Social Mundial, fundado em Porto Alegre em 2001, foi, sem dúvida alguma, um importante *mile-stone* neste processo.

⁴ Neste contexto, o projeto do socialismo bolivariano na Venezuela se apresenta como uma experiência especial, uma vez que tem colocado na pauta da política nacional a necessidade de estabelecer uma nova relação entre economia e política com uma insistência que não se encontra nos outros países que fazem parte do bloco anti-neoliberal na América Latina. Não temos condições de discutir aqui os problemas de sua implantação. Mas, no que respeito ao seu futuro depois da morte do presidente Hugo Chavez, não se deve subestimar que, como escreve Raul Zelik (*in*: www.raulzelik.net), as massas populares da Venezuela têm uma noção bastante clara do fato de que não é dos mercados de onde vem a verdade e que uma distribuição mais equitativa da riqueza social é algo bastante palpável.

com grande participação estatal (como Embraer e Vale) ou empresas públicas (como Petrobras)” (*ibid.* p. 90), acabando por fortalecendo conglomerados de grande porte em setores estratégicos como na comunicação de massa, na aviação civil ou na mineração. No entanto, a institucionalização de um “capitalismo organizado” deste tipo, por mais que tenha contribuído para transformar o Brasil na sexta economia do mundo, perpetua dentro do próprio espaço nacional a diferenciação entre “ilhas e terras afundadas” que, como destacamos anteriormente, traduz a lógica reprodutiva do sistema econômico global. De um lado, porque a ação do Estado favorece primordialmente aqueles atores e territórios que já alcançaram maior competitividade sistêmica. Por outro, porque as determinações de uma política econômica que reserva quase a metade do orçamento geral da União para o pagamento de juros, de amortizações e do refinanciamento da dívida pública brasileira – mas destina para setores tão vitais, como saúde, saneamento, educação, ciência, tecnologia e gestão ambiental, menos do que 10%⁵ – revelam com nitidez que, não obstante os profundos desgastes pelos quais tem passado nos últimos anos o *Zeitgeist* neoliberal, a correção das polarizações socioespaciais, entre os territórios e dentro deles, não se destaca como prioridade da política nacional.

⁵ Os dados se referem ao ano 2010. Veja Fatorelli 2011

3. A POLARIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ESTADO DO PARÁ: HERANÇA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO DESEQUILIBRADO E NÃO CORRIGIDO

No âmbito da economia brasileira, o Estado do Pará revela uma característica bastante peculiar. Contribui para o PIB nacional com modestos 2,1%, mas “joga” na área do comércio exterior como “time” grande. Desta maneira, ganha *hard cash* para o Brasil inteiro, mas nesta condição está sendo prejudicado pela chamada lei Kandir, que isenta impostos para bens exportados. A pauta destes bens é dominada pela mineração, pela indústria madeireira e pela pecuária que, da mesma forma em que representam as “locomotivas” da economia paraense, são os setores que mais têm contribuído para as tendências da polarização social e espacial, manifestando-se, por sua vez, na concentração da riqueza econômica e no aprofundamento das desigualdades sociais entre os (e dentro dos) territórios meso-e-microrregionais do Estado.

Trata-se de uma dinâmica que salta aos olhos, quando se leva em conta que:

- Municípios como Barcarena, Oriximiná e Parauapebas, que concentram uma boa parte das atividades da mineração geravam já em 2003 imponentes 12,3 % do PIB do Estado, mas abrigavam apenas 2,9% do seu efetivo demográfico (MITSCHKEIN; CHAVES, 2008);
- Mesorregiões como Marajó ou o Nordeste Paraense, nas quais em 2003 viviam, respectivamente, 23% e 6% da população do Estado, contribuía no mesmo ano apenas com 12% e 3% ao PIB paraense;
- Em 2010, os dez municípios com os maiores PIBs *per capita* (Tabela 1) tinham suas atividades econômicas ligadas aos grandes projetos de mineração ou de energia, portanto, introduzidas de maneira sistemática,

por meio do avanço da assim chamada valorização estrutural e econômica do Estado;

- No mesmo ano, dos dez municípios com os menores PIBs *per capita* (Tabela 2) cinco estavam situados no Marajó e no Nordeste Paraense que, desde os anos sessenta, em consequência da crise do tradicional agroextrativismo e de suas precárias infraestruturas sociais (educação, saúde, lazer etc.), exportavam uma grande quantidade de mão de obra para Belém;
- Mas se forem analisadas a partir de indicadores como analfabetismo, desigualdade social, média de anos de estudo da população adulta e das faixas etárias de 18 a 24 anos, vulnerabilidade social, acesso a serviços básicos e acesso a bens de consumo, as condições de sobrevivência da maior parte população tanto nas ilhas de crescimento como nas terras afundadas do arquipélago paraense se revelam como altamente precárias.

Tabela 1 – *Ranking* dos 10 maiores PIBs Per Capita entre os Municípios do Estado do Pará, a preços de mercado corrente 2010.

Ranking	Municípios 2010	PIB per Capita (R\$)
1º	Parauapebas	103.404
2º	Canaã dos Carajás	58.367
3º	Barcarena	35.573
4º	Tucuruí	29.016
5º	Oriximiná	19.220
6º	Floresta do Araguaia	16.223
7º	Marabá	15.427
8º	Almerim	12.751
9º	Belém	12.921
10º	Paragominas	12.633
Estado do Pará		10.259

Fonte: Idesp, 2010

Elaboração dos autores

Tabela 2 – *Ranking* dos 10 menores PIBs Per Capita entre os municípios do Estado do Pará a preços de mercado corrente 2010.

Ranking	Municípios 2010	PIB per Capita (R\$)
1°	Curralinho	2.269.82
2°	Bagre	2.365. 52
3°	Cachoeira do Piriá	2.462. 19
4°	Muaná	2584.55
5°	Anajás	2.748.05
6°	Melgaço	2.888.77
7°	Terra Alta	2.890.12
8º	Bujaru	2.923.36
9º	Irituia	2.939. 89
10º	Tracuateua	3.005.77

Fonte: IBGE-SEPOF/DIEPI/GERES
Elaboração dos autores

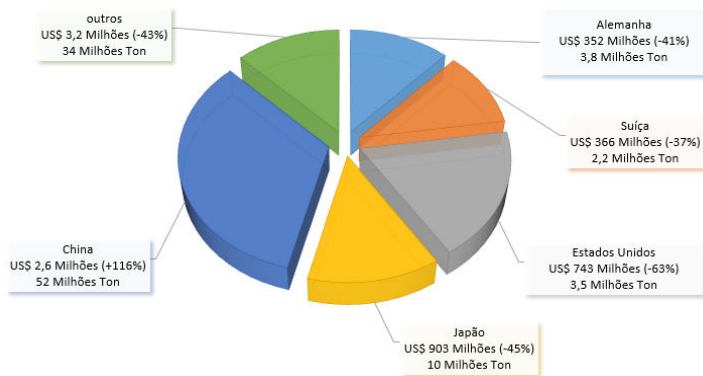
No que diz respeito à mineração, à pecuária e ao setor madeireiro que hoje representam as *locomotivas* da economia paraense, o seu desempenho pode ser resumido, de maneira sucinta, nos seguintes termos:

1. MINERAÇÃO

Depois do lançamento do Programa Grande Carajás, voltado principalmente para “a exportação com a finalidade de gerar divisas, em valores compatíveis com as necessidades do Brasil nos próximos anos” (cit. *in*: Lastres 1987, p. 2), as atividades da mineração começaram a avançar com “botas de sete léguas”. Contudo, é preciso lembrar que inicialmente, mesmo entre os defensores do programa, havia vozes que temiam que, depois do “boom” pós-guerra no mundo altamente industrializado, o setor siderúrgico poderia não demandar na escala desejada o minério de ferro da Serra dos Carajás. Entretanto, por mais que tenha sido coerente na época em foi externada, esta preocupação acabou se tornando obsoleta diante do espetacular avanço econômico de países emergentes

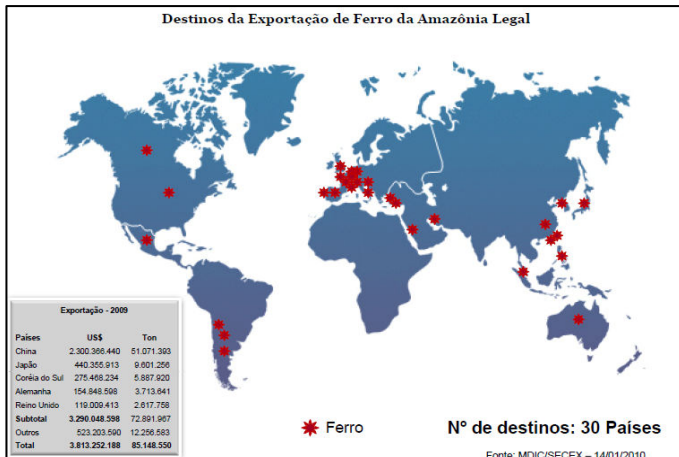
como a China que, nos últimos anos, tem se tornando o maior comprador de minérios da Amazônia (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Principais destinos da exportação mineral da Amazônia Legal, período de janeiro a dezembro de 2008/ 2009.



Fonte: MDIC/ SECEX- 14/01/2010

Gráfico 2 – Destinos da exportação de ferro da Amazônia Legal

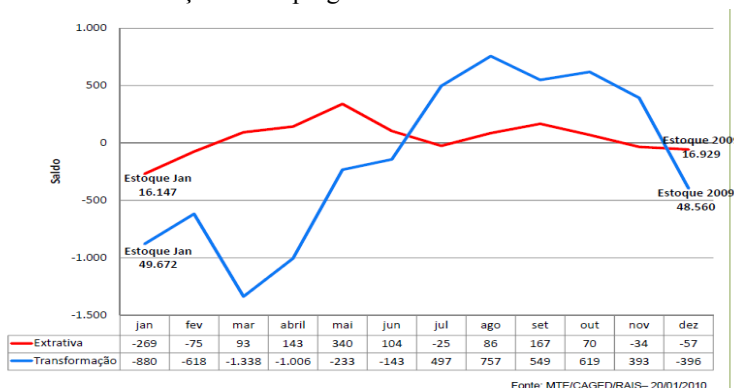


E, se ainda levarmos em conta que a comercialização dos produtos da indústria de transformação mineral como alumina calcinada, alumínio, ferro

gusa, outros silícios e ouro em barra está alcançando hoje um raio de trinta países deste planeta, não há como duvidar de que a história do aproveitamento da megariqueza mineral dos subsolos amazônicos/paraenses se apresenta como uma verdadeira *success story* para o capital investido e para o desempenho da balança comercial do Brasil. Uma história, aliás, que no caso do Sudeste Paraense, aguarda por novos capítulos, já que a maior parte dos quase 40 bilhões de dólares que a indústria mineral investirá até 2014, na Amazônia Legal, estará sendo destinada a nove municípios desta mesorregião.

No entanto, a exploração dos minerais enquanto recursos naturais não renováveis, por mais que a sua escala esteja aumentando vertiginosamente, não representa garantia nenhuma para que os territórios que a hospedam, estejam caminhando rumo à sustentabilidade social e econômica. Pelo contrário! Uma vez implantados, os grandes projetos nesta área, pelo fato de serem altamente capital-intensivos e verticalmente integrados nos mercados externos, geram reduzidos efeitos de multiplicação de emprego e renda nos lugares onde foram implantados. Em 2009, em toda a Amazônia Legal, a indústria mineral gerou apenas 65.489 empregos diretos. (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do emprego direto na indústria mineral



Além disso, é preciso lembrar que a lei Kandir, ao isentar da tributação do ICMS, desde setembro de 1996, a bens e serviços destinados à exportação, aumenta a competitividade internacional das mineradoras, mas deixa os paraenses literalmente com o “pires na mão” diante dos problemas sociais e ambientais que se acumulam em seu próprio quintal, inclusive pelas atividades da própria mineração. E, neste contexto, cabe acrescentar ainda que, em virtude das regras vigentes da legislação atual, as compensações ambientais (*royalties*) que as empresas precisam desembolsar, além de representarem alíquotas bastante baixas (LIMA 2007), beneficiam apenas os municípios de onde se extrai ou se beneficia a matéria prima.

2. PECUÁRIA

Segundo informações da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado, o Pará dispõe de um rebanho de mais que 18 milhões de cabeças de gado, do qual 73 % se encontram no sudeste paraense. No entanto, o crescimento expressivo da criação de bovinos nesta mesorregião – cabe lembrar que a pecuária veio “embrulhada” no pacote do Programa Grande Carajás – está recheado de problemas profundos. Além de ter contribuído aceleradamente para a remoção de sua cobertura florestal, ela continua revelando enormes fragilidades no âmbito da criação de *forward linkages* para a economia regional. Por mais que a introdução de frigoríficos na região tenha levado à criação de uma cadeia produtiva em torno da carne bovina, desde 2005 tem crescido a comercialização do boi em pé para o exterior. Para os criadores, trata-se de um negócio vantajoso, já que nas vendas externas não incide o ICMS. Além disso, a exportação do produto garante o pagamento à vista. Segundo estimativas, as vendas do boi em pé podem chegar a um quarto da capacidade do abate anual da

indústria frigorífica no Pará, atingindo, assim, de maneira sensível, os efeitos para frente da cadeia da carne bovina.

Quanto ao aproveitamento do leite, o sudeste paraense conta atualmente com 23 laticínios que, localizados em 19 municípios, estão usando durante a estação não chuvosa apenas a metade de sua capacidade produtiva.

Esse alto índice de ociosidade está ligado ao fato de que a produção de leite provém, principalmente, de pequenos produtores que “exploram vacas não especializadas, mantidas em pastagens mal manejadas, ocorrendo severa restrição nutricional destes animais no período da seca. A suplementação de concentrados é feita de forma inadequada tanto em termos quantitativos como qualitativos, tendo como resultado uma pequena escala de produção, índices zootécnicos medíocres e baixa rentabilidade.” (FEITOSA; HOMMA *et. al.*, in: www.sober.org.br, p. 2).

3. SETOR MADEIREIRO

De acordo com a Aimex, o setor madeireiro contava, em 2010, com 30 polos de produção, que envolviam em todo o estado 1.067 unidades industriais, chegando a consumir 6,6 milhões de m³ de madeira em tora e alcançando uma renda bruta de quase 1,1 bilhões de dólares. Do seu produto com o maior valor agregado, a madeira serrada, costuma exportar mais do que a metade. A importância do setor está sendo sublinhada pelo fato de que 50% de toda a madeira produzida na Amazônia, são do Pará, desde os anos 1990, depois da Indonésia, o segundo maior fornecedor de madeira tropical na nossa assim chamada vila global. Segundo informações do Ibama, mais do que 70 % da exploração se concretizam em áreas não autorizadas.

No que diz respeito à evidente preponderância desses três setores no âmbito da economia paraense, ela se apresenta como resultado da implementação de um “Modelo Amazônico de Desenvolvimento”, definido pelo Governo

Federal no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (Sudam, 1976) como “desequilibrado na medida em que concede destaque a determinados setores e produtos – os dotados de vantagens comparativas – pondo em plano secundário os demais” e “corrigido na medida em que nele se inserem complementações e correções que visam fundamentalmente a conduzir a Região a participar das vantagens e utilidades que cederá ao País e ao exterior” (*ibid.* p. 56). No entanto, focada no objetivo “da manutenção de altas taxas de crescimento do PIB, por meio de ampla contribuição em relação ao setor de comércio exterior” (*ibid.* p. 52), esta política de desenvolvimento pressupunha a reorganização do espaço regional que, desde os tempos da colonização portuguesa, tinha encontrado a sua base econômica na exploração extrativista de determinados recursos naturais dentro de uma rede de assentamentos humanos, constituída ao longo dos rios que serviam como meios de penetração, de povoamento e de circulação.

Tratava-se de um desafio que as instâncias federais enfrentavam por meio de um elenco de medidas políticas que envolviam a criação da SUDAM em 1968, a federalização de 66% do território do Estado do Pará em 1971, a distribuição e a regularização da apropriação da terra entre 1971 e 1987 sob o comando do INCRA, a implantação do Programa Grande Carajás, a atração de uma parte do excedente demográfico de outras regiões do país e a ampliação dos núcleos urbanos e de sua infraestrutura, bem como a implantação de estradas, aeroportos e hidroelétricas. (ROCHA, 2008).

Dessa maneira, o Estado Nacional impunha-se como colonizador interno que marginalizava politicamente as elites tradicionais do Estado e abordava as populações nativas (indígenas, ribeirinhas e caboclas) como obstáculo ao progresso social e econômico. Mas, considerando que tinha lançado mão da teoria do ciclo de endividamento (CHENERY; STROUT, 1966) para viabilizar o seu projeto “Brasil Potência”, estava, ao mesmo tempo, sujeito às

variáveis dos mercados financeiros globais (taxas de juros, de câmbio, etc.) que fugiam do seu controle.

Nesse contexto, vale trazer à memória que, nos anos setenta do século passado, estes mercados, abarrotados de dinheiro por fatores como a queda da taxa de lucro nos setores produtivos no hemisfério Norte e a abundância dos petrodólares dos membros da OPEC, estavam em busca de novas aplicações rentáveis. Assim, juntavam-se “a fome com a vontade de comer”: Ou seja: os representantes do setor bancário internacional descobrindo os países em desenvolvimento como uma nova clientela para os seus créditos, e as elites políticas e econômicas desta parte do mundo, por sua vez em busca de recursos adicionais para avançar na implementação de suas metas de modernização socioeconômica, assumindo o compromisso de pagar os créditos contratados com os futuros lucros dos projetos produtivos, implantados com estes mesmos créditos.

À primeira vista, tinha-se encontrado o “ovo de Colombo”, uma vez que naquele momento era o próprio mercado que disputava, por juros extremamente baixos, o financiamento das metas de modernização no Hemisfério Sul.

No entanto, a tentativa de utilizar o capital do mercado financeiro internacional, como um instrumento *sui generis* para consolidar e/ou ampliar o desenvolvimento nacional, levou a um profundo revés com a eclosão da crise da dívida externa em 1982. Ao transformar os países devedores em exportadores líquidos de capital, esta crise abria na América Latina toda – aliás, justamente num momento em que esta dava os primeiros passos na direção da democratização dos seus regimes políticos – a porta para a *década perdida* do seu desenvolvimento que, nas palavras de Celso Lafer (1989, p. 34) “afetou a

identidade, reduziu as margens de ação externa e a capacidade interna da região para modernizar-se e desenvolver-se”⁶.

Aqui, vale fazer uma referência ao cientista político chileno Norbert Lechner (1990), que em sua análise das modalidades e da dinâmica da transnacionalização da América Latina chamou atenção a respeito da enorme dificuldade de compatibilizar as lógicas opostas entre modernização e modernidade. A primeira, seguindo no campo da economia parâmetros da racionalidade técnico-instrumental como custo-benefício, eficiência ou produtividade, “impulsiona uma integração transnacional que provoca a marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras.” p. 75). E a segunda, alicerçada em princípios da racionalidade normativa como bem estar social ou participação democrática, continua encontrando o seu *locus* principal na esfera política dos Estados nacionais, onde, na melhor das hipóteses, os cidadãos autodeterminam as regras de sua convivência social.

Mas na medida em que a integração transnacional começava a transformar “a racionalidade instrumental na racionalidade predominante (...) como princípio orientador da ação social e enquanto valor objetivado em produtos”, tornando-se, inclusive, “norma legitimadora do processo político”, nesta situação, nas sociedades latino-americanos, acabava se difundindo a ideia de que “a marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras” decorrente deste processo era um “mal menor, indesejado porém aceito” e, portanto, algo a ser atenuado e não repudiado. (*ibid*).

⁶ “Os países latino-americanos – escrevia Francisco Weffort (1990, p. 31) - se desintegram por dentro e por fora, tanto na sua estrutura interna quanto nos seus vínculos com o mundo. Nos anos de 1980, esses países que já eram pobres, tornaram-se também *marginais*, isto é, saíram (ou estão saindo) dos circuitos principais do mundo moderno. (...) Em todo caso, o certo é que se a América Latina dos anos de 1980 continua uma região de países periféricos, já não é mais uma região de “países em desenvolvimento”, como se dizia nos anos de 1960. É uma região de países estancados.”

Trata-se de um diagnóstico que se aplica com perfeição ao Brasil depois do ciclo dos governos militares. Naquele momento, o então todo poderoso Estado desenvolvimentista e “colonizador” da fronteira amazônica, tendo se tornado refém do pagamento dos encargos da dívida externa, passava a sofrer uma enorme redução de sua capacidade de intervenção técnico-financeira e, diante do avanço da ideologia neoliberal como pensamento único, procurava se afirmar como *trading state*, por sua vez encarregado com a missão de fortalecer a competitividade sistêmica dos atores econômicos nacionais no âmbito do *arquipélago* global.⁷

Mas na medida em que naquele momento o Estado brasileiro não tinha, nem minimamente, condições para “corrigir” os desequilíbrios que a “valorização estratégica e econômica” do Pará traria fatalmente em seu bojo, ele acabava “entregando” o crescente ônus da *administração* destes mesmos desequilíbrios aos atores regionais/locais. E estes últimos, ao se organizarem primordialmente em torno da constituição de novos espaços municipais⁸ e do fortalecimento das instâncias estaduais, deram a sua contribuição para a gradual substituição da “federalização do território (...) por um processo de ação compartilhada entre os níveis de governo, para a qual se buscou *o revigoramento do poder local e regional*” (ROCHA, 2008, p. 44). Um processo, aliás, que

⁷ Nesta situação, seguia na região amazônica uma política de apoio a protagonistas como as grandes empresas minerais, agropecuárias e madeireiras que se destacavam pelo fato de administrarem os seus territórios na base dos modernos conhecimentos da ciência, da tecnologia e da logística, criando, assim, uma dinâmica de ocupação que estava separada por distâncias amazônicas da territorialidade de segmentos sociais como os agricultores familiares, produtores sem terra, garimpeiros, populações tradicionais etc., com quais estavam disputando o acesso aos recursos naturais da fronteira. No que concerne à convivência obviamente conflituosa entre essas duas lógicas, ela se manifestava nos anos de 1980, de maneira paradigmática, pelo contraste entre o núcleo urbano do Projeto Carajás, integrado à rede dos *global cities* a partir do seu papel de facilitar a extração do minério de ferro, e Serra Pelada, localizada nos arredores da *company town*, onde milhares de garimpeiros estavam à procura de ouro, cavando com as suas próprias mãos um buraco de dimensões gigantescas.

⁸ A maioria dos municípios no Sudeste Paraense foi criada nos anos 80 e 90 do século passado.

ganhava a sua dinâmica por meio da “apropriação política do território” (*ibid*) e da atualização e/ou da constituição de identidades culturais como pontos de partida para a construção de laços de união entre as populações de baixa renda e as classes dirigentes nas esferas locais.

Mas já que esta caminhada se dava como resultado da crise de uma estratégia de industrialização retardatária que tinha apostado na transformação do Pará (ou da Amazônia de um modo geral) numa reserva de modernização para o progresso da nação, os “poderes locais e regionais revigorados” em momento nenhum dispunham dos meios técnicos e financeiros para iniciar a reversão das heranças nocivas do mencionado “modelo de desenvolvimento amazônico”. Pelo contrário! Diante dos problemas sociais, econômicos e ecológicos acumulados encontravam-se na condição de um batalhão de bombeiros que tenta apagar o incêndio de um prédio de 20 andares com meia dúzia de baldes de água.

4. COMO INCENTIVAR A IMPLEMENTAÇÃO DE VIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ARQUIPÉLAGO PARAENSE?

A questão sobre a maneira que deve incentivar a implementação de vias de desenvolvimento local no Pará será discutida, a seguir, a partir das premissas básicas do **eco-desenvolvimento**, apresentadas de maneira sucinta no primeiro capítulo. Favorece-se esta concepção fundamentalmente por duas razões.

Primeiro, porque defende com afinco a revisão dos vigentes estilos de vida nas *ilhas* e a superação definitiva dos sonhos miméticos nas *terras afundadas do arquipélago global* dentro de uma perspectiva que realça a importância da substituição do “paradigma atual de *mau* desenvolvimento que produz riqueza e, ao mesmo tempo, reproduz pobreza e exclusão social” por um “paradigma de desenvolvimento socialmente equitativo ambientalmente prudente e economicamente viável” (SACHS, 2007, p. 308), deixando-se bem claro, portanto, que, pelo bem da sociedade planetária, a articulação entre o local, o nacional e o global tem que ser reestruturada.

Segundo, porque insiste que, em regiões tropicais, deve insistir-se na implementação de uma civilização da biomassa, já que nelas “o clima e as condições ecológicas permitem alcançar (...) uma elevada produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e da água.” (*ibid.* p. 231).

Por outro lado, é óbvio que nas terras paraenses qualquer concepção de desenvolvimento local, independentemente de suas coerências teórico-analíticas, precisa afirmar-se em um ambiente sociocultural que se destaca por um baixo nível de instrução educacional da maior parte da população e está sendo administrado por instituições públicas regionais/locais com reduzidas capacidades de investimento, mostrando que a *maré* do “desenvolvimentismo local” *não está para peixe* e os seu pescadores estão correndo o risco de chegar a sua casa de mãos vazias.

Mas, avalia-se que esta *maré* deve ser enfrentada, num primeiro momento, por meio da atualização e da ampliação do zoneamento econômico-ecológico que, por sua vez, precisa priorizar cada vez mais a realidade municipal, já que os municípios, personagens autônomas na organização político-administrativa do Brasil, dispendo de poder executivo e legislativo, zelando oficialmente pelos interesses locais, representam um campo virtualmente privilegiado para a elaboração de políticas de inovação social e ambiental.

Contudo, é preciso ter em mente um dilema que pode ser resumido nos seguintes termos: não há como viabilizar tais políticas se não houver atores locais que estejam dispostos a se organizar em torno da “busca de alternativas de desenvolvimento e de novos estilos de vida” (SACHS, 1986, p. 153). Porém, avanços nesta direção encontram um forte obstáculo justamente nas tradições do clientelismo e do patrimonialismo, que continuam impregnando as relações de poder no universo municipal do Pará e, em consequência disso, estão sufocando o despertar da imaginação social e da engenhosidade própria das classes populares.

Trata-se de um nó górdio que incentiva citar, mais uma vez, o economista chileno Sergio Boisier, que, fazendo referência aos desafios do desenvolvimento local em toda a América Latina, disse em entrevista datada de 2007:

“*Se no hay actores, hay que constituir actores.*” (<http://www.uvm.cl/csonline>)

Mas como se pode formar tais atores sem cair na armadilha das receitas do vanguardismo político e técnico-científico que, em regra, acabam perpetuando a distância entre um pequeno grupo de supostos *iluminados* e a grande massa da população? Certamente, trata-se de uma questão aberta que não se satisfaz com soluções mágicas. Contudo, acredita-se que sua discussão passa necessariamente pela análise do *estado das artes* do sistema educacional no Pará

que, se for avaliado por indicadores como a média de anos de estudo, a taxa de analfabetismo de pessoas adultas ou a população com menos de oito anos de estudo a partir da faixa etária de 18 a 24 anos, revela tendências nitidamente sombrias, mostrando que a política educacional no Estado está avançando a passos muito lentos – aliás, tanto nas *ilhas* do crescimento econômico como nas *terras afundadas* do *arquipélago* paraense. E, diga-se de passagem, apesar da aplicação de um considerável volume de recursos financeiros, já que, segundo informações da SEDUC, a União, o Estado e os Municípios dedicam aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano à educação.

Então, o que fazer para enfrentar as profundas deficiências de um quadro educacional que, por razões óbvias, estão incompatíveis com qualquer estratégia de desenvolvimento que procura reverter as vigentes polarizações socioespaciais do Estado?

Na medida em que discutirmos esta questão a partir do enfoque do eco-desenvolvimento, é preciso insistir na necessidade imperiosa de elaborar uma política educacional que insista na valorização da biodiversidade e da história sociocultural da Amazônia.

A título de exemplo, mencionamos neste contexto os criadores de bovinos de pequeno e médio porte em municípios como Xinguara, Tucumã ou São Felix do Xingu, no sudeste paraense, que não dispõem dos recursos necessários para manejar de forma sustentável os seus rebanhos e, além de viverem *com uma mão na frente e outra atrás*, devastam o seu ambiente natural (Mitschein; Chaves; Alves do Vale, 2011). Diante desse quadro, cabe perguntar: Será que as escolas de ensino fundamental e médio que os filhos destes mesmos criadores frequentam dão uma abordagem coerente sobre as condições socioeconômicas de uma mesorregião que se reproduz fundamentalmente por meio da pecuária extensiva e da mineração? Será que nas aulas das matérias como história, geografia, biologia, química ou sociologia estão sendo

focalizadas, de forma coerente e clara, a trajetória de ocupação da referida mesorregião, a dinâmica da destruição dos seus ecossistemas e perspectivas viáveis para o seu desenvolvimento futuro.

Sabe-se que isso não está sendo feito nos moldes adequados e não se pretende, aqui, entrar no mérito da questão dos *porquês*. O que se quer destacar é simplesmente que a institucionalização de procedimentos de ensino que focalizam a criação de complementaridades entre sócio e ecossistemas é uma *conditio sine qua non* para transformar as escolas das esferas municipais em **agências de desenvolvimento local**. Agências, aliás, que no caso do ensino médio, devem estabelecer relações orgânicas com programas profissionalizantes que visem a qualificação de mão de obra, adequada às demandas das vocações econômicas potencialmente sustentáveis de cada território municipal ou microrregional. Como exemplo de uma ação desse tipo, vale mencionar o Curso Técnico “Agroecologia e Empreendedorismo Rural”, elaborado pela Universidade Federal do Pará e implementado com o apoio da Secretaria de Estado de Educação do Pará, no município de Tucumã. Neste curso, que tem duração de um ano, e é certificado pelo Ministério de Educação (MEC), foram capacitados filhos de produtores rurais que devem atuar principalmente em duas frentes de trabalho de fundamental importância para o futuro social, econômico e ambiental deste território microrregional, a saber:

- na ampliação da fruticultura, que atualmente encontra o seu destaque no plantio do cacau, mas que, do ponto de vista de sua sustentabilidade, deve ser integrado cada vez mais em Sistemas Agroflorestais (SAFs), e
- na diversificação da pecuária extensiva, por meio da introdução de projetos agrossilvipastoris, que potencializam a renda dos criadores de pequeno e médio porte, recuperam solos degradados e são um insumo indispensável para a consolidação da cadeia produtiva do leite.

Parte-se do princípio de que a multiplicação de iniciativas desta natureza deve ser elemento integral de um projeto de desenvolvimento estadual maior; um projeto que vise à implementação de uma civilização moderna da biomassa, tendo como objetivo o “uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática como alimentos humanos, ração para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção, fibras, plásticos e demais produtos da *química verde* e das biorreferências do futuro, fármacos e biocosméticos.” (SACHS, 2009).

Contudo, iniciativas dessa natureza – que proporcionariam a retomada das atividades econômicas nas zonas rurais em bases sustentáveis, criariam novos e sólidos efeitos para frente e para trás entre campo e cidade, gerando os indispensáveis efeitos de multiplicação de emprego, ocupação e renda, além de contribuir expressivamente para diminuir as emissões de CO₂ – exigem, de forma imperiosa, a “tropicalização da ciência e da tecnologia” (*ibid.* p. 231) em nível regional, ancorada, fundamentalmente em duas prioridades:

- Incentivar as instituições universitárias a pesquisarem de maneira sistemática a potencialização do uso simultâneo das biomassas florestais, agrícolas e aquáticas, e
- Criar as bases para o estabelecimento de um *mutirão* operacional e denso entre os representantes do ensino fundamental, médio, técnico/tecnológico e universitário em cada território, encarregado de facilitar a constituição de atores sociais que *briguem* em seu próprio *quintal* pela implementação de novas vias de desenvolvimento.

Vias locais que, aliás, em sua articulação no âmbito do território do Estado, poderiam representar o fermento da formação de um modelo de civilização tropical que, pelo fato de ainda estar para nascer, estaria, na melhor das hipóteses, imune às cegueiras dos defensores do mimetismo a qualquer custo. De qualquer maneira, encontraria nas zonas degradadas do Pará o espaço privilegiado de suas intervenções e daria proteção às florestas primárias dentro

de uma perspectiva de aproveitar os seus serviços ambientais como poder de barganha nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas e a acelerada destruição da biodiversidade.

Entretanto, é preciso reconhecer que a viabilização de uma civilização tropical desta natureza, ancorada na adaptação do sistema educacional às necessidades reprodutivas da sociedade paraense, depende da disponibilização de recursos técnico-financeiros que, nas condições atuais, estão fora do alcance dos *stakeholders* do Estado.

No entanto, pelo menos à primeira vista, não há falta de fontes para acelerar o passo para avançar nesta direção. Nesse contexto, pode-se pensar na mencionada dívida pública do Brasil que em 2010 consumiu 44,9% do orçamento geral da União. Somente 1% deste montante representaria quase um terço de todo o orçamento do Governo do Estado do Pará.

Mas pode-se pensar, também, em opções como o cancelamento da lei Kandir, no aumento dos *royalties* da mineração, a tributação da energia hidroelétrica na fonte, e não no consumidor, para superar a condição do Pará como colônia energética do resto do Brasil e, *last but not least*, em políticas de cunho internacional que insistem na inclusão das florestas nativas na economia do carbono em moldes que já tinham sido levantados na **Carta dos Governadores da Amazônia ao Presidente da República**, de 26 de junho de 2009.

No entanto, a viabilização de tais opções de financiamento pressupõe que a maioria dos brasileiros esteja compartilhando a ideia de que “na Amazônia o Brasil tem a melhor oportunidade de se redescobrir e de se reorganizar”. (Roberto Mangabeira Unger, *in*: Diário do Pará, 20.01, 2008). Mas, como é de notório saber, esta ideia, formulada pelo antigo secretário de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, não move a consciência dos principais

stakeholders dos territórios economicamente mais avançados do país e não faz parte das prioridades da política nacional.

Isto exposto, vale repetir a pergunta levantada no título deste artigo:

Será que o desenvolvimento local é um paradigma viável para o Estado do Pará?

Em princípio sim, já que é fatalmente no âmbito local que os homens precisam demonstrar a sua capacidade de adaptar as suas estratégias reprodutivas às particularidades do seu ambiente natural.

Mas considerando que em sua relação com as esferas do mercado mundial e da política nacional o Pará – e a Amazônia de um modo geral – se apresentam **como eles mais frágeis** é preciso reconhecer que a implementação de vias de desenvolvimento nos moldes do eco-desenvolvimento dificilmente avançará numa escala maior sem uma revisão substancial das relações de poder no âmbito do arquipélago global.

Neste sentido, a luta pela viabilização de uma civilização tropical da biomassa no Pará pode ser comparada, em referência a Antonio Gramsci, com uma “guerra de posição”: Deve-se defender *com unhas e dentes* o terreno já conquistado e não perder a esperança de que, no futuro, as *forças de combate* serão ampliadas e fortalecidas. É, certamente, uma esperança pouco promissora para aqueles que se seguram a duras penas nas *trincheiras do campo de batalha*. Mas, já que é pouco provável que esteja surgindo outra melhor, tem que ser encarada de forma consciente.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. L.: *Arranjo Produtivo Local do Leite do Sudeste do Pará*, Sudam. Gov.br. (DOC).

AMIN, S.: Die Aussenansicht der europaeischen Linken, *in: Prokla* 92, 23. Jg., September 1993.

BECK, U.: *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*, Frankfurt am Main 1986.

BOISIER, S.: Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político, *in: Planejamento e políticas públicas*. N. 13 – jun. de 1996.

BOISIER, S.: Globalización, Integración Supranacional Y Procesos Territoriales Locales: Hay Sincronía? *In: Encuentro Latinoamericano* “Retos del desarrollo local. Estrategias, escenarios, perspectivas”, Panel “Novos escenarios y perspectivas del desarrollo local”, Cuenca, Equador, 21 de septiembre de 2005.

CHENERY, Strout: Foreign Assistance and Economic Development, *In: Economic Development Review*, N. 56, 1966.

FATORELLI, M.L.: A inflação e a dívida pública, *in: Le Monde Diplomatique*, Ano 4, Número 47, Junho, 2011.

FEITOSA, Homma *et. al.*: Da produção familiar no Sudeste paraense: O caso dos produtores de leite no município de Rio Maria, *in: WWW.sober.org.br*

GUTIERREZ, R.A.: Conversación com Sergio Boisier, *in: http://www.uvm.cl/csonline*, Miércoles, 31 de enero 2007.

KLEIN, N.: *Die Schockstrategie. Der Aufstieg des Katastrophen-Kapitalismus*, Frankfurt am Main 2007.

LAFER, C.: Dilemas da América Latina num mundo em transformação, *in:*

CEDEC, N. 18, agosto de 1989.

LASTRES, H.: *O Impacto dos Grandes Projetos: O Caso de Carajás*, CEPAL/IPEA, mimeo, 30 de abril de 1987.

LIMA, R.: *A compensação financeira pela exploração mineral no Brasil e no mundo*, Masio 2007, in: [HTTP://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br).

LECHNER, N.: A modernidade e a modernização são compatíveis? – O desafio da democracia latino-americana, in: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, setembro 90, N. 21.

MITSCHEIN, T.A.: O direito à diversidade socioambiental como utopia andino-amazônica no séc. XXI, Belém, 2010.

MITSCHEIN, T.A. CHAVES, J.F.; ALVES DO VALE, L.: Polarização socioespacial e desenvolvimento municipal no Sudeste paraense: O caso de Tucumã, Belém, 2011.

PIORE, M.; SABEL, C.F.: *The second industrial divide: possibilities for prosperity*, New York, 1984.

ROCHA, G. Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial?, in: TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES BARBOSA, S.; DINIZ GUERRA, G. (orgs.): *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*, Belém, 2008.

SACHS, I.: *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*. São Paulo, 1986.

SACHS, I.: *Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento*, São Paulo, 2007.

SACHS, I.: A crise: janela de oportunidade para países tropicais, in: *Le Monde Diplomatique*, Brasil <http://diplo.UOL.Com.br/2009> – 02.

SAFATLE, V.: Nação Cartelizada, in: *Carta Capital*. Edição especial de aniversário, 24 de agosto de 2011.

SEDUC, UFPA, BOLSA AMAZÔNIA: Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Agroecologia. Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, mimeo, Belém, 2011.

SILVA MELGAÇO, C.M.; FREITAS ALVIN, D.R.: *O Poder Legislativo e a Agenda 21*, Belo Horizonte, 2008.

SUDAM: II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia 1975-1979, Belém, 1976.

VELTZ, P.: *Mondialisation, villes e territoires. L' économie d'archipel*, Paris, 1996.

WEFFORT, F.: A América errada, *in: Lua Nova*. Revista de cultura e política, setembro 90, N. 21.

ZELIK, Raul. Venezuela nach Chavez, *in: raulzelik.net*.

O DIREITO À CIDADE NA FLORESTA AMAZÔNICA

**Thomas A. Mitschein
Jadson F. Chaves**

INTRODUÇÃO

Em 2007, pela primeira vez na história humana, o número dos habitantes das cidades tinha ultrapassado o das áreas rurais. Como elemento integral desta inversão se destaca o *inchaço* das *shanty-towns* (favelas) no Hemisfério Sul que já abrigam 1 bilhão de pessoas e estão recebendo a cada ano mais 30 milhões de novos moradores. A América Latina, ocupando o primeiro lugar no *ranking* da urbanização por continentes, enquadra-se perfeitamente bem nesta trajetória, uma vez que 124 milhões dos seus habitantes continuam sobrevivendo em imensos subúrbios com infraestruturas e serviços sociais altamente precários. É digno de nota que a tendência dos latino-americanos se aglomerarem cada vez mais em frações cada vez menores do seu território está avançando também na Amazônia brasileira. Nas cinco décadas passadas, a parcela urbana da população residente desta região tem passado de 36 % para impressionantes 74%, revelando-se no mencionado período taxas de crescimento que ultrapassam de longe a média brasileira.

No que diz respeito às modalidades e à dinâmica que caracterizam esta transformação da maior floresta tropical do planeta numa "floresta urbanizada" (B. Becker), elas continuam sendo determinadas pela lógica reprodutiva de um modelo de crescimento econômico que os seus idealizadores chamaram de *desequilibrado e corrigido* (SUDAM, 1976). *Desequilibrado* porque favorecia

aqueles setores econômicos (mineral, madeireiro, hidroelétrico, agropecuário, pesqueiro empresarial), dos quais se esperavam vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E *corrigido* porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo.

Contudo, o que a ação corretiva da *mão pública* pressupõe, além da capacidade técnica de planejamento, é ter *poder de fogo* em termos financeiros. No entanto, fatores como o pagamento dos encargos da dívida externa, modestas taxas de crescimento econômico e, certamente, o avanço das receitas do *fundamentalismo de mercado* fizeram com que este *poder de fogo* minguasse expressivamente nas duas décadas antes da virada do século. E na medida em que, depois da eclosão da crise da dívida externa, o Brasil acabou entrando na assim chamada década do seu *desenvolvimento perdido*, as instâncias federais começaram a diminuir, de forma substancial, a sua presença na Amazônia.

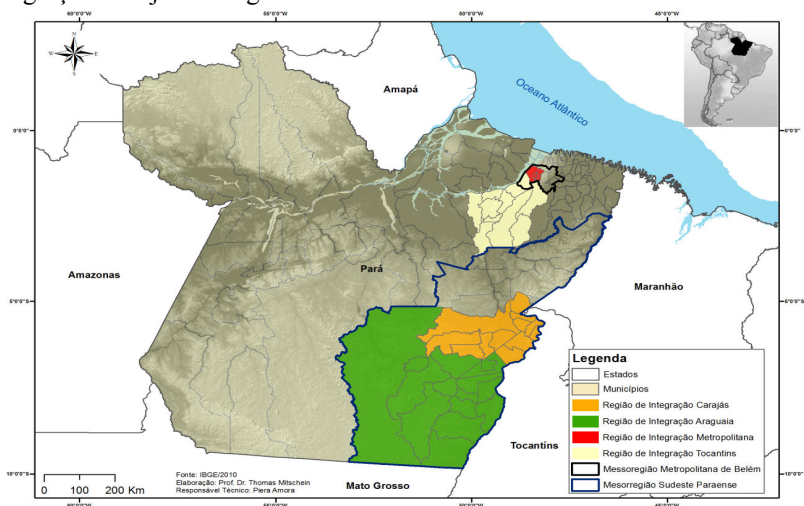
Em consequência, a *administração* dos conflitos sociais entre atores tão diferentes, como trabalhadores sem terra, garimpeiros, povos indígenas, grandes empresas de mineração, pecuaristas ou madeireiros, passava cada vez mais para os protagonistas políticos nas esferas municipais e estaduais dentro da própria região. Mas, considerando que este processo de “*revigoração do poder local e regional*” (ROCHA, 2008, p. 44) era o resultado da crise de um projeto de modernização nacional, os *poderes locais revigorados* em momento nenhum estavam dispondo dos meios técnicos e financeiros para enfrentar de fato os problemas socioeconômicos e ambientais que estavam vivenciando diariamente.

E, como cabe acrescentar, continua-se vivendo nesta mesma situação na região inteira, apesar do fato de que, na década passada, o Governo Federal tenha insistido na retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional, substituindo a *mercantilização* da política dos tempos neoliberais por um modelo de *capitalismo organizado*, que gira em torno da função estruturante

das instituições públicas; mas, obviamente, não foge das imposições de um sistema econômico global, que dominado pela preponderância dos mercados financeiros, diminui substancialmente a capacidade de investimento da mão pública (Fatorelli,2010; Paulani,2012).

Partindo deste segundo plano, abordaremos a seguir a relação entre crescimento urbano e exclusão social no Estado do Pará, focalizando especificamente a região metropolitana e o sudeste paraense. E, num segundo passo, defendemos a ideia de que na floresta amazônica a urgente conquista do *direito à cidade* (LEFEBVRE, 1968) por parte das camadas populares encontra a sua âncora fundamental na implantação de uma moderna civilização da biomassa nos Trópicos (SACHS, 2006).

Mapa 1 – O Estado do Pará – Região de Integração Metropolitana e Regiões de Integração Carajás e Araguaia



Fonte: IBGE, 2010, Responsável Técnico: Piera Amora,
Elaboração própria

1 CRESCIMENTO URBANO E EXCLUSÃO SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ

Tendo sido palco estratégico da assim chamada valorização da Amazônia durante o ciclo dos governos militares (MORAIS; DA COSTA, 1984), o Estado do Pará se destaca atualmente por uma característica bastante peculiar. Contribui para o PIB nacional com modestos 2,1%, mas *joga na área* do comércio exterior como *time grande*, ocupando entre os estados exportadores do Brasil o sexto lugar.

Tabela 1 – Valor corrente do PIB do Brasil, da Região Norte e do Estado do Pará em 2010

Grandes regiões e unidades da Federação	Produto Interno Bruto	
	Valor Corrente (1000 000 R\$)	Participação %
Brasil	3 770 085	100,0
Norte	201 511	5,3
Pará	77 848	2,1

Fonte: Contas Regionais do Brasil, IBGE, 2010.

Elaboração própria

Ganha, portanto, *hard cash* para o país inteiro; porém, nesta condição, está sendo prejudicado pela Lei Kandir que, desde setembro de 1996, isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados aos mercados externos. No caso paraense, a pauta destes bens é dominada pela mineração, pela indústria madeireira e pela pecuária que conjuntamente representam hoje as locomotivas da economia do estado, mas, ao mesmo tempo, revelam baixos níveis de agregação de valor, geram tênues efeitos de ocupação e emprego e renda e, pelo fato de estarem alocando os seus investimentos de acordo com a ocorrência

geográfica das matérias primas que são do seu interesse, estão potencializando a polarização socioeconômica entre os e dentro dos territórios do Estado¹. Uma polarização, aliás, que se manifesta por meio da concentração da produção de crescentes parcelas do PIB estadual num número decrescente de suas unidades municipais e está sendo acompanhada pelo crescimento do contingente urbano do efetivo demográfico paraense em todas as suas mesorregiões geográficas, atingindo, inclusive, aqueles 63 dos seus 144 municípios, cuja população residente não ultrapassa o número de 25.000 habitantes (veja Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – População residente, urbana, rural e taxa de urbanização nas mesorregiões geográficas do Estado do Pará

Mesorregiões Geográficas	Taxa de Urbanização			
	População Residente (1)	População Urbana (2)	População Rural	(2) de (1) em %
Metropolitana de Belém	2.437.279	2.252.203	185.094	92,4
Sudeste Paraense	1.647.514	1.149.813	497.698	70
Nordeste Paraense	1.789.387	873.237	916.150	49
Baixo Amazonas	736.432	426.999	309.433	58
Sudoeste Paraense	483.411	277.852	205.599	57
Marajó	487.010	211.452	275.558	43

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

Elaboração própria

¹ Segundo a FIEPA (2012), o Pará receberá no período de 2012 até 2016 investimentos na ordem de R\$ 129.619 bilhões, dos quais aproximadamente 53% se destinam a atividades econômicas ligadas ao setor mineral, envolvendo nove Municípios na Região Carajás.

Tabela 3 – População residente, urbana e taxa de urbanização em quatro grupos de municípios paraenses, divididos pelo número dos seus habitantes

Grupos de Municípios	(1) População Residente	(2) População Urbana	(2) DE (1)	(3) em % da população residente no Pará	(4) em % da população urbana no Pará
Mais de 100.000 Hab	3.204.121	2.862.002	89,32	42,22	55,13
Mais de 50.000 Hab	1.853.113	1.077.158	58,13	24,42	20,74
Mais de 25.000 Hab	1.368.566	679.380	49,64	18,02	13,08
Menos de 25.000 Hab	1.162.278	573.019	49,30	15,31	18,03

Fonte: IBGE - Sinopse do Guia Demográfico de 2010

Elaboração própria

Trata-se de uma tendência que ganhou sua virulência maior na região metropolitana e no sudeste paraense². A primeira, integrando a capital paraense que, entre 1960 a 1980, vivenciou um expressivo aumento de sua população residente, uma expansão acelerada dos seus bairros periféricos e um *inchaço* expressivo do seu mercado informal de trabalho. E o segundo, um território de ocupação recente, onde a maior parte dos núcleos urbanos nasceu em torno dos grandes projetos minerais e agropecuários, afirmando-se em sua função de "base logística" (BECKER, 1987, p. 7) no processo do avanço da fronteira amazônica enquanto espaço não plenamente estruturado. Mas ambas as regiões, não obstante às especificidades de suas trajetórias históricas, compartilham hoje as maiores taxas de urbanização do estado, aglomerando nos núcleos centrais dos

² A linguagem oficial divide o Estado do Pará ou em seis mesorregiões ou em doze Regiões de Integração. No caso da capital paraense e dos seus Municípios vizinhos, adotamos no âmbito deste trabalho a *nomenclatura* do segundo enfoque classificatório, uma vez que este descreve com mais nitidez a Região Metropolitana de Belém como um espaço urbano integrado.

seus municípios uma enorme massa populacional com baixos níveis de instrução educacional e profissional, irrisórias rendas familiares e poucas chances de integração nos circuitos formais de suas respectivas economias locais. Ou seja, vivenciam em sua própria pele um processo de *urbanização selvagem* que:

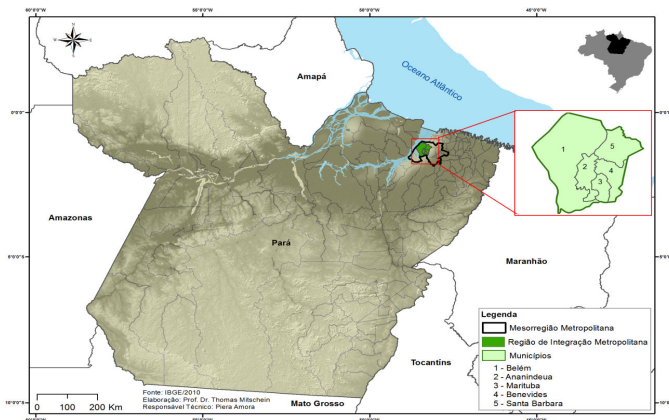
- segrega porque nega à maioria da população condições minimamente civilizatórias, em áreas como educação, saúde, saneamento, moradia, renda familiar e segurança alimentar;

- uniformiza porque sujeita os setores populares às mensagens de uma cultura global comercializada que, transmitidas diariamente pela mídia e seus programas de divertimento, lhes tiram, como diriam Adorno e Horkheimer (2006, p. 119) “a última ideia de resistência que a (sua) realidade ainda deixa subsistir” e, *last but not least*;

- tem se tornado a principal fonte do aumento dos índices de criminalidade e de violência até nas cidades de menor porte.

1.1 A Região Metropolitana

Mapa 2 – Mesorregião Metropolitana de Belém, Região de Integração Metropolitana, Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara



Os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara formam um espaço urbano integrado, hospedando com seus dois milhões habitantes 38% de toda a população urbana do Pará. E dispõe com a capital paraense de uma das principais cidades *testemunha* da história da Amazônia, que, depois do *boom* da borracha, entrou numa longa fase de hibernação. Acabou perdendo sua função de entreposto comercial entre o seu *hinterland* amazônico e o exterior, e a partir daí deixou de se reinventar em termos socioeconômicos. Na realidade, não encontrou nenhuma nova vocação produtiva numa situação histórica, em que o eixo da política do estado nacional tinha se deslocado definitivamente para o objetivo da industrialização retardatária do país. O resultado deste enredo é bem conhecido: em consequência dos desequilíbrios que o Pará sofreu durante a fase do seu acoplamento mais sistemático aos polos de acumulação da economia brasileira, a sua capital

vivenciou entre 1960 e 1980 uma verdadeira explosão demográfica³, proporcionando a ampliação desordenada do espaço físico dos seus subúrbios e a multiplicação das fileiras de uma força de trabalho com baixos níveis de instrução educacional e profissional.

Nesse contexto, é pertinente fazer uma rápida referência à pesquisa de Mitschein, Miranda, Paraense (1989) sobre as condições de sobrevivência na periferia urbana de Belém que foi realizada em 1987, e da qual queremos destacar os seguintes dados:

- 64,2% dos moradores entrevistados vinham de microrregiões vizinhas como a Bragantina, Salgado, Guajarina, Tomé-Açu, Campos de Marajó ou Baixo Tocantins, como migrantes paraenses de origem rural;
- os principais motivos migracionais, mencionados pelos entrevistados, eram a procura de trabalho, carências infraestruturais no Interior, o desejo de encontrar melhores condições de vida e a necessidade de acompanhar familiares;
- 47 % já tinham visitado Belém pelo menos uma vez antes da migração;
- 65% vieram acompanhados de familiares quando decidiram morar definitivamente em Belém;
- 60% acharam o primeiro abrigo na casa de parentes ou amigos; e
- quase a metade conseguiu o primeiro trabalho por meio da indicação de parentes ou amigos.

No que diz respeito às condições de ocupação, emprego, renda e escolaridade dos entrevistados, cabe realçar que

- apenas 27,3% tinham vínculo empregatício;
- a renda mensal de dois terços não ultrapassava dois salários mínimos;

³ Neste período, a população residente de Belém passou de 254.949 para quase um milhão de habitantes.

- 53,7% achavam mais vantajoso trabalhar por conta própria, mencionando as seguintes razões: "É melhor não ter patrão, há mais liberdade de horário, pode-se ganhar mais";
- 24,3% estavam sem escolaridade; e
- 40,3% tinham frequentado o ensino fundamental apenas até a quarta série.

Segundo a mencionada pesquisa chamava atenção a ambivalência com que os entrevistados justificavam a sua opção pela cidade grande. A migração tornou-se necessária pelas precárias condições de sobrevivência no Interior. Mas, se tivesse tido alternativas, teria sido melhor deixar de vir à capital.

Por outro lado, não esconderam a sua descrença na auto-organização nos próprios bairros, pela destacada desunião entre os moradores e, também, pela falta de confiança nos políticos que prometem *mundos e fundos*, mas não cumprem a sua palavra. Mas tais frustrações não se chocavam com a esperança de poder contar com o favor da figura do *pistolão* que abre portas e remove obstáculos.

Contudo, por mais que os entrevistados tenham abordado com clareza as enormes dificuldades de sua adaptação a um *habitat* urbano, onde a monetarização dos principais insumos de sua reprodução física estava transformando sua vida cotidiana num verdadeiro pesadelo; ao mesmo tempo transmitiam sua valorização de normas de convivência social que diziam respeito à unidade e hierarquia familiares ou ao respeito mútuo entre vizinhos. Normas, aliás, que eles mesmos identificavam com práticas sociais que tinham vivenciado em seus lugares de origem, como o **mutirão** enquanto mecanismo de ajuda mútua entre agricultores familiares que preparam os seus roçados, ou o **sistema de aviamento**, uma tradicional relação de exploração na Amazônia entre os representantes do capital comercial e usurário e os produtores agroextrativistas que, não obstante à sua dimensão parasitária, tendia a ser encarada pelos últimos

como uma relação de benefício mútuo, cumprida por acordos verbais com os aviadores (SANTOS, 1980). De qualquer maneira, práticas que faziam parte de uma herança cultural que, segundo Mitschein, Miranda e Paraense (1989), incentivava na fase da acelerada expansão dos bairros periféricos da capital paraense a postura passiva das classes subalternas diante das condições de sua segregação espacial e social. No entanto, uma reserva de dominação desta natureza, ancorada em estilos de vida que se reproduzem à margem da lei capitalista do valor, não é um poço sem fundo numa cidade que priva a maior parte das camadas populares de condições minimamente civilizatórias em áreas tão essenciais como educação, saúde, saneamento, segurança alimentar, emprego e renda⁴, mas acaba integrando esta mesma população no mundo das *maravilhas mercadológicas*, ao qual, devido a sua condição socioeconômica, tem pouco acesso.

Neste contexto, cabe destacar que em 2010, na Região Metropolitana, setenta por cento (!) da população na faixa etária de 17 a 29 anos estavam sem vínculo empregatício.

⁴ Na virada do século XX para o século XXI, em Belém:

- 40% das crianças viviam em famílias com uma renda inferior a meio salário;
 - 65,5% da população ocupada (POC) ou trabalhavam por conta própria ou sem carteira assinada;
 - 54,83 dessa mesma POC não ganhavam mais do que 2 salários;
 - 45,3 % da população adulta não tinham completado 8 anos de estudo; e
 - 20% dos mais pobres se apropriavam exatamente de 1,9% do PIB municipal.
- Dados do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD.

Tabela 4 – Vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos na Região Metropolitana e nos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara

Vínculo por município	17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Soma das faixas etárias	Total	% dos jovens até 29 anos
Ananindeua	193	8.493	11.417	20.103	56.418	35,6
Belém	1.218	45.196	65.588	112.002	391.168	28,6
Benevides	14	935	1.328	2.277	6.263	36,4
Marituba	27	1.829	2.503	4.359	13.300	32,8
Santa Bárbara	0	144	208	352	1.305	27,0
Região METROPOLITANA de Belém	1452	56597	81044	139093	468.454	29,7

Fonte: IDESP/IBGE 2010

Elaboração própria

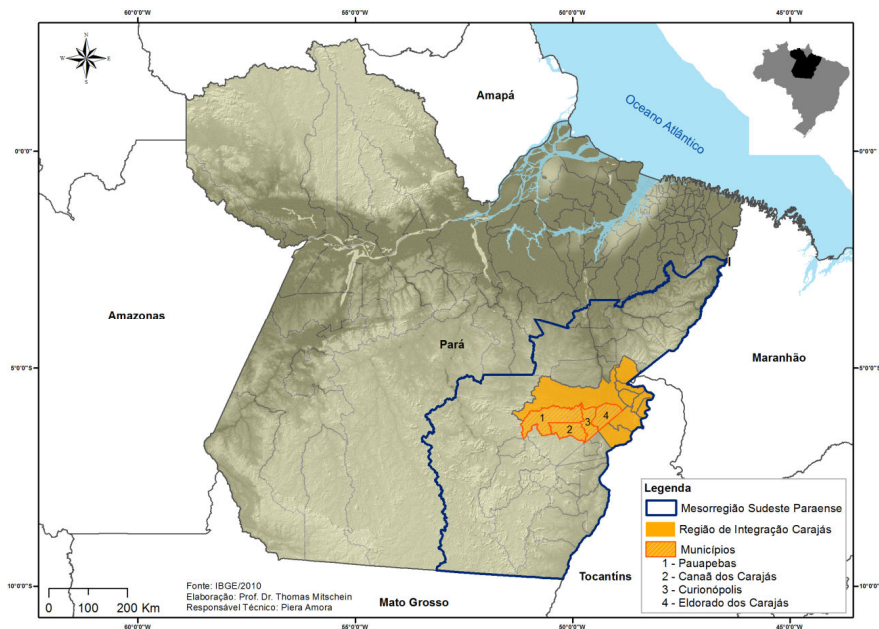
Trata-se de uma realidade que faz crescer, sobretudo entre os seguimentos jovens da população de baixa renda, a propensão de responder à sua exclusão do núcleo privilegiado da sociedade com ações de violência, dirigidas, primordialmente, contra os vizinhos em seus próprios bairros e realizadas, em grande parte, por motivos como ódio, vingança, ciúmes, separação, fim de namoro, dívida, pensão alimentícia ou difamação. (MITSCHHEIN; CHAVES; MIRANDA, 2006).

De qualquer maneira, o que esta tendência indica é que num ambiente de extrema desigualdade, o sentimento da empatia, por sua vez, a base da confiança social que permite reconhecer e respeitar a condição humana do outro, está sujeito a um processo de erosão progressiva, mostrando que para um

crescente número de jovens acaba sobrando apenas "uma utopia negativa – o mito hobbesiano da guerra de todos contra todos" (Enzensberger, cit. *in*: Mitschein, Chaves, Miranda, *ibid.* p. 10). A não ser que os protagonistas políticos e sociais da Região Metropolitana invistam, com determinação, na implementação de alternativas à *síndrome mercantilista* de Belém, que foi imposta pelo colonialismo português e mantida, depois da independência política do Brasil, pelos mais diversos mecanismos do *colonialismo interno*, o que fez com que a sua economia tenha se mantido radicalmente desligada das opções de aproveitamento da rica biomassa terrestre e aquática das eco-regiões amazônicas.

1.2 O Sudeste Paraense

Mapa 3 – Mesorregião Sudeste paraense, Região de Integração Carajás e os Municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Curionópolis



Fonte: IBGE, 2010, Responsável Técnico: Piera Amora,
Elaboração própria

O perfil socioeconômico do sudeste paraense foi traçado por uma política de ocupação que associava a exploração do seu vasto potencial mineral e dos seus demais recursos energéticos e silvícolas com o aproveitamento de suas extensas áreas para atividades agropecuárias. Hoje, a economia dos seus 39 municípios, criados em sua maioria nos anos 80 e 90 do século passado no processo da consolidação desta frente de expansão da fronteira amazônica, gira fundamentalmente em torno da mineração e da pecuária. No que concerne à primeira, esta começou a dar os seus primeiros passos mais sólidos nesta

mesorregião com a implantação do Programa Ferro Carajás. Iniciado com a finalidade explícita de gerar divisas para o Brasil num momento histórico em que o modelo desenvolvimentista dos governos militares estava mostrando claros sinais de esgotamento, as suas perspectivas de rentabilidade foram avaliadas com bastante ceticismo por diversos observadores que duvidavam de que, depois do *boom* pós-guerra, as indústrias siderúrgicas dos países do hemisfério Norte pudessem demandar, na escala desejada, o minério da Serra dos Carajás. Seguiam, desta maneira, um raciocínio que não contava com o espetacular crescimento econômico de países emergentes como a China que acabou transformando a história recente da exploração das riquezas minerais dos subsolos paraenses numa verdadeira história de sucesso para a balança comercial do país: A título de exemplo, vale destacar que, no período de setembro de 2010 até setembro de 2011, o Pará era responsável por 90% das exportações da Indústria Extrativa Mineral de toda a Amazônia Legal⁵.

No entanto, atividades de exploração de recursos naturais não renováveis, por mais que a sua escala esteja aumentando vertiginosamente, não representam garantia nenhuma para que os territórios que as hospedam estejam caminhando rumo à sustentabilidade social e econômica.

Considerando que no Brasil a política tributária é prerrogativa da esfera federal, os representantes das instâncias estaduais e municipais estão sem nenhuma ingerência neste campo específico. Precisam aceitar a *lei Kandir* que, ao liberar bens e serviços exportados da taxaço do ICM, aumenta a competitividade internacional das empresas do setor mineral, melhora em situações de demanda aquecida por insumos minerais o desempenho da balança comercial do Brasil, e deixa os paraenses literalmente com o *pires na mão* diante do cenário da destruição socioambiental em seu próprio quintal. E, também, não têm como não aceitar o fato de que, nas condições da legislação atual, as

⁵ Simineral: Indicadores Conjunturais da Indústria Mineral do Pará, Belém, out. 2011.

mineradoras precisam pagar compensações ambientais somente àqueles municípios que abrigam a atividade mineral. Trata-se de uma regra que incentiva a transformação de municípios vizinhos em primos ricos e primos pobres, aprofundando, desta maneira, a polarização socioeconômica dentro do próprio contexto regional.

Além disso, é preciso lembrar que, uma vez implantados, os grandes projetos minerais, pelo fato de serem altamente capital-intensivos, estão proporcionando, a partir do momento de sua operação, apenas tênues efeitos de ocupação, emprego e renda em nível local. Em princípio, poderia se enfrentar esta problemática por meio da implementação de estratégias ousadas de verticalização do setor mineral. E não há falta de planos que pretendem caminhar nesta direção.

Cabe mencionar aqui o Projeto *Aços Laminados do Pará* (Alpa), que visa à ampliação da cadeia de ferro no Estado por meio da implantação de uma usina industrial, no município de Marabá, que deve chegar a uma produção de até 10 milhões de toneladas de placas e bobinas laminadas, envolvendo em sua primeira fase um investimento de US\$ 3,7 bilhões. No âmbito deste projeto, cuja logística integra o porto de Barcarena e as eclusas de Tucuruí, estão sendo previstas também várias linhas de beneficiamento das placas de aço semiacabas por meio de uma parceria industrial entre a Vale e o Grupo Aço Cearense. Mas cabe perguntar:

Será que a Alpa transformará o Sul do Pará numa espécie de *Vale do Ruhr* da Alemanha que, nos tempos áureos de sua produção siderúrgica, se destacava como um dos mais importantes polos industriais daquele país?

Não é a nossa intenção de especular aqui e agora sobre o futuro deste projeto, cuja realização foi decidida em março de 2008 numa reunião no Palácio de Planalto em Brasília entre representantes do Governo Federal, da Vale e do Governo do Estado. Apenas queremos chamar atenção de que as reduções

significativas de custo que foram alcançadas nas últimas décadas na área do transporte internacional dificilmente incentivam as mineradoras de se engajarem maciçamente na montagem de amplos e diversificados parques industriais em regiões que estão distantes dos grandes mercados consumidores da economia mundial. Pelo contrário! As estimulam de continuar exportando as riquezas minerais dos subsolos paraenses com baixos níveis de valor agregado. A partir de um regime de acumulação, que está determinado pela necessidade de anular o espaço pelo tempo, impondo-se na paisagem física pelo crescimento acelerado de assentamentos humanos, que, em sua essência, funcionam como pontos focais da circulação de um excedente de mão de obra para os períodos da construção dos grandes empreendimentos da indústria mineral e da implantação e ampliação das vias de escoamento dos seus produtos para os mais diversos mercados internacionais.

Exemplos paradigmáticos desta lógica de urbanização são os municípios de Parauapebas e de Canaã dos Carajás. O primeiro, nos anos de 1980 ainda uma vila improvisada e precária, que servia como fornecedora da força de trabalho e de insumos industriais complementares para o Ferro Carajás, integra hoje a lista dos dez municípios paraenses com mais de 100.000 habitantes. E o segundo, nascido na mesma época como colônia agrícola, quintuplicou entre 2000 e 2010 a sua população residente, passando neste período de 6000 para 26.716 habitantes em virtude da exploração das reservas de minério de cobre dos seus subsolos. Atualmente, ambos apresentam-se como duas ilhas de crescimento no arquipélago da economia paraense, tendo produzido em 2010, com apenas 2.4% da população residente do Estado, um PIB de R\$ 17,4 bilhões. Com este valor acabaram alcançando 76% da riqueza contabilizada de toda a Região Metropolitana que abriga, com seus dois milhões de habitantes, 27% de todo o efetivo demográfico do Pará.

No entanto, estes números, por mais impressionantes que possam aparecer, não desfazem o fato de a indústria mineral proporcionar poucos efeitos positivos no campo da geração de emprego e renda. Neste contexto, é pertinente fazer uma referência ao Projeto Ferro Carajás S11D, que, segundo informações da própria Vale, pretende chegar a partir de 2016 a uma produção anual de 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro, envolvendo um investimento de US\$ 19,49 bilhões para a construção da mina, a expansão da ferrovia e do Terminal Portuário de Ponta de Madeira em São Luis. Contratando durante a sua fase de implantação 30.000 operários no Pará e no Maranhão, o S11D oferecerá, a partir do momento em que entrar em operação, 2.600 empregos permanentes. Um número que, mesmo se levarmos em conta a afirmação do Sindicato das Indústrias Minerárias do Pará de que cada emprego direto criado na mineração está gerando mais treze postos de trabalho em toda a sua cadeia produtiva, não passa de uma *lágrima no oceano*. Pelo menos para municípios como Parauapebas, Curionópolis, Eldorado e Canaã dos Carajás que, localizados na área de influência do maior polo de exploração de minério de ferro do planeta, têm conjuntamente uma população residente de 230.698 habitantes e se destacam por altas taxas de urbanização e baixos índices de vinculação empregatícia da população entre 17 e 29 anos (veja Tabelas 5 e 6).

Tabela 5 – População residente, urbana e taxa de urbanização dos municípios de Parauapebas, Canaã do Carajás, Eldorado do Carajás e Curionópolis – 2010

Região dos Carajás	População Residente (1)	População Urbana (2)	(2) de (1) em %
Municípios			
Parauapebas	153.908	138.690	90
Canaã do Carajás	26.716	20.727	78
Eldorado do Carajás	31.786	16.578	52
Curionópolis	18.288	12.530	67

Fonte: IBGE, 2010, elaboração própria

Tabela 6 – Vinculação empregatícia da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos nos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado do Carajás e Curionópolis

Vínculo por município	17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Soma das faixas etárias	Total	% dos jovens até 29 anos
Parauapebas	187	9.033	9.443	18.663	38.030	49,1
Eldorado Do Carajás	3	421	452	876	2.181	40,2
Curionópolis	2	182	224	408	1.823	22,4
Canaã do Carajás	11	944	1.069	2.024	4.972	40,7
Estado do Pará	2.965	138.956	180.757	322.678	951.235	33,9

Fonte: IDESP/IBGE 2010, elaboração própria

Quanto à pecuária, esta tem avançado literalmente com *botas de sete léguas* no sudeste paraense, que hoje abriga dois terços de um rebanho estadual de 18.262.547 cabeças de gado⁶.

No entanto, por mais que a introdução de frigoríficos na região tenha levado à criação de uma cadeia produtiva em torno da carne bovina, fatores como o escoamento do boi em pé para os mercados do Nordeste do Brasil e, desde 2005, de uma forma crescente, também para o exterior⁷, bem como o abate clandestino fazem com que das quinze unidades de processamento, monitoradas pela inspeção federal, apenas nove estejam trabalhando.

E no que diz respeito ao aproveitamento do leite, a região conta atualmente com 23 laticínios que, localizados em 19 municípios, trabalham

⁶ Atualmente, o Pará ocupa o quinto lugar na lista dos estados criadores de bovinos no Brasil.

⁷ Para os criadores, trata-se de um negócio vantajoso, já que nas vendas externas não incide o ICMS. Além disso, a exportação do produto permite o pagamento à vista. Segundo estimativas, as vendas do boi em pé podem chegar a um quarto da capacidade do abate anual da indústria frigorífica do estado, afetando sensivelmente a criação de efeitos para frente no âmbito da cadeia produtiva da carne bovina.

durante os meses da seca apenas com a metade de sua capacidade produtiva. Trata-se de um índice de ociosidade que está ligado ao fato de que a matéria prima das unidades de processamento provém principalmente de pequenos criadores descapitalizados que, em sua maioria, estão inadimplentes perante as instituições de fomento financeiro e não têm condições para manejar adequadamente os seus rebanhos. São vítimas de uma estrutura fundiária altamente concentrada que limita o acesso da massa camponesa à terra, está acompanhada por uma política pública de extensão rural pouco eficiente e acaba incentivando o deslocamento dos seus filhos para as zonas urbanas dos municípios da região. (MITSCHIN, CHAVES, ALVES DO VALE, 2011).

De qualquer maneira, é importante registrar que no sudeste paraense, especificamente aqueles municípios que estão integrados diretamente no arco das atividades da mineração, se destacam por invejáveis PIBs anuais, mas mesmo assim deixam de proporcionar avanços substanciais na área social. Pode-se ilustrar isso por meio de uma rápida comparação da situação educacional em Parauapebas, palco central da extração mineral na Serra dos Carajás, e em Marituba, elemento integral da Região Metropolitana, que abrigam mais de 100.000 habitantes, compartilhando taxas de urbanização que oscilam entre 90% e 99% respectivamente.

Tabela 7 – População residente, taxa de urbanização, PIB e PIB *per capita* nos municípios de Parauapebas e de Marituba - 2010

Município	População Residente	Taxa de Urbanização	PIB	PIB Per capita
Marituba	108.246	99	653.231	5.849,66
Parauapebas	153.908	90	15.918.216	103.403,99
Pará	7.688,53	70	77.847.597	10.259,20

Fonte: IDESP-Pará, elaboração própria

Tabela 8 – Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais) nos municípios de Parauapebas e Marituba – 2000

Ano	1991		2000	
	Municípios	% com menos de 8 anos de estudo	Média de Anos de Estudo	% com menos de 8 anos de estudo
Marituba	80,8	4,1	66,1	5,6
Parauapebas	71,0	4,6	68,6	5,0
Pará	78,2	4	69,7	5

Fonte: PNUD- Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Elaboração própria

Tabela 9 – Percentagem das crianças com 7 a 14 anos que não estão cursando o ensino fundamental e taxa de conclusão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos nos municípios de Marituba e Parauapebas – 2010

Município	% de crianças (7 a 14 anos que não estão cursando o ensino fundamental)	Taxa de Conclusão de Ensino Fundamental
Marituba	14	51
Parauapebas	14	50
Pará	15,3	33,1

Fonte: Portal ODM. Acompanhamento Municipal dos objetivos do Desenvolvimento do Milênio

Elaboração própria

Conforme Tabela 8, no ano da virada do século XX para o século XXI, nos dois municípios pelo menos dois terços da população com 25 anos ou mais não tinham completado o ensino fundamental. E em relação à média de anos de estudo, ambos avançaram dentro de uma década com passos muito lentos. Por

outro lado, por mais que, no último tempo no Brasil, a frequência escolar tenha passado por um processo de consolidação; a Tabela 9 mostra para o ano 2010 altas percentagens de crianças que não estavam cursando o ensino fundamental e baixas taxas de conclusão desta modalidade educacional por jovens na faixa etária de 15 a 17 anos. Ou seja, mesmo ostentando um PIB e uma renda média que ultrapassam por 24 e 18 vezes os respectivos valores contabilizados em Marituba (veja Tabela 7), na área da educação básica Parauapebas, a partir da exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás campeão dos municípios exportadores do Brasil, não foge da baixa média paraense neste quesito. E se analisássemos indicadores como desigualdade e vulnerabilidade sociais, não chegaríamos a um resultado diferente.

Face ao exposto, fazemos questão de destacar: andando nos trilhos de uma mineração e/ou de uma pecuária extensiva que, nos moldes do seu atual funcionamento, passam longe de qualquer perspectiva de sustentabilidade, os protagonistas políticos e sociais dos municípios do sudeste paraense enfrentam, *mutatis mutandis*, o mesmo problema como os da Região Metropolitana: precisam focalizar sua atenção na viabilização de estratégias de desenvolvimento que apostam na criação de complementaridades entre os sócio- e os ecossistemas em seus respectivos territórios.

2 O DIREITO À CIDADE E O DESAFIO DE CRIAR UMA MODERNA CIVILIZAÇÃO DA BIOMASSA NA FLORESTA AMAZÔNICA

Mostramos, no capítulo anterior, que o espaço urbano no Pará tem se tornado um mero receptáculo dos efeitos nocivos de um modelo de crescimento econômico que coloca em xeque o *status quo ante*, mas em vez de elevar o bem estar social acaba transformando os integrantes das camadas populares, por sua vez a esmagadora maioria da população, em cidadãos de segunda classe, impedindo-os de fazer uso pleno dos seus direitos econômicos e socioculturais. Nega-lhes, portanto, o *direito à cidade*, abordado por Henri Lefebvre (1968) quase 50 anos atrás, como direito das classes subalternas de compartilhar as riquezas materiais e culturais de uma sociedade urbanizada e, como cabe acrescentar, retomado nas três décadas passadas por um amplo elenco de atores políticos e sociais nos mais diversos cantos desta assim chamada vila global como insumo relevante para a discussão e a implementação de estratégias alternativas aos ajustes estruturais de cunho neoliberal, que continuam castigando crescentes parcelas da população mundial. (SUGRANYES; MATHIVELT, 2010, HOLM; GEBHARDT, 2011).

Segundo David Harvey⁸ (2012, p.58), a viabilização do *Le Droit à Ville* na acepção de Lefebvre pressupõe os setores populares conquistarem "some kind

⁸ Partindo da hipótese de que na história moderna os espaços urbanos têm se revelado como incubadoras de ideias e movimentos revolucionários, Harvey (ibid. p. 120) analisa especificamente o papel dos "struggles within and over the city, and over the qualities of urban life" para a formulação e a implementação de políticas anticapitalistas numa sociedade planetária em que, como escreve com toda a razão, os "problems of the global accumulation of poverty cannot be confronted (...) without confronting the obscene global accumulation of wealth" (ibid.p. 127). Desta maneira, focaliza uma temática que envolve a necessidade de reconhecer que, diante da vigente lógica reprodutiva dos mercados globais, as antigas fórmulas políticas da socialdemocracia europeia e do marxismo-leninismo se tornavam definitivamente ideias ultrapassadas para uma força de trabalho que, nas metrópoles do planeta inteiro, está entrando de maneira crescente nas fileiras do "so-called precariat". (ibid. xiv). E obviamente levanta a questão se as lutas sociais altamente voláteis desta mão de obra pessimamente remunerada e pouco organizada podem desencadear uma *urban revolution*, capaz de desafiar de fato um sistema de acumulação que, como escreve Samir Amin (cit.: in

of shaping power over the process of urbanization, over the ways in which our cities are made and remade", centrado, por sua vez, no controle da aplicação dos excedentes em benefício da grande massa da população.

Em suas análises sobre "o desenvolvimento desigual sobre os sistemas urbanos no mundo capitalista avançado", o geógrafo britânico (2006, p. 172), aborda, com propriedade, como a substituição do modelo de regulação fordista por um regime de acumulação flexível, baseado no crescente desacoplamento dos mercados financeiros dos circuitos da economia real, acabou generalizando um tipo de governança local que tem respondido à intensificação da concorrência entre as cidades por meio de estratégias de empreendedorismo urbano, concentradas fundamentalmente "no espetáculo e na imagem, e não na essência dos problemas sociais e econômicos" (*ibid.* p. 167). No entanto, por mais que esta política tenha potencializado de forma expressiva a polarização do espaço urbano em países como a América do Norte ou a Inglaterra, onde zonas altamente prósperas, estão cercadas por um "mar circundante de pobreza crescente" (*ibid.* p. 188), ao mesmo tempo ela contém, de acordo com Harvey, "sua potencialidade para se transformar numa prática urbana progressista" (*ibid.* p. 188), uma vez que o capital em sua busca permanente por rendas monopolistas está cada vez mais inclinado de se apropriar de "surpluses from local differences, local cultural variations, and aesthetic meanings of no matter what origin" (HARVEY, 2012, p. 109).

Mas, considerando que a partir daí se sujeita a um processo de acumulação que o obriga de respeitar e promover uma maior "valuation of uniqueness, authenticity, particularity, originality, and all manner of other dimensions to social life that are inconsistent with the homogeneity presupposed by commodity production" (*ibid.*), ele mesmo acaba abrindo brechas relevantes "for the construction of an alternative kind of globalization and a vibrant anti-

MITSCHEIN 2009, p. 316) magistralmente, encontra sua "verdadeira barreira histórica no mundo polarizado que ele mesmo cria."

commodification politics: one in which the progressive forces of cultural production and transformation can seek to appropriate and undermine the forces of capital rather than the other way round" (*ibid.* p. 112).

Contudo, há de admitir que esta dialética, segundo Harvey, – uma importante força motriz no processo de transformação de *urban spaces* em *spaces of hope*, – pouco impacta um Estado como o Pará, já que nele, diante de suas características sócio-econômicas, mesmo em seus centros urbanos de maior envergadura, *stakeholders* empresarias que se dedicam à exploração de "valores de autenticidade, localidade, história cultura, memoriais coletivas e tradição" (HARVEY, 2006, p. 237) são uma espécie rara e os movimentos de oposição às vigentes relações de poder que pretendem se afirmar em termos políticos por meio da validação das singularidades dos "múltiplos espaços locais" (*ibid.* 237) – ponto de partida indispensável na luta pela viabilização de alternativas coerentes à "forma contemporânea de globalização" (*ibid.*) – enfrentam um desafio bastante espinhoso. Precisam dirigir a artilharia de suas críticas contra as modalidades de funcionamento de uma cultura de massa que *uniformiza* até os mais marginalizados moradores das periferias urbanas em torno do desejo de compartilhar os estilos de vida dos *belos e ricos* nas ilhas *abastecidas* do mundo globalizado. Mas não podem deixar de colocar na mesa da discussão caminhos de saída da contramão de um modelo de crescimento econômico que perpetua a negação do direito à cidade à esmagadora maioria da população no estado todo; tanto em seus polos de crescimento como em suas regiões economicamente deprimidas.

Partimos do princípio de que a melhor opção para se relacionar com esse desafio é o paradigma do eco-desenvolvimento (SACHS, 1986), já que este propõe para as terras tropicais a implantação de uma moderna civilização da biomassa que:

- insiste no uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática para a produção de alimentos humanos, rações para animais, adubos verdes, insumos industriais, materiais de construção e energia, preparando, desta maneira, o terreno para a geração dos tão cobiçados *backward* e *forward linkages* entre as zonas rurais e urbanas;
- entende os ecossistemas ainda intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as mais diversas áreas da reprodução humana, transmitindo, assim, a necessidade imperiosa dos *stakeholders* da sociedade regional estabelecerem uma aliança estratégica com os povos indígenas, cujos territórios revelam comprovadamente os menores índices de desmatamento e de ocorrência de incêndios em toda a Amazônia (MITSCHEIN, ROCHA, DIAS, 2012); e
- advoga no campo da educação reformas inovadoras que, em nossa avaliação, devem privilegiar a criação de efeitos de sinergia entre as entidades de ensino fundamental, médio, técnico/tecnológico e universitário em torno do aproveitamento sistemático das potencialidades endógenas de desenvolvimento dos espaços municipais e microrregionais.

Fazemos questão de exemplificar a dimensão eminentemente prática desta proposta a partir da condição socioeconômica dos pecuaristas de pequeno porte de Tucumã, um município que:

- está localizado no sudeste paraense;
- foi institucionalizado em 1989 no âmbito do avanço da fronteira amazônica;
- vivenciou, depois do ciclo da garimpagem, o deslocamento de suas atividades econômicas para a pecuária, elevando, entre 1994 e 2004, o seu rebanho de 99.875 para quase 360.000 cabeças de gado;
- perdeu, entre 1984 e 2004, 80% de sua cobertura florestal; e
- tem, segundo o IBGE, 33.651 habitantes.

De acordo com a Adepará, 74% dos 1.738 pecuaristas de Tucumã dispõem de propriedades rurais de até 100 hectares⁹.

São pequenos criadores descapitalizados que não têm condições para garantir a renovação regular dos seus pastos e a suplementação alimentar aos seus animais, sobretudo nas fases da seca. Inadimplentes em sua maioria perante as instituições de fomento financeiro, esses criadores sofrem com o baixo rendimento dos seus empreendimentos que, num determinado momento, ou acabam largando ou procurando manter em terras ainda não desbravadas. Vivenciam, portanto, uma situação socioeconômica altamente calamitosa que incentiva os seus filhos de virar as costas para o campo e procurar alternativas profissionais nas zonas urbanas, onde disputam uma irrisória oferta de empregos estáveis com migrantes de outras regiões que continuam sendo atraídos pelos grandes empreendimentos minerais.

No caso específico de Tucumã, vale mencionar o Projeto *Onça Puma* que, situado no município vizinho Ourilândia do Norte, transforma, desde 2011, níquel laterítico em ferroníquel. Trata-se de um investimento de \$US 1,2 bilhões que, no auge do seu funcionamento, deve gerar, segundo informações da Vale, 1.300 empregos diretos e 500 indiretos, aliás, para dois municípios que abrigam conjuntamente 61.049 habitantes e revelam baixos níveis de vínculo empregatício da população na faixa etária de 17 a 29 (veja Tabela 9).

⁹ O dado é de 2010.

Tabela 10 – Taxas de crescimento da população residente e da população urbana nos Municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte no período de 2000/ 2010

Municípios	População residente		Taxa em %	População urbana		Taxa em %
	2000	2010		2000	2010	
Ourilândia do Norte	19.471	27.359	40,5	9.689	19.913	105,5
Tucumã	25.309	33.690	33,1	16.496	26.907	63,1
Total	44.780	61.049	36,3	26.185	46.820	78,8

Fonte: IDESP/IBGE 2010,

Elaboração própria

Tabela 11 – Vinculação empregatícia da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos nos Municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte

Vínculo por município	17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Soma das faixas etárias	Total	% dos jovens até 29 anos
Ourilândia do Norte	16	1.372	1.238	2.626	5.522	47,6
Tucumã	25	765	585	1.375	3.047	45,1
Estado do Pará	2.965	138.956	180.757	322.678	951.235	33,9

Fonte: IDESP/IBGE 2010,

Elaboração própria

Por outro lado, é importante realçar que as famílias rurais de Tucumã encontram no cultivo do cacau uma luz de esperança dentro de um túnel que aparentemente não tem fim. Introduzido por migrantes camponeses do Sul do Brasil que vieram ao sudeste paraense nos anos 80 do século passado, esse cultivo já faz parte da cultura local e acabou revelando a sua viabilidade econômica por números claros e contundentes: Pode proporcionar numa área de cinco hectares uma renda líquida anual de R\$ 19.600 que é quase dez vezes

maior do que o manejo do gado de leite no mesmo espaço nos moldes da pecuária extensiva.

Mas, se apesar disso os pecuaristas de pequeno porte não têm abraçado esta opção de maneira mais expressiva, é porque não dispõem dos R\$ 40.000 que lhes custaria a preparação dos mencionados cinco hectares para o plantio de uma planta tropical que frutifica somente a partir do quarto ano. Ou seja, se continuam presos na armadilha de uma pecuária extensiva que mal sustenta aqueles que a praticam e, ainda, compromete de forma excessiva o seu meio natural, é porque não conseguiram se organizar de uma maneira mais efetiva em torno de propostas técnicas que recomendam associar a atividade pastoril à implantação de Sistemas Agro-florestais (SAFs). Propostas, aliás, que foram testadas com êxito nos mais diversos cantos do Trópico Úmido e estão acessíveis em várias instituições técnico-científicas do próprio Estado do Pará, mostrando, inclusive, que em Tucumã a transformação de uma propriedade rural de 100 hectares numa unidade empresarial minimamente sustentável exigiria um investimento de pelo menos R\$ 120.000,00¹⁰.

E se este valor for disponibilizado a digamos, 1000 criadores de bovinos com áreas de manejo desta magnitude, neste caso se poderia iniciar com R\$ 120 milhões um projeto de desenvolvimento local que permitiria

- recuperar ambientalmente e dinamizar economicamente uma parte considerável da área rural de Tucumã;
- elevar significativamente a renda mensal das famílias envolvidas, que representariam 56% da população rural;
- estabelecer uma relação de troca mutuamente benéfica com os indígenas Kayapó, donos da última reserva florestal no sudeste paraense que dispõe das

¹⁰ Pesquisa de campo, POEMA/NUMA/UFPA 2010

sementes e das mudas de espécies nativas a serem adquiridas para a execução de um projeto desta natureza;

- incentivar para os concluintes do ensino médio a oferta regular de cursos profissionalizantes de nível técnico e tecnológico sobre propostas agroecológicas e procedimentos empresariais, concebidas para definir saídas viáveis da contramão da pecuária extensiva¹¹;
- reduzir o mencionado problema da ociosidade temporária dos laticínios por meio do aumento da produção de leite; e
- avançar com a criação de *forward linkages* na área da fruticultura, gerando, assim, ocupação, emprego e renda numa zona urbana, onde já se concentram quase 80% de toda a população residente do Município.

Um projeto, portanto, que geraria efeitos socioeconômicos e ambientais altamente positivos, aproximando-se, inclusive, dos anseios dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), dos professores e dos alunos da Escola Familiar Rural e de outras iniciativas da sociedade civil de Tucumã que insistem na necessidade de as mineradoras financiarem um novo ciclo de desenvolvimento no contexto municipal, baseado na diversificação das atividades da agricultura familiar e da pecuária de pequeno e médio porte (Mitschein, Chaves, Alves do Vale 2011).

No entanto, no âmbito da sociedade local, são atores com voz minoritária; uma condição, aliás, que estão compartilhando com todos os movimentos sociais e políticos que se opõem às vigentes tendências da destruição socioambiental na região amazônica, enfrentando diariamente o desafio de fazer com que as suas preocupações e propostas estejam se

¹¹ Neste contexto, vale mencionar o curso "Agroecologia e empreendedorismo rural" que foi realizado em Tucumã no período 2011/12 com o apoio da Universidade Federal do Pará, da Secretaria de Educação do Governo do Pará e da Prefeitura de Tucumã.

aproximando dos anseios da maioria da população. Partimos do princípio de que os integrantes destes movimentos estariam bem aconselhados, se dirigissem a sua atenção ao campo da educação, juntando-se no esforço de viabilizar um *mutirão interinstitucional entre as instâncias públicas nos níveis municipal, estadual e federal*, determinado para priorizar

– a transformação das escolas de ensino fundamental e médio em **agências de desenvolvimento** que, no âmbito de disciplinas como história, geografia, biologia, química ou sociologia, focalizem as modalidades da ocupação histórica da região e modos sustentáveis de uso dos ecossistemas tropicais;

– a construção de ligações sólidas entre as escolas do Município e cursos profissionalizantes de nível médio e superior, concebidos para formar técnicos e tecnólogos que estão habilitados para otimizar o aproveitamento de "todas as complementaridades produtivas (entre) os campos, as pastagens, as florestas e as águas" (SACHS, 2006, p. 82); e

– a ampliação das capacidades de trabalho das universidades regionais a partir de uma perspectiva de "tropicalização da ciência e da tecnologia" (*ibid.*) que indica caminhos coerentes e corretos para o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática **em todos os territórios** do estado, se relacionando, inclusive, com a questão da neutralização das emissões de carbono que, no mundo inteiro continua ocupando um lugar de destaque na discussão sobre a destruição das bases naturais da sobrevivência humana.

Em princípio, iniciativas políticas que entendem um mutirão desta natureza como um meio adequado para avançar na luta pela conquista do *direito à cidade*, nas diversas regiões do estado do Pará, encontram melhores condições de ação naqueles municípios que contam com *campi* avançados da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Rural da Amazônia (UFRA) ou da Universidade do Estado (UEPA), onde estão sendo desenvolvidos programas de

ensino, pesquisa e extensão que, das mais diversas formas, acabam influenciando a discussão sobre o futuro da sociedade local.

No entanto, independentemente de sua maturidade política e social, todas estas iniciativas enfrentam o problema de que os governos locais, não obstante às suas orientações ideológicas, precisam sobreviver com repasses financeiros que, proporcionados pelo Estado e pela União, mal cobrem os itens de custeio dos seus respectivos orçamentos, deixando poucas margens para dar suporte a experiências novas e inovadoras na área do desenvolvimento social e econômico. Em consequência disso, mesmo aqueles gestores municipais que estão a favor da participação popular na administração pública, entendendo-a como virtual mecanismo de viabilização de uma distribuição mais equitativa dos excedentes em benefício da população de baixa renda, fazem a dura experiência de que ela não é garantia nenhuma para aliviar o aperto financeiro do erário. Pelo contrário! Pode revelar-se até como uma armadilha perigosa, suscitando esperanças que acabam sendo frustradas.

De qualquer maneira, a sua institucionalização, defendida explicitamente no âmbito deste artigo, precisa ser acompanhada pela implementação de estratégias de desenvolvimento que, ancoradas na “valorização do trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia” (Sachs 2006, p. 396), apostam na geração de crescentes quantidades de *surplus*, preparando, assim, o terreno para a reinvenção da relação entre as áreas rurais e as urbanas e para a conquista do *direito à cidade* por parte das camadas populares.

Contudo, é óbvio que, em nenhum lugar do Pará, se alcançará avanços nesta linha de ação por um *preço de banana*. Suponhamos que em 10 municípios do sudeste paraense os Sindicatos Rurais e os seus respectivos parceiros quisessem beneficiar as famílias de 10.000 pecuaristas de pequeno porte com projetos agrossilvipastoris nos moldes do mencionado cenário de Tucumã. Nesse caso, com um financiamento que representaria apenas uma parte ínfima do

investimento que foi efetuado no âmbito do mencionado projeto Onça Puma, seriam dados insumos importantes para a recuperação ambiental desta região e para a sua dinamização econômica especificamente nas cadeias produtivas da carne, do leite e da fruticultura.

Mas considerando que nem o Estado, e menos ainda os municípios dispõem dos recursos financeiros para implementar programas desta natureza e, ainda, levando em conta que a *pobreza franciscana* destas esferas governamentais traduz com nitidez as modalidades de integração do Pará no sistema econômico (inter)nacional, definidas e garantidas, por sua vez, pelas instâncias do Estado nacional, movimentos de oposição às tendências de destruição da natureza externa e interna dos amazônidas devem agir estrategicamente em dois campos de batalha que, não obstante às suas diferenças, estão intimamente interligados. De um lado, precisam intensificar a discussão sobre as potencialidades endógenas de desenvolvimento de cada território, insistindo na constituição do mencionado mutirão interinstitucional no campo da educação, determinado, por sua vez, para multiplicar oportunidades de ocupação, emprego e renda especificamente para a população na faixa etária de 17 a 29 anos que, majoritariamente, não tem vínculo empregatício e sobrevive precariamente nos nichos do mercado informal de trabalho, merecendo o privilégio de passar por uma formação profissional que, na melhor tradição de Paulo Freire (2001, p. 211), deve envolver "uma leitura do mundo."

E, por outro lado, o que estes movimentos não podem deixar de fazer é insistir na mobilização de um crescente número de protagonistas sociais e políticos da sociedade nacional em torno da ideia de que o Brasil, no dizer de Roberto Mangabeira Unger (*in*: Diário do Pará 20.1. 2008), encontra na Amazônia "a melhor oportunidade de se redescobrir e se reorganizar". Finalmente, trata-se de uma região que engloba 60% do território nacional, dispondo de uma extraordinária reserva de recursos aquáticos e terrestres. Mas já

que o uso sustentável destes mesmos recursos exige "um grande esforço de imaginação, objetivando valorizar os recursos específicos de cada ecossistema" (SACHS, 2006 p. 82), o *continente amazônico* desafia o Brasil de *agarrar* sua "chance histórica de gerar uma civilização original dos trópicos" (*ibid.* p. 403), iniciando desta maneira a revisão de um regime de acumulação que desperdiça radicalmente as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos espaços locais em todas as regiões do território nacional.

Infelizmente, não sabemos se os principais atores sociais e políticos da sociedade brasileira estarão dispostos de lançar mão desta *chance histórica* que a maior floresta tropical do planeta está lhes oferecendo. **Mas estamos convencidos de que perderão o bonde da história se deixarem de aproveitá-la...**

REFERÊNCIAS

ADORNO; Theodor W.; HORKHEIMER; Max: *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos, Rio de Janeiro, 2006.

ARAUJO, Freire Ana Maria (org.): *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Paulo Freire; São Paulo, 2001.

BECKER, Bertha: O papel das cidades na ocupação da Amazônia. Contribuição para o seminário "Tecnologias para os assentamentos humanos no trópico úmido", Manaus 17-30 de abril de 1987 (mimeo).

FATORELLI; Maria Lucia: "A inflação e a dívida pública", *in: Le Monde diplomatique Brasil*, Ano 4, Número 47, junho, 2011.

FIEPA, Redes: Pará Investimentos 2012 - 2016, Belém, Pará, 2012.

HARVEY; David: Flexible Akkumulation durch Urbanisierung: Ueberlegungen zum "Post-Modernism" *in* den amerikanischen Staedten, *in: Prokla 69 Zeitschrift fuer politische Oekonomie und sozialistische Politik*, 17. Jahrgang, Dezember, 1987, Nr. 4.

HARVEY; David: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, 2006.

HARVEY, David: Entrevista. Wallstreet e o direito à cidade, *in: Le Monde diplomatique. Brasil*, Ano 2, Número 20, março 2009.

HARVEY; David: REBEL CITIES. From the right to the city to the urban revolution, London, 2012.

HOLM; Andrej; GEBHARDT, Dirk (Hrsg.): Initiativen fuer ein Recht auf Stadt. Theorie und Praxis staedttischer Aneignungen, Hamburg , 2011.

LEFEBVRE; Henri: *Le Droit à Ville*, Paris, 1968.

MANGABEIRA UNGER, Roberto: Entrevista. "A Amazônia é vanguarda", *in: Diário do Pará* 20. 1. 2008.

MITSCHEIN; Thomas A.; MIRANDA; Henrique R.; PARAENSE, Mariceli C.: *Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia. O caso de Belém*, Belém, Pará, 1989.

MITSCHEIN, Thomas A.; CHAVES; Jadson F.; MIRANDA; Henrique R.: *Crescimento, pobreza e violência em Belém*, Belém, Pará, 2006.

MITSCHEIN, Thomas A. Atraso histórico, desenvolvimento retardatário e o futuro incerto da Amazônia no século XXI, *in*: ROCHA, Gilberto; BARBOSA MAGALHÃES, Sonia; TEISSERENC, Pierre (orgs.): Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas, Belém, Pará, 2009.

MITSCHEIN, Thomas A.: O direito à diversidade socioambiental como utopia andino-amazônica no séc. XXI, Belém, Pará, 2010.

MITSCHEIN, Thomas A.; CHAVES, Jadson F.; ALVES DO VALE, Lorena: Polarização socioespacial e desenvolvimento municipal no sudeste paraense. O exemplo de Tucumã, Belém, Pará, 2011.

MITSCHEIN Thomas A.; ROCHA, Gilberto; DIAS, Claudionor: Territórios indígenas e serviços ambientais na Amazônia: O futuro ameaçado do povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA), Belém, Pará, 2012.

MORAES, Antonio; COSTA, Wanderley da: A valorização do espaço. São Paulo, 1984.

MORIN, Edgar: Entrevista. O futuro da humanidade, *in*: Le Monde diplomatique. Brasil, Ano 6, Número 65, dezembro 2012

PAULANI, Leda Maria: A dependência redobrada, *in*: Le Monde diplomatique Brasil, Ano 6, Número 61, agosto 2012

ROCHA, Gilberto: Estado do Pará: Divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial, *in*: TEISSERANC, Pierre; ROCHA, Gilberto; BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; DINIZ GUERRA, Gutemberg A. (orgs.): Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia, Belém Pará, 2008.

SACHS, Ignacy: Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir, São Paulo, 1986.

SACHS, Ignacy: Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento, São Paulo, 2006. SANTOS, Milton: Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal, Rio de Janeiro, São Paulo, 2003.

SANTOS, Roberto: História econômica da Amazônia (1800-1920), São Paulo, 1980.

Simineral: Indicadores Conjunturais da Indústria Mineral do Pará, Belém, Pará, out. 2011.

Sudam: II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia, Belém, 1976.

SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (eds.): Cities for all. Proposals and experiences towards the right to the city, Santiago, Chile, 2010.

AJUSTE ESPACIAL, OCUPAÇÃO PLANEJADA DA TERRA, CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU, ESTADO DO PARÁ

Gilberto de Miranda Rocha¹²

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, busca-se relacionar a ocupação planejada da terra à urbanização do território e às ações locais (municipalização do território e movimentos sociais) e, ambos os processos, ao ajuste espacial (HARVEY, 2005) peculiar das políticas de desenvolvimento em escala nacional. Tomando-se como referência a Região de Integração do Xingu, estado do Pará, em especial na faixa da rodovia Transamazônica, examina-se o modelo de colonização oficial e seus desdobramentos e o urbanismo rural como característica de projeção espacial de um novo modelo de ocupação do território e de povoamento regional, em vigor desde a década de 1970.

O posterior processo de fundação de novas cidades e de criação de novos municípios na região, compreendido como parte do movimento de estruturação da ocupação territorial é salientado, a um só tempo, como mecanismo de produção do desenvolvimento seguindo novos ajustes (as políticas

¹² Geógrafo. Doutor em Geografia Humana. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPA). Atual Diretor Geral do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA-UFPA).

de descentralização e de revisão da malha político-administrativa no Brasil no período entre 1988 a 1996), mas é também apontado, na escala local, como mecanismo de busca da autonomia e desenvolvimento local.

E, finalmente, concebem-se os movimentos sociais como mecanismos de auto-organização e como caminho possível de construção de espaços de esperança (HARVEY, 2002).

1 INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E AJUSTE ESPACIAL A ESCALA NACIONAL: BALIZAMENTOS TEÓRICOS!

Na Amazônia, nos últimos lustros, um dos fenômenos mais significativos no que diz respeito ao ordenamento do território na escala local foi a fundação de novas cidades e a criação de novos municípios. A importância da cidade e do município no contexto da consolidação do processo de povoamento do espaço regional se associa diretamente ao papel da acelerada urbanização na estruturação do território. As estatísticas demográficas atestam, cada vez mais, a urbanização como um processo marcante na região, que se manifesta pela ampliação da população urbana e do número de cidades na região. Em 2010, do total da população do estado do Pará, 7.588.078 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), nada menos que 68,49% viviam em áreas urbanas. Uma inversão na distribuição da população no território estadual, se considerarmos o fato de que, em 1970, a população rural era superior à população urbana em termos demográficos.

Considerando que o conceito oficial de cidade no Brasil está diretamente vinculado à sua existência político-administrativa (é preciso ser sede municipal ou distrital para ser cidade!), nada menos que 233 novas sedes municipais foram criadas na região Norte entre 1988 e 1996. Segundo estudo realizado por François Bremaeker (2001, p. 2), em termos relativos o crescimento do número de municípios no período entre 1980 e 2001 foi mais

intenso na região Norte (119,0%)¹³. Entre as Unidades da Federação, aquelas que apresentaram maior número de novos municípios em números absolutos, no mesmo período, destaques devem ser dado para Tocantins (87), Pará (60) e Rondônia (45). Os espaços de maior concentração de novos municípios na região compõem o que Becker (2011) denomina de arco do povoamento consolidado¹⁴.

No período entre 1970 e 2010, o *arco do povoamento consolidado* foi palco de diversidade de ações públicas ligadas, direta ou indiretamente, à apropriação e ao uso dos recursos naturais regionais por meio da abertura de espaços colonização e pela expansão da fronteira agropecuária; implantação de projetos de exploração mineral; exploração madeireira; construção de obras de infraestrutura (hidrelétricas, rodovias, etc.); implantação de projetos integrados de colonização oficial e privada, dentre outros.

Entendemos que essas ações públicas se integram a um conjunto de procedimentos de ajuste espacial (HARVEY, 2005) à escala nacional. Segundo o autor, a tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de superacumulação (HARVEY, 1999). Tais crises manifestam-se em excedentes simultâneos de capital e força de trabalhos em que aparentemente exista nenhuma forma de coordená-los para realizar alguma tarefa socialmente produtiva. Portanto, se a desvalorização (e mesmo a destruição) de capital e força de trabalho não se seguirem, então devem ser encontradas formas de absorver o excedente. Expansão geográfica e reorganização espacial são a saída possível. Mas isso tampouco pode se dissociar dos ajustes temporais, uma vez que expansão geográfica frequentemente acarreta investimentos em infraestruturas físicas e

¹³ Esse índice é superior ao da região Sul (65,4%); o Centro-oeste cresceu 64,2%; a região Nordeste 30,3%; e a Sudeste 18,3%.

¹⁴Becker, B. K. Amazônia geopolítica na virada do II milênio. Ed. Garamond, Rj. 2011.

sociais de longo prazo (redes de transportes e de comunicações...) que demorariam muitos anos para realizar seu valor por meio da atividade produtiva que apoiavam.

Harvey (2006) menciona que os arranjos espaciais, figurados nas (re)organizações e (re)estruturações espaciais, desenvolvimento geográfico desigual e ações geopolíticas territoriais, são elementos vitais para a acumulação do capital, desde a gênese do sistema até a contemporaneidade.

Conforme Santos Junior (2012), historicamente, o capitalismo se expande e se concretiza por meio da adequação do território para a instalação de estruturas fixas e das relações sociais que sustentam a coerência da divisão das funções para a produção capitalista. Ressalta Santos Junior (2012) que

Esse processo, que David Harvey (2005) define como *ajuste espacial*, não é possível sem a atuação direta do poder estatal, pois cabe ao Estado construir, garantir e legitimar tanto a superestrutura de regras e restrições que proporciona unidade às relações sociais, quanto a infraestrutura fixa, fincada no território, que proporciona a produção e o deslocamento físico de mercadorias, serviços, pessoas e dinheiro” (SANTOS JUNIOR, 2012, p. 12).

De todos os grandes projetos que marcaram esse período da história amazônica, talvez o mais emblemático tenha sido a estrada conhecida como Transamazônica (SANTOS JUNIOR, 2012). A estrada seria o instrumento de mais um grande projeto de *ajuste espacial* (HARVEY, 2005) interno que possibilitaria, novamente, o escoamento de um grande contingente de nordestinos para a Amazônia, que poderia trabalhar nos diversos projetos governamentais e nas empresas que se instalaram na região. A interligação com o Nordeste para o escoamento da força de trabalho e a concepção urbanística rural da colonização oficial foram (e ainda são) indispensáveis para atender a formação de mercado de

trabalho necessário para os sucessivos projetos de exploração dos recursos naturais regionais.

Nitidamente, o crescimento demográfico e o surgimento de diversidade de assentamentos rurais, vilas e cidades demonstram a intensidade da mobilidade do trabalho requerida pelos grandes projetos que tem se implantado na região. No esteio dessas transformações no uso do território, e como parte da intencionalidade das ações públicas, a ocupação planejada da terra tem se constituído em parte a tônica do ordenamento de um novo sistema de povoamento regional que se renova e se amplia nos subsequentes desdobramentos das políticas públicas de assentamentos humanos na região e de exploração dos recursos naturais na região. Na atualidade, essa renovação ocorre por meio da exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que recria e reajusta espacialmente o quadro regional. À semelhança do que demonstra Harvey (2006), um novo sistema de povoamento regional

Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior. (HARVEY, 2006, p. 80-81).

Por outro prisma, trata-se de uma dinâmica contraditória permanente que transforma o processo de produção do espaço. “A capacidade de dominar o espaço implica a produção de espaço.” (HARVEY, 2005, p. 149). Porém, devemos salientar que esta produção espacial e consequente acumulação de capital acontecem segundo a dialética espaço/lugar, em momentos distintos, devido à heterogeneidade do espaço total. Isso que dizer que a recriação implica

reconhecer o papel dinâmico de resistência dos atores sociais e forças locais exigindo do Estado tornar efetivas as políticas públicas segundo necessidades regionalmente identificadas.

2 OCUPAÇÃO PLANEJADA DA TERRA NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU: DA COLONIZAÇÃO OFICIAL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A ocupação planejada da terra constitui parte da política agrária brasileira. Colonização dirigida, projetos de assentamento, projetos de desenvolvimento sustentável e mais recentemente projetos agroextrativistas são algumas das denominações comuns nos diversos modelos de acesso a terra existentes na política de desenvolvimento agrário do país. Na Amazônia, a ocupação é muito mais concebida como colonização, abertura e expansão de espaços de povoamento do que reforma agrária (TORNEAU e BURSZTYN, 2010).

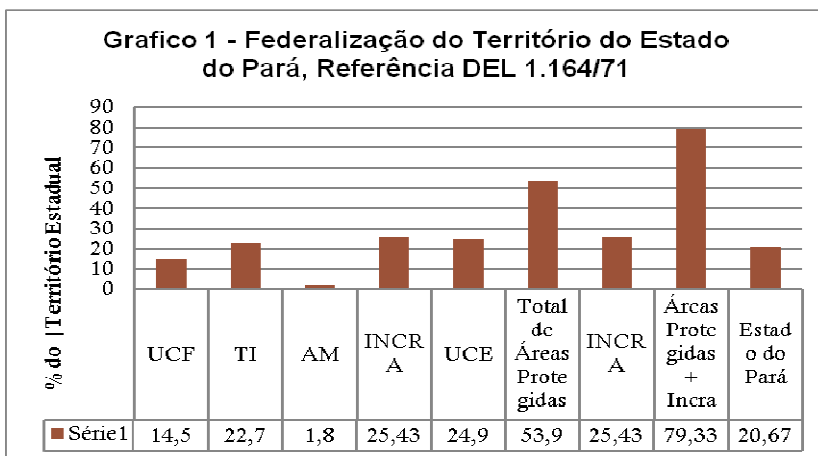
Dados do INCRA (2001) atestam que a região Norte possui 1.718 assentamentos: Projetos Integrados de Colonização (Pic's), Projeto de Assentamento Conjunto (Pac's), Projetos de Assentamento (Pa's), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (Pds), Projeto Agroextrativista (Pae) e outros modelos distribuídos em 326 municípios. Até 2000 (gráfico 1), o estado do Pará apresentava 382 projetos de reforma agrária. Hoje, destaca-se com 906 assentamentos que representam 52,73% da região e 11,14% do total nacional. É também o estado que mais tem famílias assentadas. São 24,22% de todas as famílias assentadas no país. Esse número é maior do que a quantidade de famílias assentadas na soma das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em relação à área dos assentamentos, o Pará fica apenas atrás do estado do Amazonas.

Esse quadro de planejamento da ocupação das terras na região Norte do Brasil reflete ações que remontam o final da década de 1960 e início da década

de 1970. A “Operação Amazônia”, lançada em 1968, foi um marco na medida que proporcionou a redefinição do arcabouço institucional na região. A criação do INCRA é exemplo do novo quadro institucional erigido com esse objetivo.

Em 1970, pelo Decreto-Lei nº 1.106, foi criado o Programa de Integração Nacional – PIN, com a finalidade de financiar a construção de infraestrutura nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e promover a rápida integração do Nordeste e da Amazônia à economia e à estrutura espacial nacional. Igualmente, pelo Decreto nº 1.164/71, foram tomadas, como indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada margem das rodovias, construídas, em construção ou projetadas, integrantes do Plano Rodoviário Nacional e do Fundo de Integração Nacional.

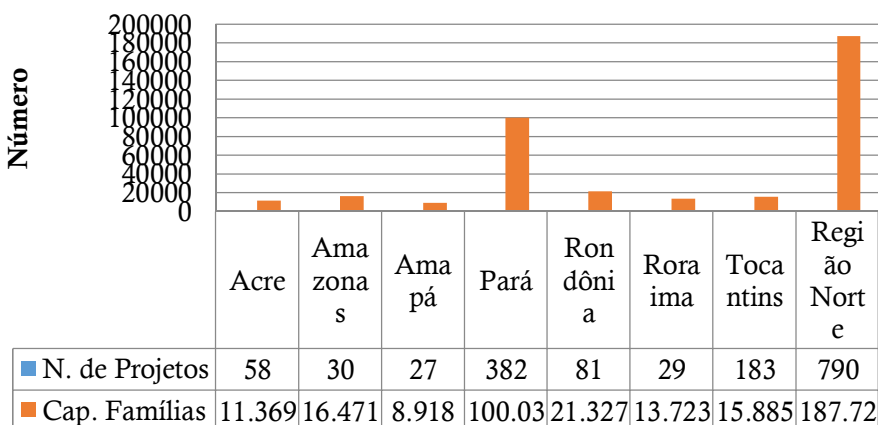
A federalização do território, no Pará, açambarcou 66,26% do território estadual. Numa primeira etapa do Programa de Integração Nacional (PIN) foi construída a rodovia Transamazônica e, além disso, implantados Projetos Integrados de Colonização - PICs ao longo da rodovia. Para tanto, o Decreto Lei n.º 68.443/71 determinava, como de interesse social, para fins de desapropriação, as terras de propriedade particular situadas na Transamazônica, no trecho entre Altamira e Itaituba, configurando um polígono de 64.000 km² de área para ocupação por pequenos produtores.



Fonte: Instituto de Terras do Estado do Pará, 2010.

A implantação do Projeto Integrado de Colonização de Altamira estabeleceu um padrão de povoamento do território em que se associava o assentamento de colonos nos lotes rurais e em lotes urbanos no plano urbano-rural previsto. É preciso, todavia, lembrar que, tendo como objetivo amenizar as pressões populares por reforma agrária nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, os assentamentos rurais surgem ainda em 1964, com a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra. Após esse período, ao longo de sucessivos governos, militares ou não, os projetos de Assentamento constituíram modelos de ocupação para todo o território no país.

Grafico 2 - Região Norte - Projetos de Assentamentos e número de famílias até 2000



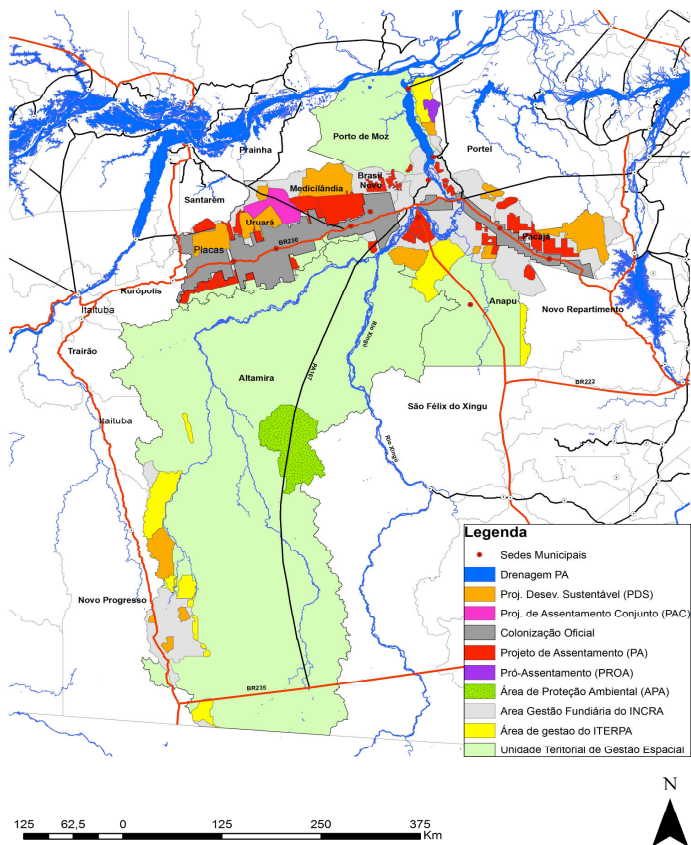
Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

O padrão de colonização estabelecido prioritariamente era destinado a pequenos proprietários e o assentamento seria feito na faixa de 10 Km das margens esquerda e direita da rodovia principal, a BR-230 ou Transamazônica. As terras destinadas aos colonos foram divididas em lotes de 100 ha tanto na faixa marginal (500 m x 2.000 m) quanto ao longo das estradas vicinais (400 m x 2.500 m). O projeto previa, também, a construção a cada cinco quilômetros de uma estrada vicinal e um travessão com duplo objetivo: penetração no interior do território e acesso aos lotes mais ao fundo, e permissão do escoamento da produção agropecuária.

O mapa 1 demonstra a intensidade da ocupação planejada da terra no corredor da rodovia Transamazônica entre Pacajás e Placas entre 1970 e 2010.

Mapa 1 – Colonização Oficial e Assentamento na Região de Integração do Xingu (Pa)

Região de Integração do Xingu: ASSENTAMENTOS RURAIS



O projeto integrado de colonização (PIC) foi a primeira forma de assentamento rural realizado pelo INCRA. Mediante incentivos fiscais, concessão de recursos federais e propaganda governamental, milhares de

trabalhadores migraram para a região em busca das promessas de terras. Essa modalidade foi modificada na década seguinte (1980), tendo surgido o Projeto de Assentamento. Dentro da sua concepção, o objetivo maior dos assentamentos rurais é servir a “reforma agrária”, garantindo o acesso à terra a quem se propõe a produzir nela, fazendo com que ela cumpra a sua *função social*.

Os modelos de planejamento territorial de acesso a terra posteriores apresentam, além da necessária função social da terra, a dimensão ambiental e a perspectiva do desenvolvimento sustentável (projeto de desenvolvimento sustentável e projeto agroextrativista).

3 DO URBANISMO RURAL À URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Na Amazônia, ao longo do processo histórico, as cidades têm exercido papéis importantes na estruturação do espaço regional. Além das funções que elas presidem no funcionamento do mercado seja como espaço moradia da força de trabalho, seja nas atividades econômicas (comércio e serviços) ou mesmo na função político-administrativa, as cidades têm se constituído em bases logísticas de ocupação e organização do território. No povoamento do espaço regional, as cidades representaram pontos de lança de ocupação territorial, lugares de ressocialização do migrante e, ao mesmo tempo, meio organizador do mercado de trabalho regional (BECKER *et al*, 1992).

Na década de 1970, a expansão da ocupação territorial por meio de frentes pioneiras se estabeleceu, essencialmente, como fronteira urbana (BECKER, 1980). Mais recentemente, frente ao avanço da ocupação e da diversificação e intensificação do uso do território, as cidades passam a exercer papel completamente novo na estruturação do processo produtivo regional (BECKER, 2011).

Para Machado (1999), urbanização e povoamento estão associados ao conceito de “sistema de povoamento”, que “compreende um conjunto de nódulos (vilarejos, vilas e cidades), as redes de comunicação que os interligam e o equipamento e a informação que possibilitam essa conexão em um dado território”.

A urbanização do território exerce papel central na estrutura do povoamento, “é a gênese quase instantânea, em um grande território, de um sistema urbano que é, simultaneamente, a condição e o produto do sistema de povoamento da região” (MACHADO, 1999). Para a autora, o povoamento regional recente e o seu “sistema” urbano

é o produto de dois tipos de ordem: a organização intencional, impulsionada pela ação governamental, das empresas e das instituições, e a ordem espontânea (auto-organizativa), produzida pelo mercado (de terras, de trabalho, de bens, de serviços, etc.), pela ação das estruturas sociais coletivas e pelos indivíduos (MACHADO, 1999, p. 32).

4 O URBANISMO RURAL¹⁵ E A ORDEM INTERNACIONAL DO NOVO SISTEMA DE POVOAMENTO

Segundo Machado (1999), entre 1970 e 1990, especificamente, o conjunto de ações públicas do governo federal na região, como a implantação de redes de infraestruturas, a implantação de polos de desenvolvimento (agrícola, minerador, madeireiro) tinham como objetivos: direcionar, seletivamente, o fluxo migratório e integrar a região ao resto do país; fixar o

¹⁵ O urbanismo rural ou planejamento urbano-rural consistia em uma estratégia de colonização da Amazônia, baseada no conhecimento técnico da área, no planejamento físico-espacial, sociocultural e econômico, visando ao “desenvolvimento integrado do meio rural” (CAMARGO, 1973, p. 4).

povoamento/diferenciação do espaço regional; e estimular a produção de mercadorias para o mercado nacional e internacional.

Nesse contexto, a política de urbanização era diretamente induzida pelo Estado ou sob sua tutela. Partia da concepção da cidade como elo de comunicação e elemento da infraestrutura (SUDAM, 1976a; 1976b). As implicações dessa concepção na urbanização regional foram significativas. Conforme Machado (1999):

A implantação de núcleos urbanos foi parte essencial da estratégia de ocupação induzida da fronteira. Inicialmente os núcleos urbanos cumpriram algumas funções estratégicas como receber e agregar populações imigrantes e dar suporte às atividades rurais, com a oferta de bens e serviços de apoio à produção rural. Com a expansão e urbanização, a estrutura que fundamenta o sistema de povoamento regional torna-se claramente urbana (MACHADO, 1999, p. 21).

A colonização oficial, implantada no eixo da Transamazônica (estado do Pará), associou a criação de nódulos urbanos à distribuição de terras. Muitas das novas cidades foram construídas de forma planejada, com financiamento e apoio técnico- governamental (VALENÇA, 1991).

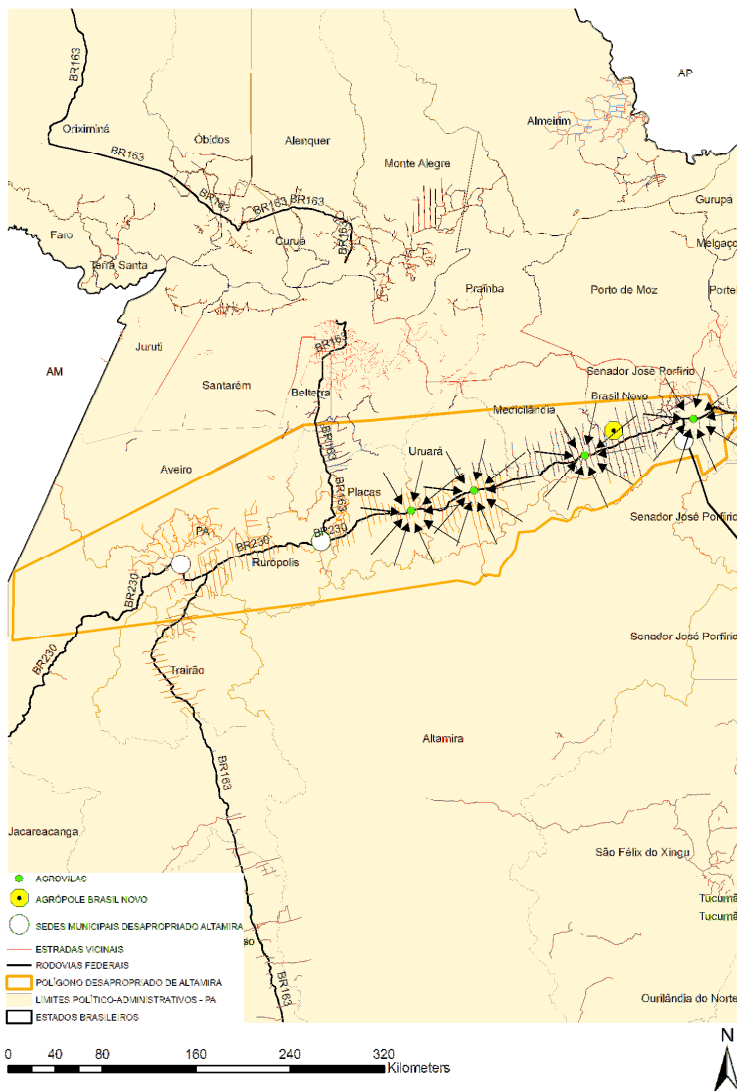
A colonização oficial ao longo da Transamazônica previa um sistema composto de três pequenos núcleos urbanos hierarquicamente posicionados e com funções diferentes e complementares: Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas. No PIC – Altamira, entretanto, baseado em sistema que teria como ponto central de apoio uma cidade pré-existente, foram construídas apenas as agrópolis e agrovilas.

Agrovila: é a menor unidade urbana do sistema de colonização. É o lugar onde deveriam morar os colonos que assim o desejassem e de onde partiriam para os lotes localizados dentro dos travessões, que partem da estrada

principal para o interior da floresta. Como infraestrutura possuía, além das moradias dos colonos (48 a 100), um centro administrativo, uma escola primária, um templo ecumênico, um pequeno comércio (seção de uma cooperativa) e uma área para circulação, esporte, praça.

Agrópolis: um centro urbano agroindustrial e administrativo que tem por finalidade dar apoio à integração social no meio rural. É formada por um conjunto de agrovilas e exerce influência socioeconômica e administrativa numa área em que podem estar situadas até 22 agrovilas. Possuía moradias para técnicos, colonos, posto médico, mercado, clubes e um mais amplo setor administrativo, assim como diversos escritórios de entidades que atuam na área como INCRA, ACAR, FSESP. É uma área para receber colonos que chegam de outras regiões para trabalhar (CAMARGO, 1973). As agrópolis deveriam ser comunidades com capacidade para comportar até 1.000 famílias, numa hierarquia urbano-rural, situadas a cada dez quilômetros, que seriam centros administrativos equipados com escola de segundo grau, um hospital, indústrias leves e depósito da CIBRAZEM.

Mapa 2 – Modelo aproximado de Planejamento Urbano-Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Elaboração própria, conforme Camargo, 1973.



Rurópolis: seria a mais elevada na hierarquia e deveria servir como sede administrativa, numa distância de 200Km; teria capacidade para abrigar aproximadamente 200.000 pessoas, com serviços ampliados de escolas técnicas, bancos, hotéis e aeroporto.

As cidades antigas cortadas pela Transamazônica, como Marabá e Altamira, receberam recursos para equipamento e para expansão do tecido urbano e para o exercício de comando do sistema de povoamento projetado. No conjunto, o objetivo da política governamental era ampliar o espaço de circulação de informação, de mercadorias e de trabalho, e estimular a gênese do sistema urbano. Todavia, ao longo do tempo, a direção e a intensidade desses fluxos, embora sensíveis à ação governamental, apresentam uma dinâmica própria.

5 O CRESCIMENTO POPULACIONAL E A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em 1950 a população da região de Integração do Xingu era, em sua maioria, concentrada no espaço rural, cerca de 76% do total da população. Os dados dos censos de 1950 e de 1960 referem-se apenas aos municípios de Altamira e Porto de Moz. Até então, os demais municípios não existiam como unidade político-administrativa. Na década de 1960, a população total cresceu 63,8% em relação à década anterior e manteve a grande maioria, 75,5% ainda na zona rural. O interior do território era habitado basicamente pela sociodiversidade indígena.

As políticas de integração nacional, ao promoverem aberturas de estradas e novos eixos de penetração e de interiorização do povoamento e, ao mesmo tempo, a ocupação planejada da terra (PIC – Projeto Integrado de Colonização), redefiniram o aporte demográfico regional. O urbanismo rural projetado e constituído por Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas, e o povoamento espontâneo deram origem a uma nova estrutura de povoamento ao longo da

rodovia Transamazônica e de forma perpendicular ao rio Xingu. Emerge um novo padrão de povoamento, o padrão rodovia - terra firme. A ordem intencional e espontânea do novo sistema de povoamento permitiu o surgimento das cidades de Rurópolis Presidente Médici (a única rurópolis projetada), Brasil Novo (ex-agrópolis) e de Medicilândia e Uruará (ex-agrovilas). Pacajá possui a especificidade de ser uma localidade de origem espontânea.

Em 1970 o crescimento populacional foi de 76,9%. Em Altamira, a população urbana dobrou, entre o ano de 1960 e o de 1970, muito mais do que a rural, que aumentou 9,2%. O fato mostra que a referida sede municipal já se afirmava como centro sub-regional no contexto das relações econômicas e políticas regionais circunscritas à dinâmica dos fluxos e da atividade comercial que se estabeleciam por meio dos cursos d'água, bem antes da década de 1970, que marcaria profundamente a estrutura espacial e socioeconômica regional.

Se, na década de 1970, com os novos fluxos populacionais estimulados pela abertura da rodovia Transamazônica e pela colonização dirigida, a taxa de crescimento anual foi de 11,73% para a região do Xingu, na década de 1980, a taxa caiu para 9,04%, em decorrência de uma redução do movimento migratório. A redução dos fluxos migratórios associa-se à retração das políticas públicas para a região amazônica, como um todo, e influencia no projeto de colonização.

Em termos municipais, o impacto da retração da ação planejadora do Estado é diferenciado. Senador José Porfírio e Porto de Moz apresentaram índices menores de crescimento populacional por se localizarem fora dos fluxos que passaram a ocorrer pela rodovia, portanto fora da área de influência da Transamazônica e da ação colonizadora do INCRA. Respectivamente, as taxas de crescimento anual foram de 7,82% e 4,73%, entre 1970 e 1980. Na década seguinte, Senador José Porfírio conheceria um *boom* populacional decorrente da atração exercida pelas jazidas auríferas em suas terras, com um crescimento de 18,01% ao ano, entre 1980 e 1991. O garimpo nas áreas de Ilha da Fazenda e Ressaca imprime uma nova dinâmica populacional no município.

Na década de 1990 ocorreu um aumento da população de Altamira. Quando se observa o crescimento demográfico urbano em Altamira nos demais anos apontados na tabela 3, conclui-se que, entre 1970 e 1980, o aumento dessa parcela foi de 213%; entre 1980 e 1991, de 53,6% – já na fase de ocupação espontânea; entre 1991 e 1996, de 9,2%; entre 1996 e 2000, de 8,7%. O desmembramento político-administrativo dos municípios de Vitória do Xingu¹⁶ e Anapu atestou diminuição do tamanho da população de Senador José Porfírio. Importante ainda considerar que o declínio da produção aurífera na região da Volta Grande do Xingu contribuiu para a redução populacional naquele município.

Apesar de, em números absolutos, a população rural ser superior à urbana na região, a tendência é o processo de urbanização do território expressa de diversas formas. Por um lado, pelo ritmo de crescimento populacional urbano em relação ao rural. Por outro, a tendência é a afirmação e não a negação da tese da dominância da urbanização no sistema de povoamento, conforme acentua Machado (1999):

Como nexos e referencial do sistema de povoamento, a urbanização permanece dominante, a despeito da mudança na localização da população. Quer dizer, a urbanização apresenta um desenvolvimento intensivo nas cidades e extensivo no território. A população localizada na área rural não está dissociada do sistema de povoamento de base urbana, seja do ponto de vista político (articulação institucional), econômico (articulação com mercado e serviços de apoio técnico) e cultural (expectativas referenciadas ao modo de vida urbano). (MACHADO, 1999, p. 56).

¹⁶ O município de Anapu foi desmembrado de Pacajá e de Senador José Porfírio, em 28 de dezembro de 1995, enquanto o município de Vitória do Xingu foi desmembrado, em 13 de dezembro de 1991, de Altamira, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

Tabela 1 – População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970-2010

Municípios	Situação do Domicílio	Anos					
		1970	1980	1991	1996	2000	2010
Região de Integração Xingu	Urbana	7.630	30.312	70.442	90.130	120.882	186.077
	Rural	18.209	34.380	142.227	156.972	142.427	154.279
	Total	25.839	64.692	212.669	247.102	263.309	340.356
Altamira	Urbana	5.905	26.905	50.145	54.235	62.285	90.068
	Rural	9.440	19.591	22.263	24.547	15.154	14.962
	Total	15.345	46.496	72.408	78.782	77.439	105.030
Anapu	Urbana	-	-	-	-	3.083	9.840
	Rural	-	-	-	-	6.324	10.653
	Total	-	-	-	-	9.407	20.493
Brasil Novo	Urbana	-	-	-	3.067	4.371	6.912
	Rural	-	-	-	10.923	12.822	11.048
	Total	-	-	-	13.990	17.193	17.960
Medicilândia	Urbana	-	-	3.109	4.158	6.759	9.622
	Rural	-	-	26.619	26.782	14.620	17.820
	Total	-	-	29.728	30.940	21.379	27.442
Pacajá	Urbana	-	-	4.160	4.522	7.604	13.752
	Rural	-	-	26.617	21.673	21.284	26.300
	Total	-	-	30.777	26.195	28.888	40.052
Placas	Urbana	-	-	-	-	3.534	4.856
	Rural	-	-	-	-	9.860	19.074
	Total	-	-	-	-	13.394	23.930
Porto de Moz	Urbana	1.347	2.599	5.066	8.211	10.230	14.586
	Rural	6.176	9.206	10.341	15.911	13.315	19.365
	Total	7.523	11.805	15.407	24.122	23.545	33.951
Senador José Porfírio	Urbana	378	808	2.195	4.601	5.331	6.475
	Rural	2.593	5.583	36.815	18.283	10.390	6.623
	Total	2.971	6.391	39.010	22.884	15.721	13.098
Uruará	Urbana	-	-	5.767	8.078	13.753	24.405
	Rural	-	-	19.572	29.317	31.448	20.315
	Total	-	-	25.339	37.395	45.201	44.720
Vitória do Xingu	Urbana	-	-	-	3.258	3.932	5.561
	Rural	-	-	-	9.536	7.210	8.119
	Total	-	-	-	12.794	11.142	13.680

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1970, 1980, 1990, 1991, 2000 e 2010. Contagem da população, 1996

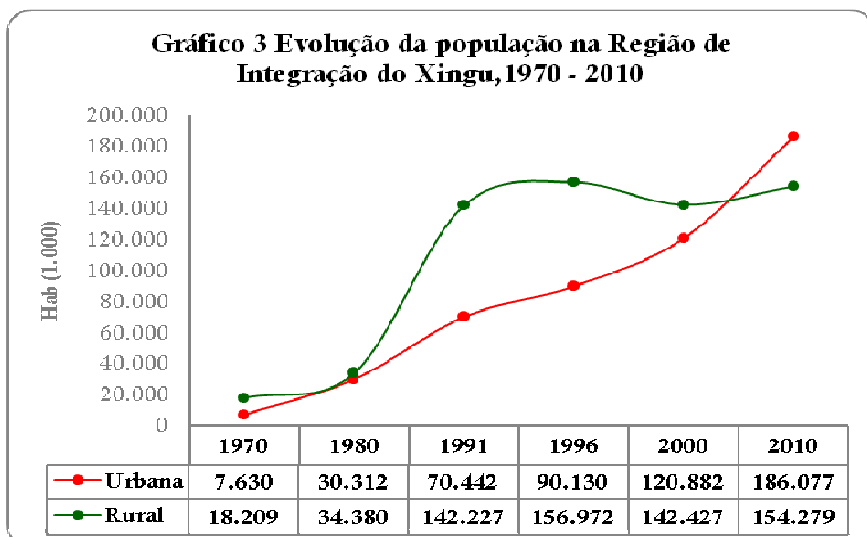
Outro aspecto de grande importância a ser destacado é que a população urbana de Altamira cresceu, mesmo tendo decrescido a população total do município, entre 1996 e 2000, o que indica uma migração da zona rural para a zona urbana. Em 2010, o censo demográfico atestou uma população total de 105.030 habitantes no município de Altamira. Projeções recentes apontam para mais de 110.000 habitantes na cidade de Altamira em função das migrações (mobilidade do trabalho) estimuladas pela construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte. Em relação a Senador José Porfírio, a maioria da população se concentra no campo, no espaço rural – 87,2% em 1980 e 94,3% em 1991, como consequência da exploração aurífera. Com o declínio dessa exploração, verificou-se um êxodo rural. Entre 1991 e 1996, a população total do município reduziu em 57,23% e a rural em cerca de 67%. Parte dirigiu-se para a zona urbana do próprio município, que mais que dobrou. Entre 1996 e 2000, a redução foi menor, no total, 5,79%. A parcela urbana, novamente, apresentou aumento: 15,84%, equilibrando a perda na zona rural.

Enquanto Pacajá, Brasil Novo e Uruará apresentam incremento demográfico no último período, os demais municípios sofreram perdas substanciais em suas populações, especialmente nas áreas rurais. As causas do fenômeno podem ser buscadas na retração das lavouras tradicionais e na expansão da pecuária – que demanda menos mão de obra, assim como na dificuldade de acesso a terra e ao crédito rural.

A taxa geométrica anual¹⁷ de crescimento populacional dos municípios de Uruará (4,79) e Brasil Novo (5,11) foi superior, em muito, à média do estado do Pará. O município de Pacajá (2,36) apresentou uma das mais altas taxas de crescimento populacional também da região do Xingu. Os

¹⁷Na década, entre 1991 a 2000, a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente do estado do Pará esteve no intervalo de 1,5 a 3,0 % ao ano.

municípios de Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Senador J. Porfírio, Medicilândia e Porto de Moz apresentaram, no período entre 1996 e 2000, crescimento negativo. É preciso, porém, considerar que as taxas de crescimento populacional urbano foram positivas em todos os municípios integrantes da região do Xingu. Em Medicilândia e Pacajá as taxas foram superiores a 12% ao ano.



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Contagem Populacional, 2007

No período entre 2000 e 2007, os dados do Censo Demográfico de 2000 e o Censo Demográfico de 2010 atestam que a população urbana está crescendo em ritmo superior, em muito à população rural. Ao abrigar cerca de 340.356 habitantes, segundo a última contagem populacional do Instituto Brasileiro de

Geografia e estatística (2010), distribuídos entre dez municípios¹⁸, a Região de Integração do Xingu é a 11ª região de integração em tamanho populacional do estado do Pará. Com um ritmo de crescimento populacional de 1,70% ao ano, os municípios da RIX apresentam o seguinte quadro em termos de grau de urbanização: Altamira (74,55%), Uruará (54,44%) e Porto de Moz (50,53%) são os mais expressivos. Brasil Novo, Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Medicilândia apresentam taxas acima de 40%. Pacajás e Placas entre 22% a 35%.

O Gráfico 3 demonstra a evolução da população urbana e rural na Região de Integração do Xingu. Entre o último Censo Demográfico (IBGE, 2000) e o último Censo demográfico (IBGE, 2010), a população urbana supera a rural em termos de tamanho populacional.

6 DAS VILAS ÀS CIDADES: A MUNICIPALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, 1988 - 1996

Em 1980 existiam no Brasil 3.991 municípios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil conta com 5.566 municípios. No período entre 1980 e 2001, foram instaladas 1.570 novas unidades político-administrativas. Segundo estudo realizado por François Bremaeker (2001, p. 2), em termos relativos o crescimento do número de municípios no período entre 1980 e 2001 foi mais intenso na região Norte (119,0%), seguido da região Sul (65,4%). O Centro-oeste cresceu (64,2%) e também as regiões Nordeste (30,3%) e Sudeste (18,3%).

¹⁸Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Anapu e Pacajás são os municípios que compõem a Região de Integração do Xingu.

Entre as Unidades da Federação, aquelas que apresentaram maior número de novos municípios em números absolutos, no período entre 1980 e 2001, foram: Rio Grande do Sul (265) e Paraná (109) na região Sul; Minas Gerais (131) e São Paulo (74) na região Sudeste; Piauí (108) e Maranhão (87) no Nordeste; Mato Grosso (84) e Goiás (75) no Centro-Oeste; e Tocantins (87) e Pará (60) na região Norte.

No estado do Pará, foram criadas sessenta novas unidades político-administrativas. A maioria das novas sedes municipais surgiu a partir de núcleos urbanos que nasceram em função dos novos vetores de ocupação do território implantados desde a década de 1970. Obras de infraestrutura como rodovias, usinas hidrelétricas e projetos de exploração mineral, de agropecuária e de exploração madeireira induziram a ampliação do aporte migratório e a definição de povoados, vilas e cidades. Em termos regionais, as regiões de integração do Xingu, Araguaia, Lago Tucuruí, Carajás, Capim evidenciaram o maior número de processos de emancipação.

Tabela 2 – Distribuição dos municípios brasileiros, segundo o período de instalação pelas unidades da federação. Amazônia Legal – 1980 a 2001.

Municípios instalados em					
Amazônia Legal/Unidades da Federação	1980	1991	1993	1997	2001
Brasil	3.391	4.491	4.994	5.507	5.561
Rondônia	7	23	40	52	52
Acre	12	12	22	22	22
Amazonas	44	62	62	62	62
Pará	83	105	126	143	143
Amapá	5	9	15	16	16
Maranhão	130	136	136	217	217
Mato Grosso	55	95	117	126	139
Tocantins	52	79	123	139	139

Fonte: Bremaeker, F., Evolução do quadro municipal brasileiro, 1980 a 2001. Rio de Janeiro: Ibam, 2001

Essas regiões foram palco dos processos de integração nacional, de implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, do projeto ferro Carajás, projetos de colonização oficial e foram definidas como espaços prioritários para os investimentos públicos no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento entre 1970 e 1990.

Quadro 1 – Municípios da Região de Integração do Xingu: ato de criação e data de instalação

Município	Ato de criação	Data de instalação
Altamira	Dec. 1234 - 06/11/1911	01/01/12
Sen. J. Profírio	Lei 2460 - 29/12/1961	Restaurado
Porto de Moz	Dec. 2805 - 10/12/1937	Restaurado
Uruará	Lei 5435 - 05/05/1988	01/01/89
Medicilândia	Lei 5438 - 06/05/1988	01/01/89
Vitória do Xingu	Lei 5701 - 13/12/1991	01/01/93
Brasil Novo	Lei 5692 - 13/12/1991	01/01/93
Placas	Lei 5783 - 20/12/1993	01/01/97
Anapu	Lei 5929 - 28/12/1995	01/01/93

Fonte: IBGE, 2001

Particularmente na Região de Integração do Xingu, seis (6) dos nove (9) municípios existentes foram criados no período anteriormente apontado. Praticamente todos se associam à colonização oficial direta ou indiretamente (Brasil Novo, ex-agrópolis; Medicilândia, ex-agrovila ou mesmo Rurópolis presidente Médici, hoje Rurópolis). Pré-existente à construção da rodovia Transamazônica e ao PIC Altamira, somente há os municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

A municipalização do território inaugura uma nova fase de ajuste espacial na faixa da rodovia Transamazônica. O município desempenha importante função na estruturação da vida local, conforme ROCHA (2009). Se, por um lado, ao dispor de recursos e meios institucionais, concorre para a organização territorial (manutenção de vias e estradas vicinais, estruturação da sede municipal e núcleo urbano, organização do trabalho e mecanismos de fomento a produção), por outro, cria laços de integração social e de reconstrução identitária a partir de um novo lugar. Cria-se um amálgama necessário ao estabelecimento de projetos de desenvolvimento territorial.

Nessas condições, o município passa a se constituir na base local, sobre a qual emergem os movimentos sociais na região. Movimento com forte cunho territorial na medida em que as necessidades sociais locais são concebidas, em essência, como necessidades regionais, envolvendo diversidade de atores sociais, estratégias e mecanismos de ação política.

De forma que, a partir de 1987, inicia-se uma estratégia do movimento social marcada pela regionalização das suas ações, embasamento das denúncias com pesquisas socioeconômicas e pelo aumento da visibilidade, no âmbito nacional, dos problemas que atormentavam a população da Transamazônica.



Foto 1 – Movimentos sociais na faixa da Transamazônica, 2000.

Esse período vai até o início da década de noventa, assiste ao Primeiro Encontro Regional do Movimento em Medicilândia, à promulgação da Nova Constituição Federal e ao Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira. Em 1991, tem início o diálogo com o Governo Federal na busca de alternativas e da diversificação das estratégias de produção das famílias e da condução do movimento social. Em 1995, começa a fase de experimentação, quando o movimento social passa a discutir alternativas de produção para um desenvolvimento diferenciado. A partir desse momento, o movimento passa efetivamente à experimentação por meio dos projetos com o apoio do PDA, de valorização da reserva legal, e o Roça Sem Queima, com apoio da Coordenadoria de Agroextrativismo do MMA.

A partir de 1999, o movimento social assume fortemente a proposição de políticas públicas, culminando em conquistas até então impensadas, pois a agenda do movimento social encontra sintonia com a agenda do Governo Federal. O ano de 2005 assiste a uma fase de consolidação de um ciclo de lutas e de propostas e de uma reorganização do movimento social, que é chamado a assumir cada vez mais o protagonismo do desenvolvimento regional.

À guisa de conclusão

Este texto privilegiou a análise da relação entre ocupação planejada da terra, assentamentos e cidades na região de integração do Xingu. Utilizando o conceito de sistema de povoamento, demonstra o papel das cidades na estruturação do processo de ocupação do espaço amazônico entre 1970 e 2000. Foi possível perceber que:

1 A dinâmica de ocupação da terra na região se associa diretamente à ação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principalmente no que diz respeito à definição da política de colonização e assentamentos rurais desde a década de 1970;

2 A concepção integrada de colonização dirigida, presente na política de Reforma Agrária, elaborada na década de 1970, reafirma-se nas décadas seguintes, incorporando elementos importantes do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;

3 A colonização oficial assentada no urbanismo rural, presente nas estratégias de ocupação do território nas décadas de 1980, 1990 e 2000, é ainda central no planejamento ainda que com modificações. Em parte, pode-se afirmar que tem contribuído para a ampliação do processo de urbanização regional, provavelmente objetivo de origem das políticas públicas, dada a necessidade de formação do mercado de trabalho regional;

4 O processo de municipalização do território tem exercido papel fundamental na estruturação dos espaços nas margens da rodovia Transamazônica, principalmente no período de retração das políticas públicas regionais, presentes na década de 1980 e 1990. Esses elementos são, portanto, fundamentais para que se compreenda a associação entre a ocupação planejada da terra, os assentamentos rurais e o surgimento de cidades e municípios na região Amazônica;

5 Finalmente, os movimentos sociais têm exercido papel de importância fundamental para o desenvolvimento local. Fortemente ancorado em concepções de base territorial, o movimento social da região de integração do Xingu tem exercido papel de protagonistas de produção de circunstâncias novas na direção de construção de espaços de esperança na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARAGON, L.E.: (Org.) *População e meio ambiente na Pan – Amazônia*. NAEA/UFPA, 2007.

_____. *População da Pan – Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

BECKER, B.: A Crise do Estado e a Região: A Estratégia da Descentralização em Questão. *In: Revista Brasileira de Geografia*. 1984.

BECKER, B.: *Amazônia, Geopolítica na Virada do III Milênio*. Ed. Garamond. 2011.

BECKER, B.: *et al. Fronteira Amazônica. Questões de gestão do Território*. Rio de Janeiro: UFRJ/UNB, 1992.

BECKER, B. K.: (2001b). *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* (versão preliminar), Rio de Janeiro, Laboratório de Gestão do Território/UFRJ.

BREMAEKER, F.: *Evolução do quadro municipal brasileiro, 1980 a 2001*. Rio de Janeiro: Ibam, 2001.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha: *Urbanismo rural*. Brasília, DF: Gráfica Gutemberg, 1973.

CARDOSO, A.C. E LIMA, J.J.: A Influência do Governo Federal sobre Cidades da Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. Belém: *Novos Cadernos do NAEA*, v.12, n. 1, p. 161 – 192, jun, 2009.

CATAIA, M. A.: A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região centro-oeste do Brasil durante o regime militar. *Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, 2006.

DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. *In: Espaço & Debates* 24 - Poder local. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 1988. 124 p.

HAESBAERT, R.: *Os Gaúchos no Nordeste: Desterritorialização-Reterritorialização*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1995.

HARVEY, David.: *Espaços de Esperança*. Trad. De Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

HARVEY, D. (1999).: *The Limits to Capital*. Basil Blackwell: London:Verso.

_____. (2001). *A Spaces of capital: towards a critical geography*. New York: Routledge.

_____. (2004). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1991.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1980.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1970.

_____. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, L.O. (1999).: Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. *Cadernos IPPUR*. (1). 109-138.

MESQUITA, Z.: *Antenas, Redes e Raízes da territorialidade*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (1991).

RAFFESTIN, C.: *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA. G. M.: *A municipalização do território na Amazônia: fundação de cidades e a criação de novos municípios no estado do Pará (1982 – 1996)*. Belém: Numa/Edufpa. No prelo.

ROCHA, G. M.: *A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político – territorial na área de Tucuruí*. Tese de Doutorado. Usp. São Paulo, 1999.

ROCHA, G. M. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e o desenvolvimento regional. In: Aragon, L. e Glusener-Godt, M. *A problemática do uso local e regional da água da Amazônia*. Naea/UFPa/Unesco.2003.

ROCHA, G. M. Aspectos recentes da dinâmica demográfica da Amazônia. In: ARAGON, L.E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

SANTOS, M.: *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS JR, S.V.: A Integração da Amazônia no Capitalismo Global: Estado e Território na Globalização. Seminários de Relações Internacionais – 1o Seminário Nacional de Pós-Graduação Brasília, 12 e 13 de julho de 2012 Workshop Doutoral – Economia Política Internacional.

VALENÇA, W.: *A dimensão urbana dos impactos da usina hidrelétrica Tucuruí*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Energético. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.